

REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 9	n. 1	p. 147	2012
----------------	-----------	------	------	--------	------

Diretoria do GEL / 2011-2013

Universidade de São Paulo
Presidente: Ieda Maria Alves
Vice-Presidente: Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
Secretária: Giliola Maggio
Tesoureira: Olga Ferreira Coelho

Revista do GEL

revistadogel@gmail.com
<http://www.gel.org.br/revistadogel>

Comissão Editorial Executiva

Alessandra Del Ré
Fabiana Komesu
Flávia B. M. Hirata-Vale
Gisele Cássia de Sousa
Luciana Gimenes
Olga Ferreira Coelho
Ruth Lopes

Editoras responsáveis

Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale
Gisele Cássia de Sousa

Revisão e Normatização

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira
Daniel Peres de Oliveira
Maria de Fátima de Almeida Baia

Diagramação

Selma Consoli - MTb 28.839

Conselho Editorial

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (Unesp-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFRJ), Kanavilil Rajagopalan (Unicamp), Lourenço Chacon (Unesp-Marília), Marco Antônio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varela (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvain), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Markezan (Unesp-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (Unesp-SJRP), Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp).

Publicação semestral

Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1 (2004).
São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2004-

Semestral
ISSN 1984-591X

SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL	6
------------------------	---

ARTIGOS / ARTICLES

AQUISIÇÃO DE ALTERNÂNCIA CAUSATIVA NO PB

THE ACQUISITION OF THE BRAZILIAN PORTUGUESE CAUSATIVE ALTERNATION

Teresa Cristina WACHOWICZ e Irineu Natal DEROSSO JÚNIOR	8
---	---

UMA PROPOSTA PARA O TRATAMENTO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO TEMPORAIS NO MODELO DE ANÁLISE MODULAR DO DISCURSO

*A PROPOSAL FOR THE TREATMENT OF TEMPORAL DISCOURSE RELATIONS IN MODULAR APPROACH TO
DISCOURSE ANALYSIS*

Gustavo Ximenes CUNHA	29
-----------------------------	----

RELEVO DISCURSIVO E USO DO PASSADO IMPERFECTIVO EM NARRATIVAS LITERÁRIAS

DISCURSIVE GROUNDING AND USE OF IMPERFECTIVE PAST IN LITERARY NARRATIVES

Márluce COAN e Valdecy de Oliveira PONTES	50
---	----

NOMES NUS E A DISTINÇÃO MASSIVO-CONTÁVEL

BARE NOUNS AND THE MASS-COUNT DISTINCTION

Ana MÜLLER e Edit DORON	80
-------------------------------	----

O PAPEL DA TRADUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA LITERATURA AFRO-AMERICANA NO BRASIL

*THE ROLE OF TRANSLATION IN THE CONSTRUCTION OF THE IDENTITY OF AFRICAN-AMERICAN LITERATURE
IN BRAZIL*

Lauro Maia AMORIM	106
-------------------------	-----

RESENHA / *REVIEW*

MUDANÇA LINGUÍSTICA

Sebastião Carlos Leite GONÇALVES..... 135

ÍNDICE DE ASSUNTOS..... 145

SUBJECT INDEX 146

ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX*..... 147

EDITORIAL

Neste volume da *Revista do GEL*, estão reunidos trabalhos de docentes e alunos de pós-graduação das áreas de Linguística e Letras, que não apenas expressam o caráter heterogêneo da produção científica dessas áreas, mas também comprovam, pela multiplicidade de teorias, que há espaço para as diferentes vertentes no cenário da pesquisa atual. Completando a edição, contamos ainda com uma resenha.

Os artigos desta edição cobrem um amplo espectro de temas, começando pela discussão de Teresa Cristina Wachowicz e Irineu Natal Derosso Júnior acerca da produção de alternâncias causativas por crianças em processo de aquisição da linguagem. A partir de um experimento com crianças de duas escolas de Curitiba – PR, os autores mostram as situações nas quais se encontram a alternância causativa e as restrições para a sua ocorrência.

O artigo seguinte, de autoria de Gustavo Ximenes Cunha, apresenta as relações de discurso temporais a partir do viés teórico da Análise Modular do Discurso. O autor trata apenas da categoria genérica de sucessão, que nessa teoria expressa a relação cronológica entre acontecimentos, e propõe um novo tratamento dessa relação, chamando-a de categoria genérica de tempo, que considera mais abrangente que aquela proposta originalmente pela teoria.

Ainda no campo da descrição linguística, Márluce Coan e Valdecy de Oliveira Pontes analisam as formas do perfectivo e do imperfectivo em espanhol, correlacionando-as com a questão do relevo discursivo. A partir da análise de 24 contos escritos por autores de língua espanhola constatam que as formas imperfectivas de passado não só atuam como pano de fundo da narrativa, mas também participam da progressão textual, além de desempenhar diferentes funções discursivas.

Lauro Maia Amorim trata do papel da tradução na construção da identidade da literatura afro-americana no Brasil, considerando que a crítica literária, representada pelo crítico brasileiro Sérgio Milliet, aborda a poética afro-americana, em especial a poesia de Langston Hughes, de um modo bastante peculiar. O autor considera que o crítico Sérgio Milliet, por meio de sua tradução, reconstrói a identidade racial da poesia afro-americana, tornando-a

menos racializada, de tal modo que a estética afro-americana passa a soar mais universal, como os poemas que compõem sua antologia *Obras Primas da Poesia Universal*.

O último artigo, de Ana Müller e Edit Doron, problematiza a questão da distinção massivo-contável entre os substantivos e sintagmas nominais em uma dada língua. Com base em dados do hebraico, do karitiana e do tupi, as autoras alegam que essa distinção não pode ser considerada apenas como uma distinção linguística arbitrária, mas que ela corresponde a uma distinção cognitiva entre denotações, que incluem entidades cuja atomicidade é determinada em cada contexto – os nomes contáveis – e entidades cuja atomicidade é vaga em um mesmo contexto.

Por fim, contamos com uma apreciação da obra *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*, de autoria de Mário Eduardo Martelotta, em resenha de Sebastião Carlos Leite Gonçalves.

Apesar de todos os percalços enfrentados para chegarmos à publicação deste número da *Revista do GEL*, acreditamos que a revista continua cumprindo exemplarmente seu papel na divulgação da pesquisa científica em Letras e Linguística realizada no país, vocação que está explícita desde a sua criação, como um “espaço aberto ao debate entre os pesquisadores das diversas áreas de estudo da linguagem na academia brasileira”.

Agradecemos o apoio constante da Diretoria do GEL, dos membros da Comissão Editorial, e em especial a colaboração dos pareceristas convidados, que mesmo com todas as atribuições inerentes ao trabalho acadêmico dedicaram um pouco de seu tempo à avaliação dos trabalhos submetidos a esta Revista. Nossos agradecimentos vão, ainda, para a equipe técnica responsável pela editoração cuidadosa (e célere) deste número.

Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale
Gisele Cássia de Sousa
Editoras Responsáveis
junho de 2013

AQUISIÇÃO DE ALTERNÂNCIA CAUSATIVA NO PB

Teresa Cristina WACHOWICZ¹
Irineu Natal DEROSSO JÚNIOR²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar produção de alternâncias causativas por crianças em fase de aquisição de linguagem. Pinker (1989) defende a hipótese de que há uma estrutura semântica no léxico verbal que determina sua estrutura sintática ou argumental. A entrada lexical do verbo é semanticamente estruturada e prevê dois tipos de regras: as ‘largas’, conservadoras, associadas à configuração da estrutura argumental, e as regras ‘estreitas’, transgressoras, associadas a casos figurativos das construções tanto das crianças quanto de adultos. A partir dessa hipótese, defendemos a hipótese de que há uma restrição dos verbos, já sensível às crianças, associada a regras ‘largas’, que bloqueia a alternância causativa em situações referenciais em que o objeto direto recebe o papel semântico-aspectual de tema incremental (DOWTY, 1991). Por outro lado, há uma regra ‘estreita’ de causativização que permite exceções do tipo “Me corre” (B., 3;3,17). Realizamos um experimento com o método da produção eliciada (CRAIN; THORTON, 1998) em crianças de duas diferentes escolas de Curitiba/PR. Em situação com objeto não-incremental, a tendência foi a produção de estruturas inacusativas, do tipo “caiu”, ou de estrutura alternante do tipo “quebrou”; já em situação incremental, não houve produção de alternância.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição de linguagem. Alternância causativa.

Introdução

Este artigo tem como objetivo investigar restrições semânticas no fenômeno da alternância causativa em dados de aquisição do português brasileiro (doravante PB).

A alternância causativa, também nomeada como “causativo-incoativa” ou “ergativa” (LEVIN, 1993), reside em fenômenos de movimento de DPs em posições argumentais, tais como em (1) e (2):

¹ UFPR/Fundação Araucária. *email:* tecacw@gmail.com

² IC-UFPR. *email:* irineu_jr88@hotmail.com

- (1) João quebrou a bolinha > A bolinha quebrou.
- (2) João desligou o carrinho > O carrinho desligou.

No PB, assim como em outras línguas, há restrições da ocorrência em determinadas situações, tais como em (3) e (4):

- (3) João leu o livro > * O livro leu.
- (4) João tomou o suco > * O suco tomou.

A literatura da área já postulou hipóteses sobre essa restrição, especialmente para o inglês, que versam, sobretudo, sobre a impossibilidade de retirar o argumento interno do VP quando este exprimir uma semântica de “efeito holístico”, em que o objeto, ou sua extensão física, a grosso modo, responsabiliza-se pela configuração temporal do evento, construindo o fenômeno conhecido como “homomorfismo” (ROTHSTEIN, 2004; KRIFKA, 1998), em que o objeto é “tema incremental” (DOWTY, 1991), pois aloca o primitivo cognitivo de trajetória ou PATH (JACKENDOFF, 1990; TALMY, 2001). Assim, em (3) e (4), a extensão física do livro, ou de uma de suas partes pragmaticamente indicada, diz sobre a duração do evento, assim como a quantidade de suco delimita temporalmente o evento de tomar o suco, respectivamente. Já em (1) e (2), o tamanho da bolinha ou do carrinho em nada contribuem para o desenho da duração temporal do evento.

Nossa hipótese é que as crianças, assim como os adultos, não produzem alternâncias como em (3) e (4) em nenhuma das fases de aquisição do PB, mesmo paralelamente a “erros” causativos (FIGUEIRA, 1985; PINKER 1989), como em (5) e (6), em que o primitivo semântico de PATH não entra em jogo:

- (5) Eu corri a perna atrás do mano e machuquei (B. 3; 3.1)
- (6) Ganha quando você chega as quatro peças no meio do ludo (M, 6;11.2)³

³ Os dados longitudinais de fala espontânea deste trabalho fazem parte do *Projeto Construção de Banco de Dados para Estudos em Aquisição de Tempo e Aspecto*, alocado na UFPR, sob a coordenação da profa. Dra. Teresa Cristina Wachowicz. Agradecemos aqui aos alunos e colegas de IC, Aline F. Rodrigues e Letícia Kolberg, pelas sugestões e comentários.

Assim, o primitivo PATH, alocado em posição de argumento direto (tema incremental), constitui-se como uma restrição semântica à aquisição e à produção de alternância causativa do PB.

Essa hipótese inicial foi testada em experimento do tipo “resposta elicitada” (CRAIN; THORTON, 1998), com 74 crianças de 3 a 9 anos, bem como com 10 adultos. A resposta com alternância era provocada por topicalização discursiva depois de exibição de vídeos em situações envolvendo três eventos: *limpar a mesa*, *ler o livro* e *quebrar a bolinha*. Os resultados comprovaram nossa hipótese à medida que a alternância só foi produzida na situação de *quebrar a bolinha*.

Nesse sentido, o artigo está organizado em três seções. Em 1, apresentamos os conceitos, bem como discussões teóricas, envolvidos em nosso trabalho: estrutura argumental, alternância, primitivos semânticos e PATH/tema incremental. Na seção 2, expomos a metodologia de experimentação. Em 3, desenvolvemos os resultados e a discussão comprobatória da hipótese.

Percurso teórico: alternância e primitivos semânticos

Se a hipótese deste trabalho versa sobre restrição semântica do fenômeno da alternância causativa em aquisição do PB, precisamos esclarecer, inicialmente, com quais conceitos de ‘estrutura argumental’ e ‘alternância causativa’ estamos trabalhando na análise. E se a questão é a respeito dos ‘primitivos semânticos’, faz-se igualmente necessário o esclarecimento sobre sua natureza e categorização.

Pode-se definir estrutura argumental como a configuração formada por um verbo e as expressões que o completam para formar um constituinte informativo de evento, tais como seu sujeito e complementos. Diversos tratamentos teóricos procuram explicar a construção da estrutura argumental. Num momento inicial, tem-se a ideia de que a motivação da estrutura argumental é essencialmente sintática (HOEKSTRA; MUELDER, 1990, apud RAPPAPORT; LEVIN, 2005). Já num segundo momento, o tratamento teórico atribui uma motivação lexical para a configuração da estrutura argumental (GRIMSHAW, 1990; TENNY 1994; ROTHSTEIN, 2004).

Dentro desta última vertente, os autores passam a se perguntar o que é semanticamente relevante no léxico para a sintaxe. Alguns afirmam que a informação temática é relevante (DOWTY, 1991) enquanto outros defendem

que o aspecto lexical tem um papel determinante neste fenômeno (TENNY, 1994; KRIFKA, 1998). Já, numa terceira via, há autores que conciliam o tratamento do fenômeno sob a influência do aspecto lexical e da informação temática (GRIMSHAW, 1990).

Orientando-se por este último caminho, tomamos estrutura argumental neste trabalho como a realização sintática de uma configuração semântica prévia, ou estrutura semântica (PINKER, 1989) construída no léxico de uma língua por primitivos que atuam na estruturação conceitual da linguagem (TALMY, 2001).

Nesse sentido, todos os verbos possuem primitivos semânticos que regem sua estrutura argumental. Cada verbo possui sua própria estrutura lexical, ou seja, informações que vão definir a maneira como eles serão utilizados numa determinada sentença. Esse fenômeno é conhecido como *Semantic bootstrapping*:⁴ há uma estrutura semântica nos verbos que vai determinar suas estruturas sintáticas. Os primitivos semânticos (tais como ACT e PATH) se unem (TALMY, 1985) para dar origem aos núcleos temáticos dos verbos. Os núcleos temáticos, por sua vez, dão origem às regras semânticas que regem o funcionamento dos verbos. Estas se subdividem em dois tipos: as regras lexicais largas e as regras lexicais estreitas. As largas são responsáveis por construções padrão, enquanto as estreitas realizam construções figurativas. É somente a partir das regras lexicais que a sintaxe vai começar a trabalhar com as regras de ligação, regras estritamente sintáticas que vão, finalmente, determinar a construção de uma determinada sentença. Assim, Pinker (1989) defende que a semântica rege a sintaxe, e não o contrário. O esquema abaixo ilustra o movimento do *bootstrapping* semântico defendido por Pinker (1989, cap.7):

⁴ O termo *bootstrapping* pode ser traduzido por 'alavanca' (CORRÊA, 2006, p. 24), e pode ser justificado pelo componente gramatical no qual a criança se apóia para a aquisição das estruturas linguísticas.

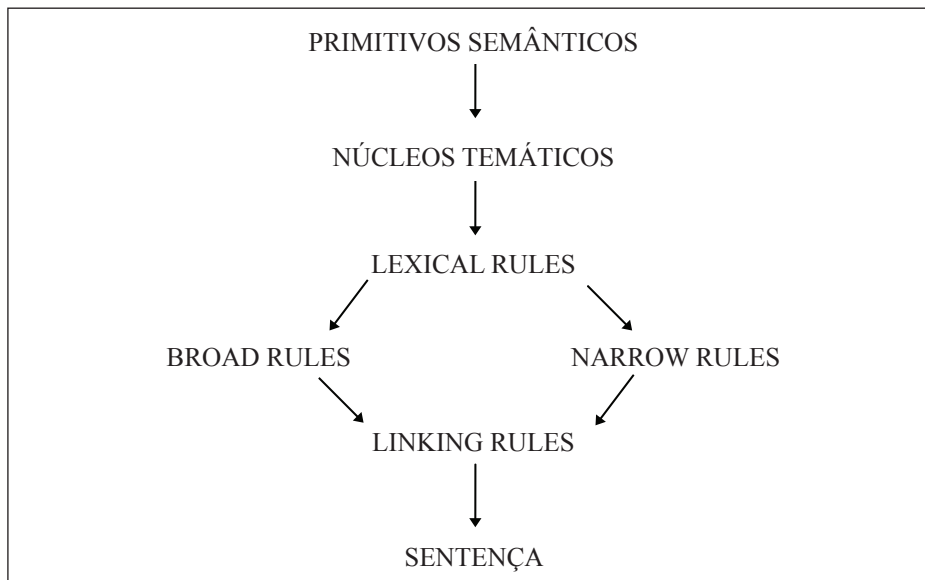


Figura 1: Esquema do Bootstrapping Semântico de Pinker 1989

Uma alternância como (1), repetida abaixo em (7) e (8), carrega anteriormente o primitivo de CAUSA e MUDANÇA DE ESTADO,⁵ que se conflacionam em um núcleo temático em (7b). A alternância causativa elimina o primitivo CAUSE da sentença, como em (8):

- (7) a. João quebrou a bolinha.
 b. *X* CAUSA *Y* MUDAR DE ESTADO para *Z*
- (8) a. A bolinha quebrou.
 b. *Y* MUDAR DE ESTADO para *Z*

Para a definição de alternância, há igualmente posturas teóricas diferentes. Em um enfoque inicialmente orientado sintaticamente, Levin e Rappaport-Hovav (2005) postulam que a alternância verbal é “o fenômeno em que um verbo admite mais de uma opção de realização argumental e pode

⁵ A literatura na área costuma indicar os primitivos em caixa alta e seu nome textual em minúsculas, desde as origens da tradição semântico-lexical (DOWTY, 1979) ou semântico cognitiva (JACKENDOFF, 1990) até as discussões epistemológicas (WECHLER, 1995). Assim, a noção de causa se traduz no núcleo temático como CAUSA.

exibir uma ou mais alternâncias na expressão do mesmo conjunto de argumentos”. Por outro lado, na tentativa de fundamentar cognitivamente o fenômeno, as autoras admitem a diferença entre causa interna e causa externa para justificar a alternância causativa:

An externally caused event is conceptualized as brought about by an external cause with immediate control over the event. The core verbs lexicalizing externally caused events are change-of-state verbs, such as *break*, *open*, or *cool*, which describe an external force or entity bringing about an effect on a second entity. Such verbs always have transitive uses, as in *The wind opened the door*, but they often have intransitive uses which do not make the external cause explicit, as in *The door opened*; these verbs, then, participate in the causative alternation. In contrast, an internally caused event is conceptualized as arising from inherent properties of the entity participating in this event. These properties are ‘responsible’ for the event; no external force is required. The prototypical verbs lexicalizing internally caused event, such as *sing* and *dance*, have an agentive argument with a self-controlled body acting volitionally. [...] Since internally caused events involve only one argument and this argument cannot be externally controlled, verbs denoting such events are intransitive and do not regularly show the causative alternations. (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005, p. 11-12)⁶

Dowty (2001), por sua vez, admite explicitamente a motivação semântica para as alternâncias, que pressupõem estrutura sintática em que as expressões argumentais têm mobilidade. Porém, o que fundamenta a possibilidade de alternância é a semântica. Em termos simplificados, a alternância não é semanticamente simétrica. Há uma forma considerada mais ‘básica’ ou ‘geral’ que outra. Num exemplo clássico do autor, a alternância *swarm-with*, em que o argumento oblíquo alterna para posição de sujeito, tem uma forma mais básica em (9) e uma forma derivada em (10), que se verifica no PB. O

⁶ “Um evento causado externamente é conceitualizado como trazido à tona por uma causa externa com controle imediato sobre o evento. Os principais verbos que lexicalizam eventos causados externamente são verbos de mudança de estado, tais como *quebrar*, *abrir* e *refrescar*, que descrevem uma força ou entidade externa acarretando um efeito em uma segunda entidade. Tais verbos sempre têm usos transitivos, como em *O vento abriu a porta*, mas eles frequentemente possuem uso intransitivo que não deixam a causa externa explícita, como em *A porta abriu*; estes verbos, então, participam da alternância causativa. Por outro lado, um evento causado internamente é conceitualizado como surgido de propriedades inerentes da entidade participante deste evento. Essas propriedades são ‘responsáveis’ pelo evento; nenhuma força externa é requerida. Os verbos prototípicos que lexicalizam eventos causados internamente, tais como *cantar* e *dançar*, possuem um argumento agentivo com um corpo autocontrolado agindo volitivamente. [...] Uma vez que eventos causados internamente envolvem apenas um argumento e este argumento não pode ser externamente controlado, verbos que denotam tais eventos são intransitivos e não mostram regularmente as alternâncias causativas.”

autor metaforizou a alternância *swarm-with* como um efeito de ‘textura’, em que se pressupõe preenchimento de espaço:

- (9) The garden swarmed with bees
‘O jardim enfestou com abelhas’
(10) Bees are swarming in the garden
‘As abelhas enfestaram o jardim’

Neste trabalho, dado que estamos recortando dados de aquisição de alternância e sua restrição semântica, assumiremos com Pinker (1989) a existência desses primitivos advindos de uma representação mental, no desdobramento de uma estruturação semântica que faz estrutura argumental. Logo, há realidade mental para esses fenômenos. Assumiremos igualmente que as alternâncias são motivadas semanticamente (DOWTY, 2001).

Nessa linha teórica, a pergunta mais geral é: quais são os primitivos semântico-cognitivos que têm papel relevante para as estruturas sintáticas?

Responder a essa pergunta é uma tarefa gigantesca, e nem teríamos esse objetivo tão pretensioso e abrangente. No entanto, Talmy (2001) se propõe a apresentar uma teoria de percepção visual que gera elementos semântico-cognitivos que fazem a estruturação conceitual da linguagem. Há uma distinção básica entre as informações semânticas que são pertinentes à sintaxe das que não são. Em (3) e (4), por exemplo, repetidas abaixo em (11) e (12), a informação de que o livro é de papel ou de pergaminho não faz diferença para a constituição temporal do VP. Da mesma forma, se o suco é de morango, e, portanto, vermelho, ou de manga, e, portanto, amarelo, isso não faz diferença para a inferência de que o tempo do evento vai depender do volume de suco no copo. Logo, substância e cor, respectivamente, não são informações semânticas pertinentes às sentenças:

- (11) João leu o livro > * O livro leu.
(12) João tomou o suco > * O suco tomou

No entanto, a informação de que a extensão física do objeto (livro e suco) vai construir a configuração temporal do evento é pertinente. Logo, trajetória (ou PATH) é um primitivo semântico que estrutura a linguagem gramaticalmente.

Essa diferença já foi tratada largamente na literatura. Grimshaw (2005), por exemplo, aloca de um lado o “conteúdo semântico” (substância e cor, por exemplo) e de outro lado “estrutura semântica” (trajetória). Em nomenclatura semelhante, Wunderlich (1997) distingue *semantic content* (conteúdo semântico) de *semantic form* (forma semântica) e Mohanan; Mohanan (1999) (apud SAEED, 2003) empregam os termos *conceptual structure* (estrutura conceitual) e *semantic structure* (estrutura semântica).

Pinker (1989), com base em Jackendoff (1990), formula a “hipótese de representação conceitual irrestrita”, que considera qualquer tipo de informação semântica (e que é, por isso mesmo, refutável) “hipótese do subsistema gramaticalmente relevante”, que elege um conjunto de primitivos pertinentes: “Jackendoff [1990] proposes that there is a set of basic conceptual or ontological categories: Thing, Event, State, Action, Place, Path, Property, and Amount” (PINKER, 1989, p. 176).⁷

Logo, na nossa tradução, INDIVÍDUO, EVENTO, ESTADO, AÇÃO, LUGAR, TRAJETÓRIA, PROPRIEDADE E QUANTIDADE e suas especificações do tipo ±contável ou ±tético são primitivos semânticos visíveis na sintaxe. A trajetória, na fundamentação perceptual de Talmy (2001), é configurada na visualização de movimento: “When one views an object moving with respect to other object [figure vs. ground], one sees the path it executes as having Euclidean specifics such as exact shape and size” (TALMY, 2001, p. 149).⁸

Em posição de argumento interno, PATH ganha a nomeação de ‘tema incremental’. Numa definição intuitiva, o tema incremental é o objeto direto cuja dimensão construirá a extensão temporal do evento. A relação teórica em jogo é de ‘homomorfismo’, pois o tempo passa à medida que o evento vai se construindo na extensão física do objeto. Dowty (1991) postula o tema incremental como um traço temático que o verbo atribui ao objeto:

Our focus on argument selection will also require to widen our scope to include a new role category I will call INCREMENTAL THEME. [...] The proposal is that the familiar way in which the aspect of telic predicates (accomplishments and achievements) depends on their NP arguments can be formally captured by the

⁷ “Jackendoff [1990] propõe que há um conjunto de categorias básicas conceituais ou ontológicas: Coisa, Evento, Estado, Ação, Lugar, Trajétória, Propriedade e Quantidade.”

⁸ “Quando alguém vê um objeto mover-se em relação a outro objeto [figura vs. fundo] este alguém vê a trajetória que ele executa como tendo especificidades Euclidianas tais como forma e tamanho exatos.”

principle that the meaning of a telic predicate is a homomorphism from its (structured) theme argument denotations into a (structured) domain of events. ‘HOMOMORFISM’ is a standard mathematical notion which is finding more and more applications in linguistics. (DOWTY, 1991, p. 567, citando HINRICHS, 1985 e KRIFKA, 1987, 1989)⁹

Logo, para esclarecer, estamos assumindo que PATH é um primitivo semântico-cognitivo e ‘tema incremental’ é o nome que PATH tem quando entra em posição de objeto direto (13). PATH pode, por exemplo, ocupar posição de adjunto (14):

(13) João carregou o caminhão com feno.¹⁰

(14) João pedalou da padaria até o banco.

Retornando à alternância causativa, a literatura postula primitivos conceituais ao fenômeno. Levin (1993), por exemplo, defende que verbos causativizáveis são aqueles que preveem mudança de estado:

They [causative alternations] involve verbs with transitive and intransitive uses, where the transitive use of a verb V can be paraphrased as roughly “cause to V-intransitive”. [...] The verbs undergoing the causative/inchoative alternation can roughly be characterized as verbs of change of state or change of position. (LEVIN, 1993, p. 26-30)¹¹

⁹ “Nosso foco na seleção de argumentos vai também requerer o aumento do nosso escopo para incluir uma nova categoria de papel que vamos chamar TEMA INCREMENTAL. [...] O propósito é que a maneira familiar em que o aspecto dos predicados télicos (*accomplishments* e *achievements*) depende de seus argumentos NP pode ser formalmente capturada pelo princípio de que *o significado de um predicado télico é um homomorfismo das suas denotações de argumento tema (estruturado) em um domínio de eventos (estruturado)*. “Homomorfismo’ é uma noção matemática padrão que encontra mais e mais aplicações na linguística.”

¹⁰ Dowty (1991) justifica a alternância locativa, em (i), como a neutralização de PATH na segunda sentença:

João carregou o caminhão com feno > João carregou feno no caminhão.

O mesmo fenômeno foi testado em aquisição de estrutura locativa com o verbo ‘encher’ (RODRIGUES; WACHOWICZ, 2010) no PB, como em (ii). Os resultados indicaram que as crianças preferem a segunda sentença, com a substância em posição de objeto direto, ao passo que adultos e crianças acima de 5 anos preferem a primeira:

Ela encheu o copo com suco > Ela encheu o suco no copo.

¹¹ “Elas (alternâncias causativas) envolvem verbos com usos transitivos e intransitivos, nos quais o uso transitivo do verbo V pode ser parafraseado como “causa para V-intransitivo”. [...] Os verbos submetidos à alternância causativa incoativa podem ser grosseiramente caracterizados como verbos de mudança de estado ou mudança de posição.”

Já Pinker (1989) postula o efeito holístico (sugestivo para PATH) como primitivo restritor à alternância:

The holism requirement applies to these verbs [adorn, impregnate, infect, load, etc.]: the entire object, and not just a part of it, must be completely covered, filled, or saturated. Rappaport and Levin suggest that the holism effect is actually an epiphenomenon of the fact that the verb specifies a change of state. (PINKER, 1989, p. 78)¹²

Efeitos de estruturas mediais, no que se conhece por “alternância média”, são licenciados pelo fato de a referenciação extensional do evento ser neutralizada pela denotação de hábito (15) ou propriedade (16): “The intransitive variant of this alternation, the middle construction, is characterized by a lack of specific time reference and by an understood but unexpressed agent” (LEVIN, 1993, p. 26).¹³

(15) Esse bolo assa fácil.

(16) Essa casa construiu rápido.

Na esteira de Pinker, vamos assumir a tradução cognitiva de PATH para a restrição holística da alternância causativa. Assim, (1) e (2) alternam porque os objetos diretos não são temas incrementais, ao passo que (3) e (4) não alternam porque os objetos diretos são incrementais. É como se o VP – na relação homomórfica entre verbo e objeto – ficasse tão comprometido com a configuração temporal, em eventos usualmente chamados de *accomplishments* (VENDLER, 1967; DOWTY, 1979; ROTHSTEIN, 2004), que a alternância do objeto fica inviabilizada.

Dadas as assunções teóricas, partimos para a questão central do trabalho: como a criança se comporta diante das alternâncias causativas? Haverá restrição? Por que a criança causativiza¹⁴ com “correr” e “ganhar”, mas não com “ler”, em (5) e (6), repetidos aqui em (17) e (18)?

¹² “O requisito do holismo se aplica a esses verbos (adornar, impregnar, infectar, encher, etc): o objeto inteiro, e não apenas uma parte dele, deve ser completamente coberto, enchido ou saturado. Rappaport e Levin sugerem que o efeito holístico é, na verdade, um epifenômeno do fato de que o verbo especifica a mudança de estado.”

¹³ “A variante intransitiva desta alternância, a construção do meio, é caracterizada pela perda de referência de tempo específico e por um agente entendido, mas não expressado.”

¹⁴ Assumimos aqui a noção de CAUSA da formulação da cadeia causal de Talmy (2001), que prevê estrutura de evento causativo complexo em subeventos de movimento de um agente e resulta em objeto:

- (17) Eu corri a perna atrás do mano e machuquei. (B 3;7.11)
(18) Ganha quando você chega as quatro peças no meio do ludo.
(M 6;11.2)

Nossa hipótese inicial é que a restrição de PATH para a alternância atua tanto em adultos como em crianças. Nesse sentido, PATH não é um primitivo presente em (17) e (18), e isso possibilita a causativização do incausativizável (verbos *correr* e *ganhar*) na fase dos ‘erros’ infantis, que, no caso da causativização, vai até aproximadamente 7, 8 anos (PINKER, 1989, cap. 7).

Na seção seguinte, apresentaremos os experimentos que desenvolvemos para checar nossa hipótese.

Metodologia dos experimentos

Para observar as produções de alternâncias causativas no PB, a metodologia experimental utilizada foi a de testagem de *elicited production task* (CRAIN; THORTON, 1998) em 74 crianças na faixa entre 3 e 9 anos. Ou seja, uma tarefa de produção de resposta específica foi provocada através de contexto apropriado.¹⁵ Optamos por provocar contextos com os eventos de “limpar a mesa”, “ler o livro” e “quebrar a bolinha”. O mesmo experimento foi realizado junto a 10 (dez) adultos.

As crianças foram testadas em ambiente escolar, na sala de leitura, em que não havia barulho nem circulação de pessoas. Através de imagens projetadas por um *laptop* e um gravador digital, as crianças assistiam a pequenas cenas e depois eram provocadas com uma pergunta.

No evento de “limpar a mesa”, por exemplo, uma moça com um pano na mão começa a limpar a superfície de uma mesa completamente suja de pó de Nescau até que fique tudo limpo. Em seguida, a entrevistadora perguntava “O que aconteceu com a mesa?”. Com essa estrutura, acreditamos ter topicalizado o indivíduo que tenderia a preencher a posição de sujeito da resposta

‘a perna’ e ‘as quatro peças’ dos exemplos (17) e (18), respectivamente.

¹⁵ Embora a proposta de Crain e Thorton (1998) seja versar de forma mais específica a testagem de fenômenos sintáticos, que comprovem a Gramática Universal preconizada pela Sintaxe Gerativa, e que por isso preveem respostas estruturalmente pontuais no método de produção eliciada, nosso objetivo aqui visa fenômenos sintático-semânticos em respostas provocadas com o sujeito previsto no contexto discursivo. Isso justifica parcialmente o leque de respostas diferentes dos nossos sujeitos testados, expostas a seguir.

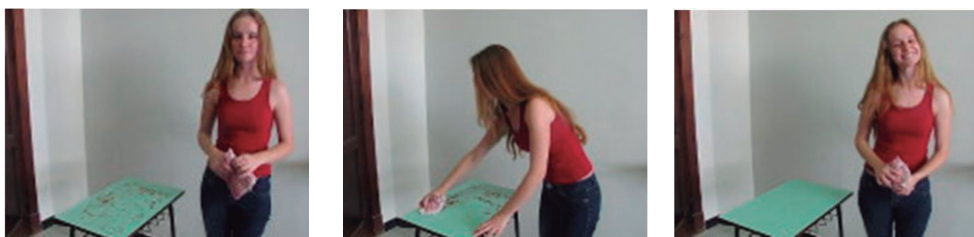
da criança; no caso, a mesa. No evento de ler o livro, a mesma moça sentada à mesa tem o livro fechado em mãos. A seguir, ela começa a folhear o livro e a simular a leitura com o movimento dos olhos e cabeça. Na última cena, ela fecha o livro e o deposita sobre a mesa. A pergunta da entrevistadora era “O que aconteceu com o livro?”. Na mesma orientação, no evento de “quebrar a bolinha”, um rapaz brincava com uma bolinha e a deixa cair ao chão. A câmera então focaliza a bolinha quebrada. A seguir, vem a pergunta “O que aconteceu com a bolinha?”.

Optamos neste experimento por imagens gravadas em vídeo por acreditarmos serem mais fiéis à percepção visual da criança em relação ao mundo, atendo-se ao conceito de mundo projetado (JACKENDOFF, 1985), a partir do qual os indivíduos constroem linguagem selecionando traços do mundo que resultam em estruturas gramaticais. Imagens em desenho ou animação contêm o apelo ao imaginário, além de serem, usualmente, confusas. Ou seja, os desenhos trazem mais um plano de interpretação do mundo. Nesse sentido, com desenhos, a criança ganha uma dificuldade perceptual a mais: passar a interpretação de seu mundo ordinário ao mundo da imaginação.

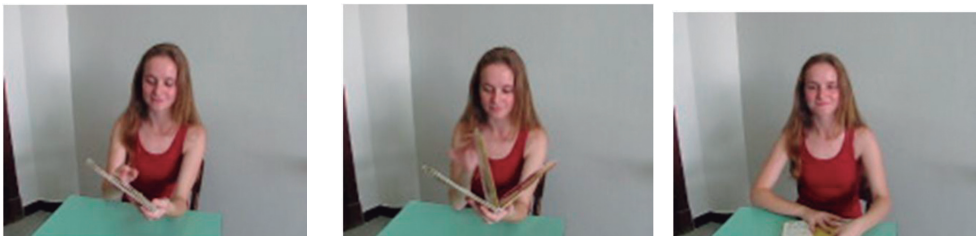
Além disso, as imagens de nossos vídeos não traziam qualquer outro tipo de elemento que pudesse funcionar como distrator à resposta, como quadros à parede ou bijuterias e adereços nas vestes dos ‘atores’. Isso se traduz por uma tentativa de controle de contexto fundamental à execução de experimento.

As imagens abaixo sintetizam os vídeos mostrados:

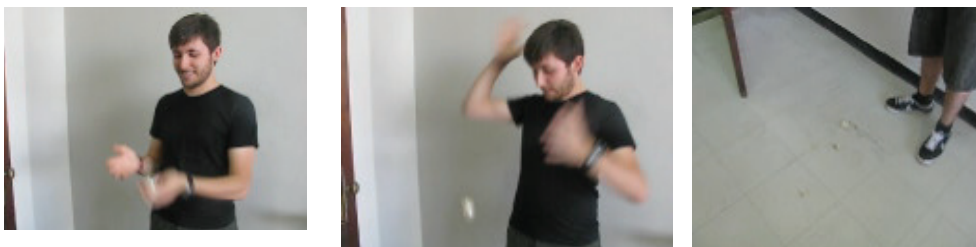
A – Limpar a mesa



B – Ler o livro



C – Quebrar a bolinha



Em algumas situações, em que a resposta da criança desviava-se da pretendida, a entrevistadora provocava uma pergunta do tipo “por quê?”, como procedimento de checagem do raciocínio da criança (LOPES, CORREA, 2006).

Após os testes, as respostas foram transcritas para um quadro do seguinte formato:

Nome:		Nascimento:		Idade em 4/8:	
1. Limpar a mesa					
O que aconteceu com a mesa?					
Por quê?					
2. Ler o livro					
O que aconteceu com o livro?					
Por quê?					
3. Quebrar a bolinha					
O que aconteceu com a bolinha?					
Por quê?					

Quadro 1: Ficha de preenchimento dos dados gravados

No mesmo experimento, outras cenas foram mostradas, como “assustar com o sapo” e “encher o copo com água”, com o objetivo de testar outras estruturas, como a de verbos psicológicos de sujeito-experienciador e verbos locativos.

Resultados e discussão

As respostas para o evento de “limpar a mesa” foram bastante variadas, concentrando-se em estruturas como as listadas abaixo:

E. (3; 9, 26): Ela limpou tudo a mesa que tava suja.

P. (3; 11, 29): Ficou limpa.

B. (4; 4, 18): Ficou limpinha.

A. (5; 3, 25): Ela ficou limpa.

V. (6; 1, 17): Ela limpou.

R. (7; 3, 25): Ela tava suja e daí ela limpou.

E. (adulto): Ficou limpa.

Precisamos observar que “a mesa” e o indivíduo agente da cena têm o mesmo gênero – feminino. Logo, teríamos problema em interpretar o pronome “ela” em “Ela limpou”: a criança estaria referindo-se ao objeto mesa ou ao indivíduo agente? Na literatura, o traço \pm animado do pronome é restrição para o apagamento do argumento, tanto em posição de sujeito (FERREIRA, 2000) quanto em posição de objeto (LOPES, 2003). Ou seja, em “Ela limpou” tem-se provavelmente a leitura de que “ela” é o indivíduo +animado/ agente. Já em “Ficou limpa”, lê-se preferencialmente que o sujeito é o objeto “mesa” –animado. O resultado oposto foi observado no evento de “quebrar a bolinha”. Uma segunda observação torna-se pertinente nesses dados: a produtiva construção com passivas adjetivais do tipo “ficou limpa”, em que se evidencia a leitura de um resultado do evento. Segundo Ramchand (2008), o dado serve como evidência de que o primitivo ‘*result*’ encontra-se no item lexical de “limpar”.

Para organizar uma sistemática de análise, escolhemos três categorias de estruturas: 1) o item verbal sem preenchimento de argumentos (por exemplo, “limpou”/“ficou limpa”), codificado como $_V__$; 2) o verbo com sujeito feminino (por exemplo, “ela limpou”/“ela ficou limpa”), codificado como

ProF V₋; 3) o verbo com sujeito e objeto preenchidos, sendo invariavelmente o sujeito feminino (por exemplo, “ela limpou a mesa”/ “ela limpou tudo”), codificado como ProF V Pro.

O resultado para “limpar a mesa”, no gráfico 1 abaixo, tem no eixo vertical a porcentagem de respostas em escala de 0 a 10, lendo-se 0 a 100%. No eixo horizontal, tem-se as faixas de idade. As mesmas notações valem para os gráficos 2 e 3 na sequência.

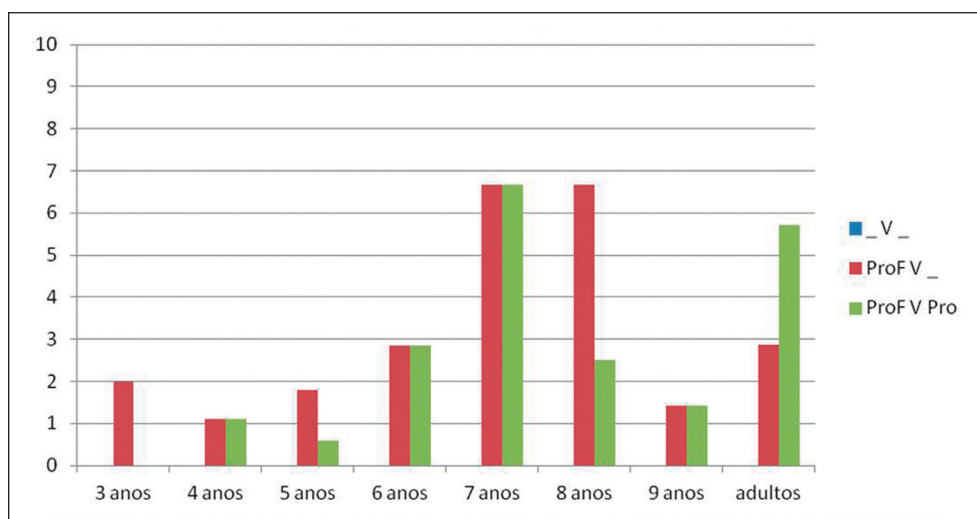


Gráfico 1: Respostas para ao evento de “limpar a mesa”

Percebe-se que a forma do tipo “Ela limpou”, com pronome feminino realizado na posição de sujeito, marcado no gráfico em vermelho, é uma forma preferencial das crianças. Já os adultos preferem formas do tipo “Ela limpou tudo”, em que ambos os argumentos são realizados, o que está marcado em verde no gráfico. Nenhuma criança ou adulto respondeu com uma estrutura do tipo “Limpou”. Isso comprova nossa hipótese de que o traço de tema incremental atribuído pelo verbo “limpar” à “mesa” não licencia a alternância – pelo menos nesse contexto de fala. Seguindo a hipótese de que o traço +animado do pronome é restritor para apagamento, interpretamos as respostas do tipo “Ela limpou”, em vermelho, como sendo estruturas sem alternância, na forma transitiva de sujeito agente.

Com relação ao evento de “ler o livro”, as respostas prototípicas foram as seguintes:

- T. (3; 9, 7): *Acabou de ler a história.*
- B. (4; 4, 18): *Ela leu tudo.*
- J. (5; 9, 27): *Ficou fechado.*
- V. (6; 1, 17): *Ela leu.*
- A. (6; 6, 0): *Ela leu tudo e agora fechou.*
- A. (7; 1, 27): *Ela leu todas as páginas.*
- T. (adulto): *Foi lido.*

Aqui, o gênero do sujeito agente e do objeto são diferentes: feminino e masculino, respectivamente. Quando a posição de sujeito era preenchida, a forma preferencial foi “Ela leu”, o que comprova a restrição do traço +animado para apagamento de argumento. As poucas respostas em que o verbo “ler” aparece sozinho concentram-se em estruturas passivas adjetivas, do tipo “ficou fechado”, especialmente nas crianças, e “foi lido”, na passiva verbal, fundamentalmente em adultos.

Os resultados foram os seguintes:

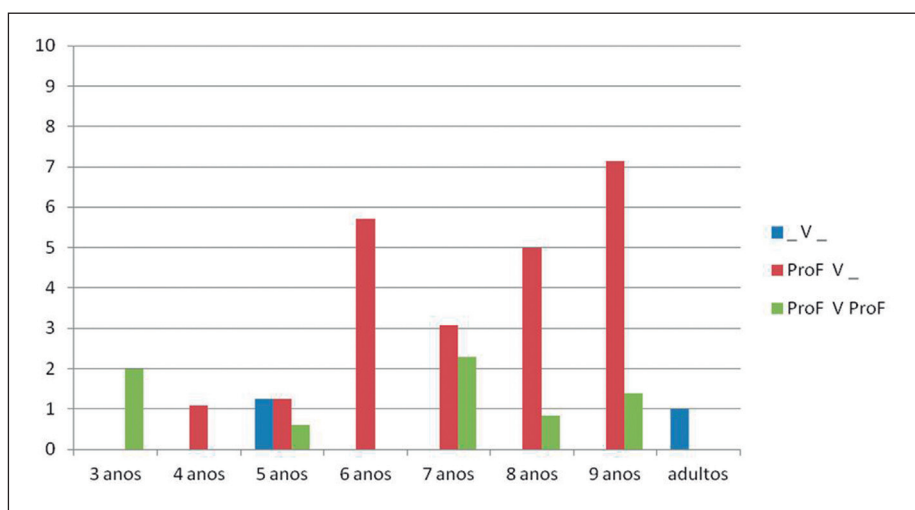


Gráfico 2: Respostas para ao evento de “ler o livro”

Novamente, tem-se uma situação em que nenhuma resposta evidenciou alternância. Nem crianças nem adultos responderam algo do tipo “Ele leu”. Como “livro” é tema incremental na estrutura, carregando o primitivo PATH projetado pelo verbo, fica inviabilizado de ser extraído do espaço do VP, que contém a configuração do aspecto lexical.

Por fim, para o evento de “quebrar a bolinha”, os resultados foram bem diferentes. O sujeito agente é +animado e o objeto afetado é –animado. Isso é fator semântico determinante para o apagamento do participante “bolinha”. Na maioria das respostas, a estrutura foi construída com sujeito apagado, como evidenciam os exemplos de respostas prototípicos:

- J. (2; 9, 5): Caiu no chão*
V. (3; 4, 19): Destruiu.
L. (3; 5, 28): Quebrou.
A. (4; 5, 30): Caiu.
I. (4; 9, 16): Estourou.
M. (5; 0, 22): Quebrou...era um ovo.
A. (5; 3, 25): Quebrou.
B. (6; 9, 0). Quebrou.
J. (7; 9, 25): Ela quebrou.
A. (adulto): Caiu. Quebrou.

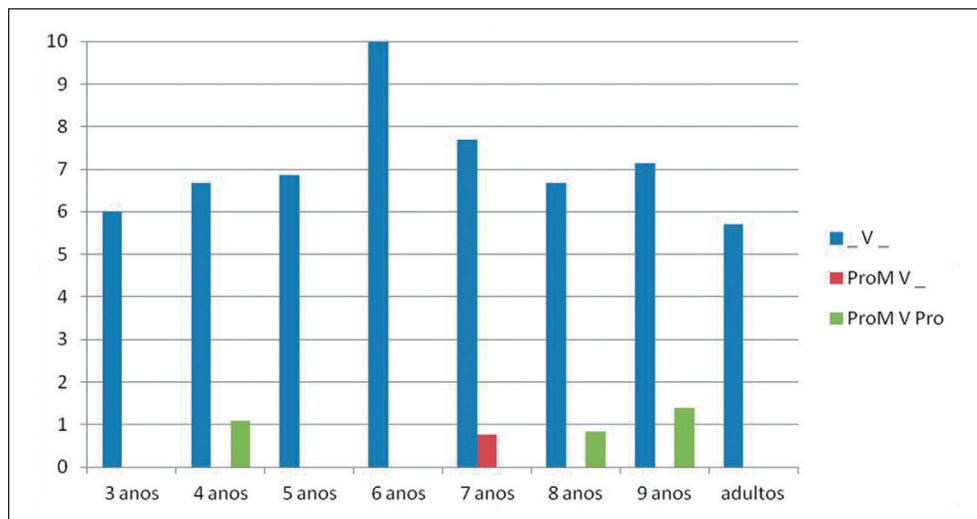


Gráfico 3: Respostas para ao evento de “quebrar a bolinha”

Fica evidenciado que a resposta preferencial, tanto de adultos quanto de crianças, é a com argumentos apagados, numa representação em *_V_*, marcada em azul no gráfico 3 acima. Se o traço –animado favorece o apagamento de argumento, e se o condicionamento discursivo força a resposta com “a bolinha” na posição de sujeito, através da pergunta “O que aconteceu com a bolinha?”, podemos concluir que houve alternância na maioria das respostas. As poucas respostas sem alternância ficam em estruturas do tipo “Ele deixou a bolinha cair no chão”. O verbo “quebrar” (ou os outros empregados nas respostas, como “estourou”, “caiu”, “espatifou”, etc.) não contém o traço de trajetória PATH. Logo, “bolinha” não é tema incremental, e isso não é restrição para a alternância causativo-incoativa.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi investigar a produção de alternância causativa em crianças de 3 a 9 anos, para testar a hipótese de que tema incremental em posição de objeto é elemento restritor à alternância. Através de experimento de testagem do tipo produção eliciada, três vídeos foram mostrados às crianças: “impar a mesa”, “ler o livro” e “quebrar a bolinha”. Em seguida, a entrevistadora provocava a alternância com uma pergunta topicalizando discursivamente o sujeito: “o que aconteceu com a mesa/ o livro/ a bolinha?”.

Os resultados comprovaram a hipótese de que o traço incremental de “mesa” e “livro” impediu respostas com alternância do tipo “a mesa limpou” ou “o livro leu”, mesmo em estruturas com sujeito pronominal, em que “ela limpou” e “ela leu” eram interpretados como realizações pronominais do sujeito agente, posto que com traço +animado. O evento de “quebrar a bolinha” provocou alternância com estruturas do tipo “quebrou”.

Como as respostas dos adultos acompanharam relativamente o comportamento das crianças, podemos concluir que o primitivo de PATH é restrição semântica atuante no português brasileiro, tornando evidente a relevância dessa questão pontual para a estruturação da gramática. Obviamente outros tantos estudos envolvendo PATH podem ser igualmente reveladores, como a restrição de nominal nu em posição de argumento interno quando portador do traço incremental: “Dinossauro foi descoberto em Minas Gerais”/ *O cientista desenhou dinossauro depois da descoberta” (PIRES DE OLIVEIRA, 2011).

De forma igualmente óbvia, outras tantas questões podem ser desenvolvidas a partir de dados semânticos de verbos do PB. Há diferentes tipos de PATH na estrutura argumental: verbos de consumo (comer, beber, etc.), mudança de estado (limpar, lixar, pintar, etc.), criação (desenhar, construir, etc.) e trajetória (ler, declamar, percorrer, etc.) (TENNY, 1994). Essas diferenças e seus acarretamentos podem nos evidenciar as diferenças de interpretação entre “A mesa limpou fácil” e “O livro leu rápido”, sugerindo que verbos de trajetória limitam mais a alternância do que verbos de mudança de estado.

Para além do fenômeno da alternância causativa, o papel de PATH na gramática é certamente um recorte teórico que merece análises mais variadas e aprofundadas.

WACHOWICZ, Teresa Cristina; DEROSSO JÚNIOR, Irineu Natal. The Acquisition of the Brazilian Portuguese Causative Alternation *Revista do GEL*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 8-28, 2012.

ABSTRACT: *The aim of this work is to analyse the production of causative alternations by children in their language acquisition process. Pinker (1989) defends the hypothesis that there is a semantic structure in the verbal lexicon that determines its syntactic and argument structure. The lexical entrance of the verb is semantically structured and predicts two kinds of rules: the broad lexical rules, conservative, associated with the argument structure configuration, and the narrow lexical rules, transgressive, associated with the figurative cases of both children and adults constructions. Based on these theories, we defend the hypothesis that there is a constraint for verbs, which children are already sensitive to and is associated with the broad rules. These rules block the causative alternation in referential situations in which the direct object receives the semantic-aspectual role of incremental theme (DOWTY, 1991). On the other hand, there is a narrow rule of causativization which allows exceptions such as “Me corre” (B., 3;3,17). We performed an experiment with the elicited production method (CRAIN; THORTON, 1998) with children from two different schools in Curitiba/PR. With non-incremental object, their tendency was to produce unaccusative structures, such as “caiu” (‘fell’), or alternating structure, such as “quebrou” (‘broke’). However, in the incremental situation, there was no production of alternation.*

KEYWORDS: *Language acquisition. Causative alternation.*

Referências

CRAIN, S.; THORTON, R. **A Guide to Experiments on the Acquisition of Syntax and Semantics**. Massachusetts: MIT Press, 1998.

DOWTY, D. The semantic asymmetry of 'argument alternations' (and why it matters), *Making Sense: From Lexeme to Discourse*. In: VAN DER MEER, G.; TER MEULEN, A. G. B. (Ed.) **Groninger Arbeiten zur germanistischen Linguistik**. Groningen: Center for Language and Cognition Groningen, 2001. n. 44. [Note: this is an abbreviated version of a longer paper in preparation.]. Disponível em: <<http://www.ling.ohio-state.edu/~dowty>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

_____. Thematic proto-roles and argument selection. **Language**, [s.l.], v. 67, n. 3, p. 547-619, 1991.

_____. **Word meaning and montague grammar**. Dordrecht: Reidel, 1979.

FERREIRA, M. B. The Morpho-Semantics of Number in Brazilian Portuguese Bare Singulars. **Journal of Portuguese Linguistics**, [s.l.], v. 9, p. 95-116, 2010.

FIGUEIRA, R. A. **Causatividade**: um estudo longitudinal de suas principais manifestações no processo de aquisição de português por uma criança. 363 p. 1985. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, Unicamp, Campinas, 1985.

GRIMSHAW, J. **Words and structure**. Stanford: CSLI Publications, 2005.

_____. **Argument structure**. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

JACKENDOFF, R. **Semantics and Cognition**. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

KRIFKA, M. The Origins of Telicity. In: ROTHSTEIN, S. **Events and grammar**. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1992. p. 197-235.

LEVIN, B. **English verb classes and alternations** – a preliminary investigation. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B.; HOVAV, M. R. **Argument Realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LOPES, R. E. V.; CORREA, L. S. **Métodos no estudo de aquisição de linguagem**. Curso de curta duração no I ENAL (Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem). PUCRS, Porto Alegre, 2006.

LOPES, R. E. V. Katar, kata, katou: a aquisição do objeto nulo e sua relação com o aspecto. In: CASTILHO, A. T. et al. (Org.) **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas/SP: Pontes, 2003. p. 673-286.

PINKER, S. **Learnability and Cognition**: the acquisition of argument structure. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press, 1989.

OLIVEIRA, R. P.; ROTHSTEIN, S. Uma semântica para os nominais nus no Português do Brasil. **Revista da Abralín**, 2011.

RAMCHAND, G. C. **Verb Meaning and the Lexicon: a First-Phase Syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RODRIGUES, A. F.; WACHOWICZ, T. C. **Aquisição de estruturas locativas no PB**. Apresentação oral no I EXFA (Experimental Psycholinguistics). Campinas: Unicamp, IEL, 2010.

ROTHSTEIN, S. **Structuring Events: a study in the semantics of lexical aspect**. Oxford: Blackwell, 2004.

SAEED, J. I. **Semantics**. Cambridge: Blackwell, 2003.

TALMY, L. **Toward a Cognitive Semantics**. Vol. I e II. Cambridge, Mass: The MIT Press, 2001.

_____. Lexicalization patterns. Semantic structure in lexical form. In: SHOPEN, T. (Ed.). **Language typology and syntactic description**. Vol. 3. Cambridge: CUP, 1985. p. 36-149.

TENNY, C. **Aspectual roles and the syntax-semantics interface**. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1994.

VENDLER, Z. **Linguistics in philosophy**. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1967.

WECHSLER, S. **The Semantic Basis of Argument Structure**. CSLI Publications, Stanford, 1995.

UMA PROPOSTA PARA O TRATAMENTO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO TEMPORAIS NO MODELO DE ANÁLISE MODULAR DO DISCURSO

Gustavo Ximenes CUNHA¹

RESUMO: Este trabalho propõe uma revisão da forma como o Modelo de Análise Modular do Discurso estuda as relações de discurso temporais. Para isso, apontamos os problemas subjacentes à definição da categoria com que o modelo estuda as relações temporais, a categoria genérica de sucessão. Essa categoria é problemática, porque (a) faz entender que só existem relações de sucessão em sequências narrativas; (b) reforça a ideia de que os acontecimentos de uma narração se ligam sempre por relações de sucessão; (c) não permite o tratamento de outras relações temporais; (d) impede a percepção de que as sequências discursivas podem apresentar essas outras relações temporais. Após a discussão de cada um desses problemas, apresentamos uma proposta que, na tentativa de contorná-los, substitui a categoria de sucessão pela categoria de tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de discurso temporais. Forma de organização relacional. Modularidade.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta para o estudo das relações de discurso temporais. Mais especificamente, ele propõe uma revisão da forma como um modelo da Análise do Discurso, o Modelo de Análise Modular do Discurso, realiza esse estudo, a fim de problematizar alguns de seus postulados. Para isso, apresentamos inicialmente a maneira como esse modelo estuda as relações de discurso de modo geral, no interior da forma de organização relacional. Em seguida, focalizando apenas a categoria com

¹ Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (Poslin), Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte – MG, Brasil. *email:* ximeneskunha@yahoo.com.br

que o modelo estuda a relação cronológica entre acontecimentos, a categoria genérica de sucessão, argumentamos que essa categoria é problemática para o tratamento das relações temporais, tendo em vista quatro implicações a ela subjacentes. Após uma discussão sobre cada uma dessas implicações, será apresentada uma proposta para um tratamento mais adequado das relações de discurso temporais no interior do próprio modelo modular.

A forma de organização relacional

Em sua versão atual (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; FILLIETTAZ; ROULET, 2002; MARINHO; PIRES; VILLELA, 2007), o Modelo de Análise Modular do Discurso constitui um instrumento de análise que integra e articula, em uma perspectiva cognitivo-interacionista, as dimensões linguística, textual e situacional da organização do discurso. Nesse sentido, esse é um modelo global e abrangente de compreensão da complexidade discursiva.

Conforme a metodologia adotada pelo modelo modular, identificam-se, inicialmente, os módulos que entram na composição do discurso.² Posteriormente, procura-se mostrar como as informações resultantes do estudo dos módulos se combinam em formas de organização do discurso.³

No modelo, o estudo das relações de discurso se faz na forma de organização relacional. Nessa forma de organização, as informações do módulo hierárquico, que define as categorias e as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todo tipo de texto, dialogal ou monologal, oral ou escrito, são combinadas com informações dos módulos lexical, sintático e referencial. O estudo dessa forma de organização se realiza em duas etapas. Na primeira, identificam-se as relações ilocucionárias e interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória dis-

² Nessa abordagem, cada dimensão do discurso é constituída de módulos. Assim, a dimensão linguística se constitui dos módulos lexical e sintático; a dimensão textual se constitui do módulo hierárquico; e a dimensão situacional se constitui dos módulos interacional e referencial.

³ No modelo modular, distinguem-se dois tipos de formas de organização: as elementares e as complexas. As formas de organização elementares (fono-prosódica, semântica, relacional, informacional, enunciativa, sequencial e operacional) resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos. Já as formas de organização complexas (periódica, tópica, polifônica, composicional e estratégica) resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos e das formas de organização elementares e/ou complexas.

cursiva.⁴ Na segunda etapa, determina-se a relação específica entre um constituinte em particular e uma informação da memória discursiva.

Na primeira etapa, a identificação das relações ilocucionárias e interativas genéricas se baseia em uma lista reduzida de categorias, as quais são consideradas suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialogal como monologal. Ao se utilizar dessas categorias, o modelo evita estabelecer *a priori* uma quantidade excessiva das relações específicas que podem ser encontradas em um discurso (ROULET, 2002, 2003). Além disso, com essas categorias de relações genéricas, é possível extrair o que Roulet (2002) chama de “o perfil relacional de um discurso”, em que se evidenciam as relações dominantes de sua organização. A noção de argumento, por exemplo, é utilizada como categoria genérica para recobrir uma classe de relações interativas como “causa (deliberada ou não deliberada), explicação, justificacão, motivação, consequência, objetivo, resultado, condição, restrição, argumento suplementar, argumento decisivo, etc.” (ROULET, 2003, p. 157).

Na forma de organização relacional, as relações ilocucionárias caracterizam as intervenções que constituem as trocas. Essas relações podem ser iniciativas ou reativas, dependendo do lugar em que ocorre a intervenção na estrutura hierárquica.⁵ Distinguem-se três categorias genéricas de relações ilocucionárias iniciativas (interrogação, pedido e informação) e duas categorias genéricas de relações ilocucionárias reativas (resposta e ratificação) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; CUNHA, 2012).

As relações interativas, por sua vez, caracterizam os constituintes das intervenções. Distinguem-se oito categorias genéricas de relações interativas: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, comentário e clarificação. O estabelecimento das categorias genéricas de relações interativas se justifica pelo fato de que o agente, para alcançar seus objetivos comunicativos, pode produzir intervenções complexas. Na produção dessas intervenções, ele pode introduzir argumentos para reforçar um ponto de vista, rejeitar uma ideia com a apresentação de contra-argumentos, comentar partes de seu texto, reformular ideias, tornando-as mais claras

⁴ A memória discursiva é definida como “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (BERRENDONNER, 1983, p. 230).

⁵ “A primeira intervenção de uma troca é ligada à segunda por uma relação ilocucionária iniciativa; a última intervenção de uma troca é ligada à precedente por uma relação ilocucionária reativa; e cada intervenção intermediária é ligada à precedente por uma relação ilocucionária reativa e à próxima por uma relação ilocucionária iniciativa” (ROULET, 2006, p. 120).

para seu ouvinte/leitor, enumerar os sucessivos eventos de uma narração, etc. (ROULET, 2006).

As categorias de relações genéricas podem ser explicitadas por marcadores linguísticos, como os conectores e as construções sintáticas. Assim, a relação interativa de contra-argumento pode ser marcada por conectores, como *mas*, *porém*, *embora*, etc. Da mesma forma, a relação ilocucionária de pedido pode ser marcada por uma construção sintática imperativa.

Como foi dito, o estudo das relações de discurso genéricas constitui a primeira etapa da análise da forma de organização relacional. Aprofundando esse estudo, a segunda etapa descreve as relações ilocucionárias e interativas específicas entre um constituinte textual e uma informação da memória discursiva. Essa descrição é importante, porque permite estudar as especificidades, por exemplo, das relações de argumento que são marcadas por conectores e daquelas que não apresentam nenhuma marcação linguística, bem como de uma relação de argumento marcada por *porque* e de relações marcadas por *pois*, *portanto*, *aliás*, etc. (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Na análise relacional, o estudo das especificidades de cada relação discursiva é feito com a aplicação de um cálculo inferencial, que se baseia nas propriedades linguísticas, hierárquicas e referenciais dos constituintes do texto. Para realizar esse cálculo, formulam-se premissas com base nas informações linguísticas dos constituintes textuais. Nessas premissas, as informações linguísticas são enriquecidas pelos referentes que saturam pronomes, expressões nominais e desinências verbais. Esses referentes se constituem de elementos dêiticos de pessoa, espaço e tempo ou de objetos de discurso previamente mobilizados no discurso. Caso a relação seja marcada por conector, formula-se, em seguida, outra premissa a partir da instrução (gramatical e pragmática) desse conector. Finalmente, com base nessas premissas, chega-se à conclusão ou interpretação final sobre a relação específica considerada (MARINHO, 2002; ROULET, 2003).

No próximo item, vamos discutir a noção de categoria genérica de sucessão, a fim de verificar os problemas que essa noção traz para o estudo das relações de discurso temporais. Após essa discussão, será possível propor, em seguida, outra forma de se analisarem as relações de discurso temporais na forma de organização relacional.

A categoria genérica de sucessão

Na forma de organização relacional, a categoria genérica que trata das relações temporais, que é a de sucessão, é definida da seguinte forma: “**sucessão** (que recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração; marcada por *depois, em seguida, etc.*)” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 172). Conforme Roulet (2006, p. 372), essa categoria se verifica quando o produtor de um texto “tem que ligar os sucessivos eventos de uma narração pela relação interativa genérica de *sucessão*”.

Como se observa, a definição que o modelo modular propõe para essa categoria correlaciona fortemente a categoria genérica de sucessão e a narração. Essa correlação é bastante problemática por, pelo menos, quatro motivos. Essa categoria:

- a) faz entender que só existem relações de sucessão em sequências narrativas, impedindo o estudo das relações de sucessão verificáveis em outros tipos de discurso (descrição, deliberação).
- b) reforça a ideia, procedente da tradição de estudos narrativos originada em Labov, de que os acontecimentos de uma narração se ligam sempre por relações de sucessão. Ou seja, sem sucessão cronológica de acontecimentos não há narração.
- c) não permite o tratamento de outras relações temporais, já que a categoria de sucessão “recobre *somente* as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”.
- d) como decorrência de (c), impede a percepção de que as sequências discursivas (narrativas, descritivas e deliberativas) também podem apresentar essas outras relações temporais.

Na continuação deste item, trazemos argumentos para defender que essas quatro implicações, subjacentes à definição da categoria genérica de sucessão, não se sustentam.

a) Só existem relações de sucessão em sequências narrativas

Se, como propõe o modelo modular, a categoria de sucessão “recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”, infere-se que só existem relações de sucessão em sequências narrativas. Mas, para mostrar que as relações de sucessão cronológica entre acontecimentos

não ocorrem apenas em sequências narrativas, é suficiente analisar qualquer exemplar do gênero receita culinária. Após os trabalhos de Adam (1992, 1999), é relativamente consensual a hipótese de que os exemplares desse gênero são formados por sequências descritivas. Sem entrar nos detalhes da definição dada por Adam para a descrição, defende o autor que o objeto da descrição nas receitas é o alimento a ser preparado. Vejamos a receita abaixo:

Bolinhas de queijo

- 200g de queijo prato moído ou ralado
- 200g de queijo parmesão ralado
- 2 ou 3 claras batidas em neve
- 2 colheres (sopa) cheias de farinha de trigo
- Óleo para fritura

1 Coloque em uma tigela os queijos e a farinha de trigo. Misture para incorporar e adicione as claras batidas em neve.

2 Unte as mãos com um pouco de óleo e faça bolinhas com a massa.

3 Aqueça abundante óleo em uma panela e doure as bolinhas de queijo. Escorra em papel absorvente. Sirva quente.

BENTA, Dona. *Dona Benta: comer bem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. p. 65.

Nesse texto, a seção relativa ao modo de preparo das bolinhas de queijo apresenta uma série de ações cronologicamente ordenadas. A ordenação ou sucessão cronológica dessas ações se faz sentir pela impossibilidade de se inverterem os passos 1, 2 e 3 ou mesmo os atos que formam cada passo. Por exemplo, no passo 2, quem se dispuser a fazer a receita deve, primeiro, untar as mãos e, só depois, fazer bolinhas com a massa. Da mesma forma, para fritar (dourar) as bolinhas de queijo, como orienta o passo 3, é preciso, primeiro, fazer a massa, como instruem os passos 1 e 2.

Também é possível atestar as relações de sucessão entre as ações do modo de preparo por meio da inserção de conectores, como “depois” ou “em seguida”:

- (01) 3 Aqueça abundante óleo em uma panela e [*em seguida*] doure as bolinhas de queijo. [*Depois*] Escorra em papel absorvente. [*Em seguida*] Sirva quente.

Embora as relações entre as ações do modo de preparo dessa receita sejam claramente temporais, elas não ocorrem em uma sequência narrativa e sim em uma sequência descritiva. Porém, considerando a definição da categoria de sucessão dada pelo modelo modular, que trata somente dos acontecimentos de uma narração, não seria possível dizer que essas ações se ligam por relações de sucessão.

b) Sem sucessão cronológica de acontecimentos não há narração

Ao definir a categoria genérica de sucessão postulando que ela “recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”, o modelo correlaciona fortemente a relação de sucessão (ou uma sequência cronológica de acontecimentos) e a narração, o que evidencia uma ancoragem dessa categoria na tradição laboviana dos estudos da narrativa, que, assim como a definição proposta, estabelece essa correlação (REINHART, 1984).

Segundo Labov (1972, p. 359-360), a narração por ele estudada “é um método de recapitular a experiência passada, combinando uma sequência verbal de orações na ordem em que os eventos ocorreram”. Mais especificamente, a narração para Labov “é uma sequência de duas orações temporalmente ordenadas”. Ainda que Labov reconheça a existência de outras formas de narrar, muitos linguistas tomaram a definição desse autor como uma definição para a narração de modo geral, como se uma sequência narrativa não pudesse apresentar outras formas de localizar temporalmente os acontecimentos. Essa definição, que associa de modo rígido narração e sequência cronológica de acontecimentos, é a adotada, por exemplo, por Moeschler (1996, p. 302), que oferece uma definição extremamente redutora de narração. Para ele, “uma narração é uma sequência de frases narrativas, cuja propriedade é o paralelismo entre a ordem do discurso e a ordem dos acontecimentos”.

Porém, narração não implica necessariamente acontecimentos ligados por relações de sucessão ou mesmo relações temporais de qualquer tipo. Isso significa que é perfeitamente possível haver sequências narrativas cujos acontecimentos não se ligam por nenhuma relação de sucessão. É o que mostra a sequência narrativa abaixo. Essa sequência, retirada de uma reportagem, trata dos estragos causados pelas chuvas em dezembro de 2009.⁶

⁶ Todos os exemplos extraídos de reportagens utilizados ao longo deste artigo fazem parte do corpus da pesquisa apresentada em Cunha (2013). As reportagens foram publicadas em janeiro de 2010 nas revistas *Carta Capital*, *IstoÉ* e *Época*.

(02) **(Sumário)** (01) No litoral paulista, (02) os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores. (03) Ainda assim não faltaram evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado. **(Complicação)** (04) Quem passou o réveillon em Ubatuba enfrentou até 18 horas de congestionamento para chegar a São Paulo (05) – e nada menos que 12 horas para alcançar a vizinha Caraguatatuba, um trajeto de 54 quilômetros. (06) A situação ali foi agravada pela interdição de rodovias e a falta de informações. **(Resolução)** (07) No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba, (08) os policiais preferiram manter os telefones fora do gancho (09) para não ser incomodados. **(Avaliação)** (10) “Não sabemos como está a situação na direção de Caraguatatuba, (11) cuidamos apenas do trecho entre Ubatuba e Paraty. (12) Parece que o jeito é rodar mais 400 quilômetros e ir por Angra”, (13) afirma, na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento. (“A culpa não é só da natureza”. *Carta Capital*. 13/01/2010.)

Essa sequência pertence ao tipo narrativo, porque representa um mundo distinto (ou disjunto, como propõe Bronckart (2007)) daquele da interação entre autor e leitor, mundo que, além disso, se estrutura de forma definida em episódios componentes desse tipo (ADAM, 1992; FILLIETTAZ, 1999). Assim, o sumário (atos 01-03) anuncia que a sequência vai tratar de “evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado”. Na complicação (atos 04-06), são apresentadas essas “evidências”. Formada pelos atos (07-09), a resolução mostra como os problemas apresentados foram tratados por policiais. Na parte final da sequência, a avaliação (atos 10-13) traz a declaração de “um desinteressado oficial responsável pelo atendimento”.

Embora seja uma sequência narrativa, esse segmento não apresenta nenhum constituinte textual ligado a informações da memória discursiva por relações de sucessão ou por qualquer outra relação temporal. Nessa sequência, seus constituintes se ligam por relações de argumento (arg), preparação (prep), topicalização (top), comentário (com) e contra-argumento (c-a), como mostra a sua estrutura hierárquico-relacional.⁷

⁷ Essa estrutura constitui o resultado da análise da forma de organização relacional. Combinando informações dos módulos hierárquico, referencial, lexical e sintático, essa estrutura mostra como o

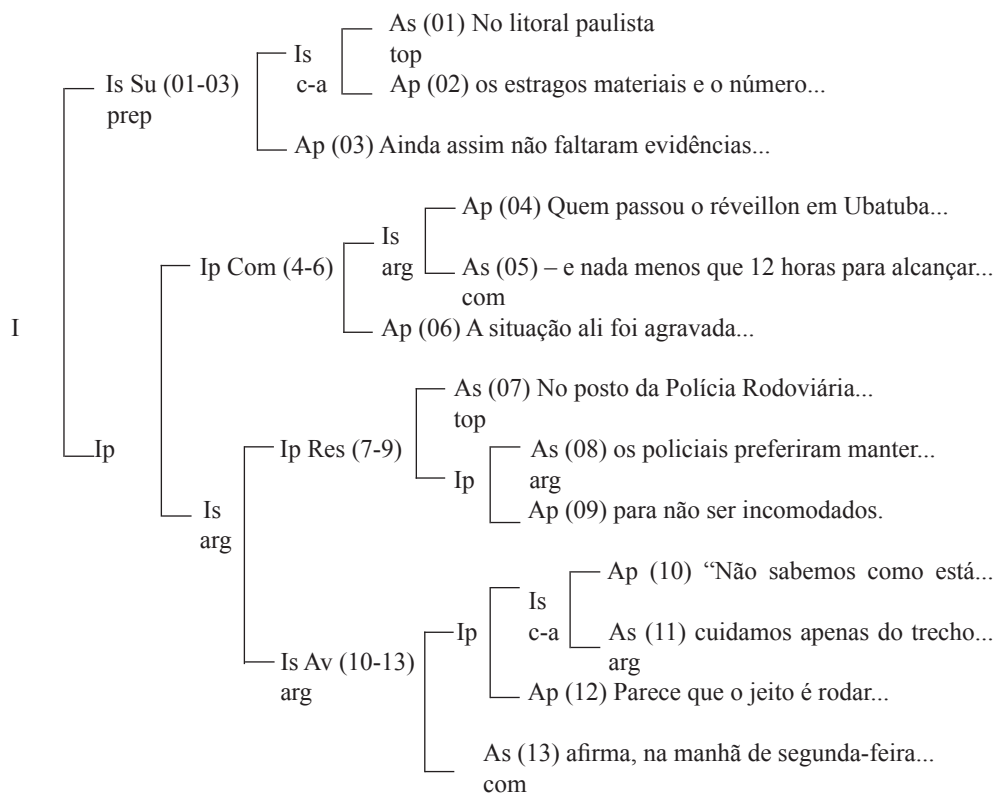


Figura 1: Estrutura hierárquico-relacional I

Nessa sequência, a Is (01-03), em que se ancora o sumário, se liga ao restante da sequência por uma relação de preparação. Nessa intervenção, o jornalista expõe que “No litoral paulista, os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores” do que os ocorridos em outros locais (atos 01-03), mas, mostrando-se insatisfeito com a situação nesse litoral, contra-argumenta, acusando o poder público de ter sido negligente em relação ao estado de estradas e serviços públicos (ato 03). Na Ip (04-13), os atos (04-06), que verbalizam a complicação, apresentam os problemas enfrentados por motoristas e se articulam por meio de relações de argumento e comentário. A Is

locutor, no processo de negociação que instaura com o interlocutor, articula os constituintes de um texto (intervenção (I) e atos (A)) por meio de relações de discurso, constituintes que podem ser principais (p) ou subordinados (s) uns em relação aos outros (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARINHO, 2002; CUNHA, 2012).

(07-13) funciona como argumento para o que foi dito na Ip (04-06), porque vai explicar por que a situação das rodovias foi agravada pela interdição de rodovias e pela falta de informações. Nessa Is (07-13), o jornalista acusa o comportamento negligente de policiais que “preferiram manter os telefones fora do gancho para não ser incomodados”. Essa acusação é feita na Ip (07-09), que traz a resolução. Para sustentar essa acusação, o jornalista apresenta em discurso direto, na Is (10-13), a declaração de um dos policiais. Nessa intervenção, que verbaliza a avaliação, as informações se articulam por meio de relações de argumento, contra-argumento e comentário.

Com a análise da estrutura hierárquico-relacional dessa sequência, verifica-se que, assim como pode haver descrição com relações temporais ou de sucessão (item a), pode haver narração sem essa categoria de relações. Essa sequência contrária, assim, a definição clássica da narrativa laboviana, cuja influência é perceptível na definição da categoria de sucessão proposta pelo modelo modular. Isso porque a sequência analisada mostra ser inadequada a hipótese de que a presença de relações temporais ou cronológicas entre acontecimentos é uma condição necessária para a existência de uma sequência narrativa.

c) O tratamento de outras relações temporais

Se a categoria genérica de sucessão, no modelo modular, trata somente das relações consecutivas entre os acontecimentos, como tratar das outras relações temporais, já descritas em outras abordagens? Afinal, as relações temporais não se limitam apenas às que ligam de forma cronológica um acontecimento ao acontecimento seguinte.

Há algumas décadas, linguistas pertencentes a diferentes perspectivas teóricas têm se ocupado em definir as relações temporais verificáveis entre os constituintes do texto. É assim que Halliday e Hasan (1976) enumeram as seguintes relações de tempo: sequencial, simultaneidade, evento prévio (precedência), conclusão,⁸ correlação.

Na continuação dos trabalhos de Halliday e Hasan, Koch (2009) propõe para o português as relações de tempo simultâneo, tempo anterior/tempo posterior e tempo contínuo ou progressivo. Essa mesma taxonomia foi retomada recentemente por Castilho (2010).

⁸ Na proposta de Halliday e Hasan (1976), essa relação não se refere à relação de causa e consequência/conclusão, mas indica o fim de algum processo ou série de processos.

Na perspectiva funcionalista, Neves (2000) propõe relações temporais que, em alguma medida, recobrem as relações propostas pelos autores citados. Para Neves, as relações temporais são de simultaneidade ou de não simultaneidade. As relações de simultaneidade podem ser marcadas por *sempre que, enquanto, cada vez que, todas as vezes que*, etc. Já as relações de não simultaneidade recobrem as de posterioridade e de anterioridade e podem ser marcadas por *quando, depois que, logo que, mal, apenas*, etc.

Nos estudos que focalizam as relações temporais em narrativas, Moeschler (1996) observa que frases narrativas podem se ligar pelos seguintes subtipos de relações temporais: sucessão, inclusão, simultaneidade, indeterminação. Em um corpus formado por narrativas de experiência pessoal extraídas do gênero entrevista sociolinguística, Bres (2009) encontra as relações temporais de narração, simultaneidade, regressão e inclusão. Em trabalho sobre o conector *quando* empregado em sequências narrativas de reportagens, Cunha e Marinho (2012) verificam que esse conector é polifuncional, porque pode marcar diferentes relações, dentre as quais as relações temporais de sucessão e de regressão.

Apesar das diferenças de perspectivas teóricas entre os autores citados, é possível perceber que alguns tipos de relações temporais vão aparecer em todas as abordagens. É o caso da relação em que um acontecimento verbalizado no primeiro constituinte textual antecede cronologicamente o acontecimento verbalizado no segundo constituinte. Essa relação recebe diferentes denominações: sucessão (MOESCHLER, 1996), tempo posterior (KOCH, 2009; CASTILHO, 2010), sequencial (HALLIDAY; HASAN, 1976), posterioridade (NEVES, 2000), narração (BRES, 2009).⁹

Essas abordagens se aproximam ainda por reconhecerem a relação por meio da qual os acontecimentos são apresentados no discurso em uma ordem inversa à que supostamente teriam ocorrido. Por meio dessa relação, o primeiro constituinte textual expressa o segundo acontecimento, ao passo que o segundo constituinte expressa o primeiro acontecimento. É o que mostra o exemplo abaixo, extraído de Castilho (2010, p. 379):

⁹ Como a perspectiva laboviana, que associa narração e relação de sucessão, teve e tem grande impacto nos estudos da narrativa, algumas abordagens, como a de Bres e outras (RST (MANN; THOMPSON, 1986) e SDRT (ASHER; VIEU, 2005)), intitularam a relação de sucessão com o nome do tipo (narração) em que essa relação pode ocorrer. Esse “título” é problemático, porque contribui para reforçar a ideia, já criticada anteriormente, de que a narração se caracteriza por apresentar relações de sucessão ou, como propôs Labov (1972), ao menos uma junção temporal.

(03) Quando você chegou eu já tinha comido toda a sobremesa.

No mundo representado, primeiro o locutor comeu toda a sobremesa; depois o interlocutor chegou. Mas, no trecho, esses acontecimentos são apresentados na ordem inversa. Essa relação é chamada de tempo anterior (Koch e Castilho), regressão (Bres, Cunha e Marinho), evento prévio (Halliday e Hasan) e anterioridade (Neves).

Dos autores citados, apenas Moeschler não trata dessa relação. Para ele, quando dois acontecimentos são apresentados na ordem contrária à que supostamente ocorreram, a relação deixa de ser de sucessão para ser de explicação e pode ser marcada por um conector causal (*porque*). Os exemplos dados por Moeschler (1996, p. 307) são:

(04) Paulo empurrou Max. Ele caiu no precipício.

(05) Max caiu no precipício. Paulo o empurrou.

Segundo Moeschler, os enunciados de (04) se ligam por uma relação de sucessão, porque os acontecimentos expressos se sucedem no tempo (Paulo empurrou Max, *depois* Max caiu no precipício). Já os enunciados de (05) se ligam por uma relação de explicação, porque o acontecimento expresso no segundo enunciado é cronologicamente anterior ao primeiro acontecimento e o explica (Max caiu no precipício, *porque* Paulo o empurrou).

Porém, nem sempre a inversão temporal vai apresentar uma natureza causal, como propõe Moeschler. Retomando o exemplo extraído de Castilho, vemos que não há nenhuma relação de explicação entre os acontecimentos. A ação do locutor de comer toda a sobremesa (segundo enunciado) não explica a chegada do interlocutor (primeiro enunciado). Essa observação justifica a presença da relação de anterioridade (regressão ou tempo anterior) no rol das relações temporais.

Com base na apresentação sucinta dessas abordagens, verifica-se que a categoria genérica de sucessão, proposta pelo modelo modular, é problemática para o tratamento das relações temporais específicas, porque considera como sendo genérico ou englobante o que, na verdade, é específico. Em outros termos, as abordagens citadas mostram que a relação de sucessão cronológica entre acontecimentos constitui um tipo específico de relação temporal, assim como as de simultaneidade, anterioridade, inclusão, etc. Mas, como

a categoria genérica de sucessão no modelo modular recobre “somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”, não é possível calcular, na etapa de identificação das relações específicas, as relações temporais que não se caracterizam por relações consecutivas entre os acontecimentos, como a de simultaneidade, por exemplo.

d) As sequências discursivas podem apresentar outras relações temporais e não só a de sucessão

Porque, como acabamos de observar, a categoria genérica de sucessão não abrange o conjunto das relações temporais, essa categoria impede, conseqüentemente, a percepção de que essas relações podem estar presentes nas sequências discursivas (narrativas, descritivas e deliberativas). Em outros termos, ela impossibilita o tratamento adequado de sequências particulares, ao impedir o estudo das relações de anterioridade, simultaneidade, progressão que possa haver nessas sequências, relações que não se caracterizam pela sucessão cronológica de acontecimentos. Para mostrar que as sequências podem apresentar outras relações temporais e não apenas a de sucessão, vejamos este exemplo extraído de uma reportagem que trata da remoção de moradores de áreas com risco de enchente:

(06) (01) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, (02) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê. (“São Paulo na lama”. *Carta Capital*. 20/01/2010.)

No mundo representado por essa sequência, a remoção das famílias aconteceu primeiro e só depois as casas foram demolidas. Mas, na sequência, esses acontecimentos são apresentados na ordem inversa. Nesse caso, entre os atos (01) e (02), verifica-se não uma relação de sucessão (um acontecimento depois do outro), mas uma relação de anterioridade ou regressão (um acontecimento antes do outro). Vejamos outro exemplo extraído de uma reportagem que trata de desastres naturais:

(07) Enquanto o poder público se apressa para apagar as marcas da tragédia, (02) o trabalho dos moradores é lento e doloroso. (“Eles não deveriam estar aqui”. *IstoÉ*. 13/01/2010.)

Entre os atos (01) e (02), verifica-se uma concomitância entre os acontecimentos expressos. A ação do poder público e o trabalho dos moradores ocorreram em um mesmo intervalo temporal, o que justifica afirmar que entre esses atos há uma relação de simultaneidade.

O exemplo a seguir é a parte inicial de uma sequência narrativa mais extensa, também extraída de uma reportagem:

- (08) (01) À medida que os dias passaram, (02) desde o fatídico 1º de janeiro, (03) ficou mais e mais evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas. (“A culpa não é só da natureza”. *Carta Capital*. 13/01/2010.)

Nessa sequência, observa-se que o fato expresso no ato (03) ocorreu de forma progressiva, “à medida que os dias passaram, desde o fatídico 1º de janeiro”. A ideia de progressividade ou continuidade é marcada na sequência por diferentes recursos linguísticos, como as expressões conectivas “à medida que” e “desde”, nos atos (01) e (02), respectivamente, e pela expressão “mais e mais”, em (03). Sendo assim, é possível afirmar que entre o ato (03) e a intervenção formada por (01 e 02) há uma relação de tempo progressivo ou de progressão.

A apresentação desses poucos exemplos teve como fim mostrar que os constituintes das sequências discursivas podem se ligar por outros tipos de relações temporais e não apenas pela relação de sucessão. Em outros termos, a forma como o produtor de um texto pode articular temporalmente os acontecimentos do mundo representado em sequências discursivas é muito mais variada, não se restringindo à que dispõe os acontecimentos um depois do outro, segundo a ordem cronológica em que supostamente teriam ocorrido. Entretanto, se considerarmos a definição proposta pelo modelo modular para a categoria genérica de sucessão (que “recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração”), não é possível perceber e tratar de modo adequado essas outras relações temporais, porque essa definição é restritiva, limitando-se ao estudo das relações entre os acontecimentos que se sucedem um depois do outro.

Uma proposta para o tratamento das relações de discurso temporais

A discussão desenvolvida anteriormente buscou mostrar que a definição da categoria genérica de sucessão, proposta pelo modelo modular, é bastante problemática, porque não permite um tratamento satisfatório das relações temporais presentes nas produções discursivas. Afinal, essa definição traz consigo implicações que não se sustentam, conforme tentamos mostrar com as observações realizadas. Na tentativa de contornar os problemas apontados, apresentamos nesta parte do trabalho uma proposta para o tratamento das relações de discurso temporais, no interior da forma de organização relacional.

Conforme vimos na apresentação dessa forma de organização, uma categoria genérica tem como finalidade recobrir um conjunto de relações específicas que o locutor/autor estabelece, na tentativa de produzir uma intervenção suficientemente completa para o desenvolvimento da troca linguageira. Assim, a categoria genérica de argumento abarca uma classe formada por relações interativas específicas, como causa, explicação, justificação, argumento potencial, etc. (ROULET, 2003).

Nessa mesma perspectiva, é possível entender as relações de sucessão, anterioridade, progressão, simultaneidade, inclusão, indeterminação, conclusão (no sentido de Halliday e Hasan), etc. como uma classe de relações interativas específicas recobertas por uma categoria genérica que denominamos “categoria de tempo”. Seguindo parcialmente a definição dada por Koch (2009) para a relação de temporalidade, apresentamos, então, a seguinte definição para a categoria genérica de tempo:

Categoria de tempo: por meio das relações específicas recobertas por essa categoria, o locutor/autor localiza no tempo, relacionando-os uns aos outros, ações, eventos e estados de coisas representados no discurso, dispondo-os na ordem em que deseja que o interlocutor/leitor os compreenda ou na ordem que considera a mais adequada ao seu projeto de dizer.

A proposição de uma categoria genérica de tempo abrangente como essa é importante, porque consegue contornar os problemas inerentes à definição da categoria genérica de sucessão. Assim, a definição dada acima permite o tratamento de todas as relações específicas de tempo, porque as abarca e desvincula as relações temporais e o tipo narrativo, bloqueando as impli-

cações de que só existem relações de sucessão em narrativas e de que sem elas não há narrativas. Com a proposição dessa categoria, evitam-se, assim, confusões entre o estudo das relações de discurso, que, como exposto, se faz na forma de organização relacional, e o estudo dos tipos e sequências discursivas, que, no modelo modular, se faz em outra forma de organização, a sequencial.¹⁰

Além disso, a definição proposta permite estudar uma propriedade da forma de organização relacional de textos pertencentes a alguns gêneros, como as receitas culinárias ou as instruções de montagem de objetos. Esses textos, tendo em vista a seção “modo de preparo/instruções de montagem”, se caracterizam por apresentar um “perfil relacional” temporal, ou seja, apresentam o predomínio de relações temporais. Dessa forma, a categoria genérica de tempo permite distinguir os textos ditos instrucionais, que apresentam um perfil relacional temporal, de textos pertencentes a um gênero como o artigo de opinião, que costumam se caracterizar por um perfil relacional argumentativo.

Feita a análise esquemática possibilitada pelas categorias genéricas de relações de discurso, o estudo da forma de organização relacional pode avançar para o cálculo da relação específica, etapa que, como vimos no item 2, busca extrair as especificidades de uma relação. Assim, no caso das relações temporais, objeto deste estudo, é preciso distinguir a relação de sucessão e a relação de anterioridade, assim como uma relação de simultaneidade marcada por conector e uma sem qualquer tipo de marcação.

Vamos ilustrar essa proposta para o tratamento das relações de discurso temporais por meio da análise de duas relações presentes nesta sequência, que trata da remoção de moradores de áreas com risco de desabamento:

- (09) (01) Antes de remover as casas, (02) o governo “congelou” a área invadida. (03) Cerca de 70 homens da Polícia Militar Ambiental circulavam diariamente na região – a pé e motorizados – (04) para interditar novas edificações. (05) O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) identificou ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. (06) As famílias nesses locais seriam prioritárias para desocupação. (07) O programa seguiu com a construção de novos bairros. (08) A entrega das casas, prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida. (09)

¹⁰ Em linhas gerais, a forma de organização sequencial tem como finalidade definir uma tipologia discursiva (narração, descrição, deliberação) e extrair as sequências discursivas em que os tipos de discurso se atualizam (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; CUNHA, 2009, 2010, 2013).

“Parte das famílias contempladas poderá ocupar as habitações ainda no primeiro semestre deste ano”, (10) diz Edmur Mesquita, coordenador do programa. (“É possível evitar?”. *Época*. 08/01/2010.)

Nessa sequência, há uma relação de tempo (tem) entre os atos (01) e (02) e outra entre as intervenções formadas pelos atos (01-06) e (07-10), como mostra a macroestrutura abaixo:

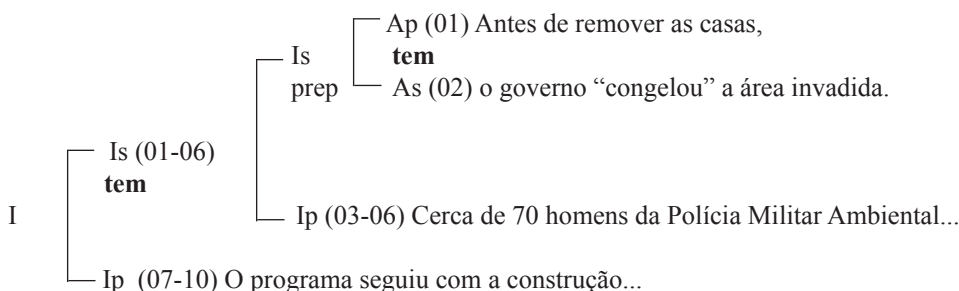


Figura 2: Estrutura hierárquico-relacional 2

Entre (01) e (02), o autor localizou temporalmente um em relação ao outro os acontecimentos “remoção de casas” (01) e “congelamento’ da área invadida” (02). Da mesma forma, verifica-se uma relação temporal entre o conjunto dos acontecimentos expressos em (01-06), que pode ser resumido como “o processo de desocupação da área invadida”, e o conjunto dos acontecimentos expressos em (07-10), que resumimos como “a construção de novos bairros”.

Embora pertençam à mesma categoria de tempo, essas relações apresentam particularidades que só a determinação da relação específica pode revelar. Como vimos em 2, essa determinação se baseia em um cálculo inferencial realizado a partir da combinação de informações linguísticas, hierárquicas e referenciais.

Apresentamos o cálculo da relação entre (01) e (02) por meio do seguinte quadro:

Quadro 1
Cálculo da relação específica – atos (01) e (02)

Premissa 1	Informação linguística enriquecida	O jornalista (J) diz ao leitor (L) que o governo removeu as casas de moradores de uma área invadida.
Premissa 2	Informação linguística enriquecida	J diz a L que o governo interditou (“congelou”) a área invadida.
Premissa 3	Informação lexical (instrução do <i>antes de</i>)	Dizemos “antes de x, y” para apresentar y como temporalmente anterior a x.
Conclusão	Interpretação	J diz a L que, primeiro, o governo interditou (“congelou”) a área invadida e que, em seguida, removeu as casas dos moradores.

Examinemos agora a relação específica que liga as intervenções (01-06) e (07-10), relação que não é marcada por nenhum conector.

Quadro 2
Cálculo da relação específica – intervenções (01-06) e (07-10)

Premissa 1	Informação linguística enriquecida	O jornalista (J) diz ao leitor (L) como se deu o processo de interdição da área invadida.
Premissa 2	Informação linguística enriquecida	J diz a L que o governo iniciou a construção de novos bairros para os moradores da área invadida.
Premissa 3	Informação referencial	A construção de novos bairros aconteceu depois da interdição da área invadida.
Conclusão	Interpretação	J diz a L que, primeiro, ocorreu o processo de interdição da área invadida e que, depois, o governo iniciou a construção de novos bairros para os moradores dessa área.

Embora ambas as relações específicas analisadas pertençam à categoria genérica de tempo, elas apresentam especificidades que só o cálculo ilustrado nos quadros pode apreender. Dito de outra forma, a primeira etapa da análise da forma de organização relacional permitiu identificar a presença de relações genéricas de tempo na sequência estudada, mas somente o cálculo efetuado nos quadros acima permitiu identificar de maneira mais precisa as relações específicas. Assim, enquanto a primeira é uma relação de anterioridade, a segunda é uma relação de sucessão.

Como se pode notar, esta proposta para o tratamento das relações temporais mantém o método de análise da forma de organização relacional, a qual se faz em duas etapas: 1^a) estudo das categorias genéricas de relações de discurso, e 2^a) determinação da relação de discurso específica. A contribuição que buscamos oferecer neste trabalho reside, especificamente, na revisão da categoria genérica de sucessão, a qual nesta proposta é substituída pela categoria genérica de tempo.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos apresentar uma proposta para o tratamento das relações de discurso temporais no Modelo de Análise Modular do Discurso. Para isso, apontamos os problemas subjacentes à definição proposta pelo modelo para a categoria genérica de sucessão. Vimos que essa categoria é problemática, porque (a) faz entender que só existem relações de sucessão em sequências narrativas; (b) reforça a ideia de que os acontecimentos de uma narração se ligam sempre por relações de sucessão; (c) não permite o tratamento de outras relações temporais; (d) impede a percepção de que as sequências discursivas podem apresentar essas outras relações temporais.

Após a discussão de cada um desses problemas, apresentamos uma proposta que, na tentativa de contorná-los, substitui a categoria genérica de sucessão pela de tempo. A vantagem dessa categoria de tempo está principalmente na sua abrangência. Assim, essa categoria permite o tratamento de todas as relações específicas de tempo (sucessão, anterioridade, progressão, simultaneidade, etc.). Ao mesmo tempo, desvincula as relações temporais e o tipo narrativo, impedindo as implicações de que só existem relações de sucessão em narrativas e de que sem elas não há narrativas.

CUNHA, Gustavo Ximenes. A proposal for the treatment of temporal discourse relations in Modular Approach to Discourse Analysis. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 29-49, 2012.

ABSTRACT: *This paper proposes a review of how the Modular Approach to Discourse Analysis studies the temporal discourse relations. We aim to show the underlying problems of the definition of the category which the model uses in the study of temporal relations, the generic category of succession. This category is problematic as (a) it informs that there are only relations of succession in narrative sequences; (b) it reinforces the idea that only the*

succession relationships link the events of a narration; (c) it does not permit the study of other temporal relations; (d) it prevents the perception from other temporal relations that the discursive sequences present. After discussing each of these problems, we present a proposal that replaces the category of succession with the category of time.

KEYWORDS: *temporal discourse relations; relational organization; modularity.*

Referências

ADAM, J. M. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

_____. **Linguistique textuelle**: des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

ASHER, N.; VIEU, L. Subordinating and coordinating discourse relations. **Lingua**, v. 115, p. 591-610, 2005.

BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. **Cahiers de linguistique française**, v. 5, p. 215-246, 1983.

BRES, J. Structure de récit oral conversationnel. In: BRES, J. **Approches de l’oral**. Université Paul-Valéry - Montpellier 3, 2009.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 2007.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, G. X. O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político. In: NETO, F. K.; RUFINO, J. A.; BAPTISTA, M. R. (Org.). **Espaços, sujeitos e sociedade**: diálogos. Barbacena: EdUEMG, 2009. p. 81-95.

_____. A atuação de sequências do tipo narrativo em um texto jornalístico impresso. **Revista do GEL**, v. 7, p. 202-219, 2010.

_____. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 14, p. 73-97, 2012.

_____. **A construção da narrativa em reportagens**. 2013. 601f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CUNHA, G. X.; MARINHO, J. H. C. O conector *quando* e o encadeamento de episódios da narrativa jornalística. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 54.2, p. 187-203, 2012.

FILLIETTAZ, L. Une approche modulaire de l'hétérogénéité compositionnelle du discours: le cas des récits oraux. **Cahiers de linguistique française**, v. 21, p. 261-327, 1999.

FILLIETTAZ, L.; ROULET, E. The Geneva Model of discourse analysis: an interactionist and modular approach to discourse organization. **Discourse Studies**, v. 4(3), p. 369-392, 2002.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. **Language in the inner city: studies in the black english vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p. 354-405.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Relational propositions in discourse. **Discourse Processes**, v. 9, p. 57-90, 1986.

MARINHO, J. H. C. **O funcionamento discursivo do item "onde": uma abordagem modular**. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (orgs.) **Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva**. Belo Horizonte: Cefet-MG, 2007.

MOESCHLER, J. Ordre temporel, narration et analyse du discours. **Cahiers de linguistique française**, v. 18, p. 299-328, 1996.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

REINHART, T. Principles of gestalt perception in the temporal organization of narrative texts. **Linguistics**, v. 22, p. 779-809, 1984.

ROULET, E. De La nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques. In: ANDERSEN, H. L.; NØLKE, H (Ed.). **Macro-syntaxe et macro-sémantique**. Bern: P. Lang, 2002. p. 357-381.

_____. Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. In: MARI, H. et alii. (Ed.) **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2003. p. 149-178.

_____. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K. (ed.). **Approaches to discourse particles**. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 115-131.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.

RELEVO DISCURSIVO E USO DO PASSADO IMPERFECTIVO EM NARRATIVAS LITERÁRIAS¹

Márluce COAN²

Valdecy de Oliveira PONTES³

Resumo: Neste artigo, discutimos a correlação entre plano discursivo figura e perfectividade e plano discursivo fundo e imperfectividade, visando a demonstrar que formas imperfectivas, além de descrever, comentar, informar detalhes, ou seja, dar suporte às ações principais, também são responsáveis pela progressão narrativa. Analisamos dados de pretérito imperfecto e de perífrases imperfectivas em vinte e quatro contos escritos por autores de língua espanhola, selecionados a partir do parâmetro comarca cultural: Caribe; México e América Central; Andes; Rio da Prata; Chile e Espanha. Obtivemos um total de 2093 dados, sendo que 1803 desses são de formas do pretérito imperfecto do indicativo, 86,15% do total, e 290 de perífrases imperfectivas de passado, o que corresponde a 13,85% do total. Constatamos que as formas imperfectivas de passado, geralmente usadas como pano de fundo da narrativa, podem, também, atuar na progressão textual. Nossos resultados apontam, ainda, para a atuação do imperfecto e das perífrases na codificação de várias funções: (i) as funções descritiva, narrativa, habitual e desiderativa são codificadas variavelmente pelo imperfecto e pelas perífrases; (ii) as funções iterativa, presente, futuro, simultaneidade, cortesia, lúdica e contrariedade são codificadas, no *corpus* sob análise, apenas pelo imperfecto.

Palavras-chave: Relevo Discursivo. Pretérito Imperfeito. Perífrases Imperfectivas.

¹ Este estudo é um recorte da tese de doutorado “O pretérito imperfecto do indicativo e as perífrases imperfectivas de passado em contos literários escritos em espanhol: um estudo sociofuncionalista”, defendida por Valdecy de Oliveira Pontes junto ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, em 2012, sob orientação da Profa. Dra. Márluce Coan.

² Doutora em Linguística – UFSC; Professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará – UFC; Coordenadora do Grupo de Pesquisas SOCIOLIN-CE/UFC. coanmalu@ufc.br

³ Doutor em Linguística – UFC; Professor do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Ceará – UFC; Pesquisador do Grupo SOCIOLIN-CE/UFC. valdecy.pontes@ufc.br

Introdução

No plano textual-discursivo, as informações são apresentadas ou em figura, o que corresponde à ordenação dos fatos, indicando progressão dos acontecimentos, ou em fundo, para exposição do cenário, de detalhes, descrições, comentários. Comumente, formas aspectuais perfectivas,⁴ incluindo-se o pretérito perfeito, são usadas em figura, ao passo que formas imperfectivas, por exemplo, o pretérito imperfeito, codificam o fundo. Essa correlação clássica, no entanto, nem sempre ocorre, motivo pelo qual discorreremos acerca desse tema. Em narrativas, encontramos formas perfectivas atuando como fundo e formas imperfectivas atuando na progressão dos fatos, como, também, outras funções para estas formas, por exemplo, formas imperfectivas atuando na progressão da narrativa para conferir um efeito de lentificação da ação, com o objetivo de criar uma atmosfera de suspense. Além disso, algumas vezes, é difícil delimitar com precisão o que é figura e o que é fundo na narrativa, pois não se trata de categorias discretas.

Segundo Maldonado (1992), tem-se estudado a imperfectividade no texto narrativo pela relação que o Aspecto apresenta com a narrativa e também por ser a narrativa um tipo de texto que oferece uma grande variedade de usos da imperfectividade. Para analisar a imperfectividade, pode-se recorrer à classificação das partes da narrativa feita por Labov (1972b) ou à distinção entre orações narrativas e não-narrativas realizada por Labov e Waletzky (1967), ampliada por outros linguistas como Hopper e Thompson (1980), para incluir os conceitos de figura e fundo, inclusão intrinsecamente vinculada à oposição aspectual entre perfectividade e imperfectividade: as orações narrativas que atuam como figura são perfectivas e as que atuam como fundo são imperfectivas.

Neste artigo, visamos à análise, em narrativas escritas em espanhol, do pretérito imperfeito do indicativo e de perífrases imperfectivas de passado⁵ em correlação com os planos discursivos – figura/fundo. Para cumprir tal intento, selecionamos vinte e quatro contos, distribuídos igualmente por

⁴ Na seção 1, tratamos das noções de perfectividade e imperfectividade.

⁵ Para a identificação e catalogação das perífrases aspectuais imperfectivas de passado, utilizamos a interrogação e a ênfase como provas sintáticas. No tocante ao nível semântico, consideramos a prova léxico-semântica, elencada por Gómez Torrego (1988). Segundo o autor, para que uma estrutura seja considerada como perífrase, o verbo auxiliar deve perder parte do seu significado inerente para cumprir sua função.

comarca cultural: Caribe; México e América Central; Andes; Rio da Prata; Chile e Espanha.⁶

Nas próximas seções, discutiremos a relação entre as formas imperfectivas de passado e os planos figura e fundo na narrativa. Primeiramente, nas seções teóricas, apresentamos algumas considerações sobre aspecto, especificamente, sobre as noções de perfectividade e imperfectividade, e tratamos dos planos da narrativa: figura e fundo. Na seção de natureza metodológica, apresentamos o *corpus* utilizado para a pesquisa; seguem-se a essas seções mais três seções de análise, nas quais apresentamos o uso de formas imperfectivas (imperfeito e perífrases) de acordo com o relevo discursivo: focalizamos o percurso forma > uso narrativo; correlacionamos as formas sob análise às funções que codificam e cada função ao relevo discursivo, em duas perspectivas: funções codificadas, no *corpus*, somente pelo pretérito imperfeito e funções codificadas variavelmente pelas formas sob análise.

Aspecto verbal: perfectividade e imperfectividade

O termo Aspecto é uma tradução da palavra russa *vid*, utilizada na gramática eslava para a diferenciação entre os verbos perfectivos e imperfectivos, distinção que, conforme Mounin (1968), vem da gramática latina. A divisão entre os verbos *infectum/perfectum* foi proposta no século I A.C por Varrón, que retoma da gramática grega as noções temporais de ação estendida e completa. Os gramáticos checos, por sua vez, introduziram essa noção no estudo da distribuição aspectual.

De acordo com Genta (2008), a noção de Aspecto nas línguas eslavas se manifesta diferentemente de sua manifestação em outras línguas, pois os sistemas verbais não estão baseados em uma divisão temporal (como ocorre nas línguas românicas), mas têm base aspectual. Por exemplo, nas línguas eslavas, o par perfectivo/imperfectivo não se manifesta somente nas formas de passado, mas também em formas de imperativo, infinitivo etc.

Já o sistema categorial dos verbos românicos tem base tipicamente temporal. Coseriu (1976) considera que as noções de Tempo e Aspecto estão ligadas e são de difícil delimitação, pois são categorias correlacionadas. Nessa perspectiva, o Tempo afetaria a posição da ação verbal em sua execução.

⁶ A partir da classificação de comarcas culturais de Rama (1982), incluímos este país como a sexta comarca.

O Aspecto, por sua vez, afeta a maneira de considerar a ação verbal no tempo (concluída ou em desenvolvimento).

Ilari (2001) afirma que Aspecto e Tempo, nas línguas românicas, são categorias temporais no sentido de que têm por base referencial o tempo físico, mas que, semanticamente falando, a categoria Tempo faz referência ao tempo externo, presente, passado e futuro (e suas subdivisões), já o Aspecto refere-se ao tempo interno da situação reportada, com noção de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim. Logo, podemos conceber Aspecto como uma categoria que caracteriza os diferentes modos de perceber a constituição temporal de uma determinada situação. Essa constituição, segundo Comrie (1990), pode dar-se sem distinção de etapas (Aspecto perfectivo) ou em sua constituição interna (Aspecto imperfeito). Desse modo, o perfectivo expressa uma situação como um todo, ou seja, ela é tratada como um objeto único, sem parcializá-la ou dividi-la em fases internas distintas. Por outro lado, com o imperfeito, o fato é expresso em sua constituição temporal interna. Essa temporalidade interna, como afirma Costa (1990), pode ser expressa a partir de um fragmento de tempo (cursividade) ou pela seleção de fases dessa temporalidade (fase inicial, intermediária ou final) ou, ainda, por meio de estados resultativos, que confirmam relevância linguística à constituição interna do processo que os antecedeu.

A diferença fundamental entre Tempo e Aspecto consiste no fato de o primeiro considerar somente o tempo externo da situação e o segundo considerar o que está relacionado com a ideia de tempo interno da ação. Para Comrie (1976, p. 3): “Aspecto são diferentes formas de ver a constituição interna de uma situação”.⁷ É uma categoria semântica que depende tanto da dinâmica interna do verbo como da escolha do falante que utiliza um ponto de vista (interno ou externo) para focalizar uma determinada ação. Portanto, cabe ao Aspecto a perspectiva temporal da situação e ao Tempo a sua localização temporal. Há duas perspectivas para o falante focar uma ação: a) Perfectiva: visão externa e concluída do processo, na qual se destaca o resultado da ação expressa pelo verbo; b) Imperfectiva: visão interna do desenvolvimento de uma ação, na qual se destaca alguma parte da sequência temporal em curso.

Smith (1997), por sua vez, analisa a categoria Aspecto a partir de critérios semânticos, sintáticos e pragmáticos. Segundo a autora, é difícil caracterizar uma dada situação como puramente perfectiva ou imperfectiva, pois

⁷ No original: “Aspects are different ways of viewing the internal constituency of a situation”.

sempre haverá traços de significado dados pela interação dos pontos de vista do falante. Nesse sentido, propõe três manifestações de Aspecto (p. 03): a) Perfectivo: focaliza a totalidade da ação, inclui os pontos de início e de conclusão; b) Imperfectivo: focaliza parte da situação, não delimita o início e a finalização; c) Neutro: inclui algum ponto inicial ou final e pelo menos uma parte do estado interno da situação. É uma visão flexível, que pode estar presente em diferentes partes do processo de interação verbal.

Comrie (1981) pontua que é um equívoco considerar que construções perfectivas sempre apresentam ações pontuais e acabadas. Paralelamente, não se pode caracterizar todas as formas durativas como imperfectivas. Embora a duratividade de um evento esteja atrelada, geralmente, às formas imperfectivas, não há garantia de que isso ocorra em todos os contextos, por isso essa propriedade não serve para caracterizar de forma concreta o Aspecto Imperfectivo. Além disso, segundo Freitag (2007), essa associação entre imperfectividade e ação inacabada e perfectividade e ação acabada nem sempre se sustenta porque há contextos que permitem as duas leituras (perfectiva e imperfectiva). Pode-se, por exemplo, conforme García Fernández (1998), utilizar o pretérito imperfeito com verbos de culminação, quando o falante deseja expressar uma ação iminente que foi frustrada. Vejamos:

(1) Eu **abria** a porta, quando o telefone tocou.⁸

Comrie (1990), Dahl (1985) e Castilho (1967) utilizam o critério de totalidade (aspecto perfectivo) *versus* distinção em fases (aspecto imperfectivo) para estabelecer essa diferenciação. No entanto, verificar a estrutura interna de uma situação ou a divisão em fases resulta muito complexo, especificamente em relação à delimitação temporal, porque há contextos nos quais não há informação sobre a finalização ou não da ação, ou ainda, contextos que permitem leituras perfectiva e imperfectiva.

O uso do pretérito imperfeito em textos narrativos com valor aspectual perfectivo, situação em que há uma neutralização aspectual, pode ser um problema para a teoria aspectual. Bertinetto (1986, p. 392 apud GARCÍA FERNÁNDEZ, 2004, p. 73-74), ao tratar do pretérito imperfeito italiano, nos mesmos contextos em que aparece em espanhol, afirma que:

⁸ Exemplo por nós elaborado para ilustrar a observação de García Fernández (1998).

[...] Se é verdade que o imperfeito narrativo, especialmente nas formas mais divulgadas da imprensa, sente-se atualmente como uma mera variante (estilisticamente conotada) dos tempos perfectivos, logo não era assim em sua origem. Ademais, é significativo que ao princípio, na novela decimonônica, o imperfeito narrativo tendesse a aparecer exatamente nos mesmos lugares nos quais, normalmente, se costumava utilizar o imperfeito descritivo, ou seja, em frases iniciais, finais ou de transição de uma narração, habitualmente destinadas a delinear o fundo ambiental. A única diferença estava no fato de que o novo imperfeito se inseria diretamente no fio da narração (daqui surge precisamente a denominação de “narrativo”), em vez de criar pausas puramente descritivas.⁹

Conforme García Fernández (2004), a existência de formas imperfectivas com valor perfectivo não se constitui argumento para se questionar a natureza aspectual dessas formas. O uso de formas imperfectivas com tal valor constitui-se a partir da neutralização do valor aspectual imperfectivo, para dar um efeito de lentificação da ação ou, ainda, de suspense na narrativa. O autor atribui esse valor narrativo de cunho puramente estilístico aos contextos nos quais formas imperfectivas apresentam valor de Aspecto perfectivo.

Planos da narrativa: Figura e Fundo

Nossa análise envolverá o tratamento dos planos figura e fundo na narrativa, razão pela qual consideramos a proposta de Hopper e Thompson (1980). De acordo com esses autores, há correlação entre o relevo discursivo e o grau de transitividade de uma sentença, já que, na organização do pensamento humano e na comunicação, é inevitável a hierarquização de informações, no sentido de estabelecer graus de centralidade/perifericidade, ou seja, numa situação comunicativa, os usuários da língua procuram estabelecer quais informações são essenciais (figura) e/ou acessórias (fundo).

Os conceitos de figura e fundo vêm da *Gestalt*, na Psicologia. De acordo com essa teoria, de fundamento cognitivo, o processo de formação de

⁹ [...] Si es verdad que el imperfecto “narrativo”, especialmente en las formas más divulgadas de la prensa, se siente actualmente como una mera variante (estilisticamente connotada) de los tiempos perfectivos, no era desde luego así en su origen. Además, es significativo que al principio, en la novela decimonónica, el imperfecto “narrativo” tendiese a aparecer exactamente en los mismos lugares en los que, normalmente, se solía utilizar el imperfecto descriptivo; es decir, en las fases iniciales, finales o de transición de una narración, habitualmente destinadas a delinear el fondo ambiental. La única diferencia estaba en el hecho de que el nuevo imperfecto se insertaba directamente en el hilo de la narración (de aquí surge precisamente la denominación “narrativo”), en vez de crear pausas de naturaleza puramente descriptiva.

figura-fundo é dinâmico. No processo de formação, a figura depende do fundo sobre o qual aparece e o fundo serve como uma estrutura ou moldura em que a figura está enquadrada ou suspensa, e, por conseguinte, a determina. Hopper e Thompson (1980), a partir desse pressuposto, diferenciam figura e fundo, com base no contexto de interação verbal, considerando que o falante codifica o que percebe como essencial (figura) e o que considera como acessório (fundo).

No tocante ao Aspecto verbal, para Hopper e Thompson (1980), o Aspecto perfectivo apresenta alta transitividade, por outro lado, o Aspecto imperfectivo aponta para baixa transitividade, pois, numa narrativa há, por exemplo, o uso de formas verbais do imperfeito como fundo (detalhes, descrições) e de formas do perfeito na ordenação dos fatos da narrativa, indicando progressão. Como afirma Silva (2007, p. 94):

Na literatura a respeito dos planos discursivos, observamos que os autores, comumente, atribuem o sequenciamento cronológico de um enunciado às formas perfectivas, as quais são ordenadas cronologicamente no discurso e denotam eventos discretos e dinâmicos. Para alguns, as formas imperfectivas não mostram a preocupação do falante com a sequência dos fatos narrados, mas trazem apenas informações adicionais e circunstanciais que se constituem como suporte para os fatos narrados.

No discurso, segundo Givón (1984), alguns elementos da descrição são considerados a essência, o esqueleto, a linha principal do episódio/descrição/comunicação, constituindo a figura do discurso. Por outro lado, há elementos que são satélites, ficam na margem, são os apoios do episódio/descrição/comunicação, sendo, portanto, o fundo do discurso. Assim, em uma situação de interação, há informações que ficam na centralidade do discurso (figura) e outras na periferia (fundo). Dessa forma, é a partir da percepção das necessidades do ouvinte que os usuários da língua constroem as sentenças (PEZATTI, 2004). Segundo Givón (1990), a figura corresponde à essência da história e o fundo, às lacunas e digressões.

Para Hopper (1979), a figura¹⁰ (em inglês, *foreground*) prototípica apresenta as seguintes características: sequência cronológica; eventos reais, dinâmicos e completos; sujeitos previsíveis (tópicos), humanos e agentivos;

¹⁰ A partir da relação entre transitividade e organização discursiva figura/fundo, Lima (2009) propõe graus de figuratividade (0 a 4) para analisar o relevo discursivo das orações de não-atribuição de causalidade na Crônica Geral de Espanha de 1344. A pesquisadora analisou quatro contextos: a oração em relação ao período, o período em relação ao parágrafo, o parágrafo em relação ao capítulo e o

codificação morfossintática através de orações coordenadas, principais ou absolutas; formas verbais perfectivas. O fundo (*background*), por sua vez, caracteriza-se por: eventos simultâneos; eventos não necessariamente completos e reais; situações estáticas, descritivas; situações necessárias para compreensão de atitudes (subjatividade); frequentes trocas de sujeito; estrutura sintática subordinada (mas o fundo também pode ser codificado por orações coordenadas, absolutas ou principais); formas verbais não-perfectivas.

Silveira (1997), ao estudar figura e fundo em narrativas, verifica que os planos não são categorias discretas, mas há uma gradação no que tange à figuricidade – que vai da figura até diferentes tipos de fundo. A autora propõe seis categorias que formam esse gradiente:

Categoria I: é a figura prototípica.

Categoria II: cláusulas-fundo mais próximas das cláusulas-figura. Apresentam ou resumem o que vai ser relatado, o cenário, os participantes e a fala dos personagens.

Categoria III: cláusulas-fundo que especificam o modo, a finalidade ou o tempo (são as cláusulas adverbiais modais, finais e temporais).

Categoria IV: cláusulas-fundo que especificam um referente ou processo (são as cláusulas adjetivas).

Categoria V: cláusulas-fundo que expressam inferências, apontando causa, consequência ou adversidade (são cláusulas adverbiais causais, consecutivas ou concessivas; também as coordenadas adversativas).

Categoria VI: cláusulas-fundo que expressam interferências do falante ou intervenções do locutor. Apresentam opiniões, dúvidas, conclusões.

Chedier (2007) simplifica a proposta de Silveira (1997) e faz o agrupamento das seis categorias em apenas três. Ela mantém a categoria I e reorganiza as categorias II e III em uma categoria que denomina de Fundo I, por estarem mais próximas das características de figura. Ademais, reagrupa as categorias IV, V e VI e as considera como Fundo 2, pois, segundo a autora, elas estão mais distantes das características de figura. Dessa forma, temos a seguinte divisão para analisar a gradualidade que vai de figura até fundo, segundo Chedier (2007, p. 49-50):

Figura: apresenta sequência cronológica, eventos reais, dinâmicos e completos, sujeitos previsíveis (tópicos), humanos e agentivos. Quanto à co-

capítulo em relação ao texto. Ela classificou cada construção quanto ao grau de figuratividade que variou de 0 a 4 e de não figura a figura nos quatros contextos.

dificação morfossintática, a figura contém orações coordenadas, principais ou absolutas, e formas verbais perfectivas.

Fundo 1: apresenta cláusulas-fundo mais próximas das cláusulas-figura; apresenta ou resume o que vai ser relatado; apresenta o cenário, os participantes e a fala dos personagens. Há, também, cláusulas-fundo que especificam o modo, a finalidade ou o tempo (são as cláusulas adverbiais modais, finais e temporais).

Fundo 2: contém cláusulas-fundo que especificam um referente ou processo (são as cláusulas adjetivas), que expressam inferências, apontando causa, consequência ou adversidade (são cláusulas adverbiais causais, consecutivas ou concessivas; também as coordenadas adversativas). Pode conter também cláusulas-fundo que expressam interferências do falante ou intervenções do locutor, opiniões, dúvidas e conclusões.

Em nossa pesquisa, com o objetivo de verificar, nos textos do nosso *corpus*, em quais contextos as formas imperfectivas atuam como fato central (figura) e como informação periférica (fundo), utilizamos a proposta de Chedier (2007).

Procedimentos metodológicos

Nossos dados provêm de vinte e quatro contos escritos por autores de língua espanhola, selecionados a partir do parâmetro extralinguístico ‘comarca cultural’. A opção por se trabalhar com um *corpus* de contos justifica-se pelo fato de o texto literário nos oferecer um vasto repertório de variantes diaatópicas, diastráticas e diafásicas, e pela dificuldade em trabalhar com *corpora* de dados orais que dessem conta da diversidade linguística de todos os países hispânicos. De acordo com Silva (2009), mesmo que, na atualidade, haja uma gama de bancos de dados orais da língua espanhola, há diversidade no que diz respeito à metodologia para a coleta dos dados, ao estilo e às datas. Saliência-se, ainda, a escolha da narrativa como *sequência textual* por julgarmos apresentar, em maior frequência, as formas aspectuais imperfectivas sob análise (pretérito imperfeito e perífrases imperfectivas), diferentemente do que ocorre com a descrição, a dissertação e a injunção. Também, certas funções das formas imperfectivas de passado não parecem ser frequentes em *corpus* de língua oral. Por exemplo, seria difícil explicar de forma satisfatória, conforme Gutiérrez Araus (1997), o emprego do imperfeito narrativo, pois esse uso, geralmente, não aparece no espanhol falado. Partindo do pressuposto de

que a língua é dinâmica e heterogênea, deparamo-nos com a impossibilidade de analisá-la em sua totalidade. Nesse sentido, não temos a pretensão de afirmar que o *corpus* selecionado para esta pesquisa evidencia o uso da língua espanhola nos diversos contextos de interação verbal. Selecionamos o *corpus* com o objetivo de analisar a expressão do passado imperfeito e apresentar tendências, sem apontarmos generalizações de uso das formas analisadas para outros contextos. Para cada comarca, selecionamos quatro narrativas. O volume textual de cada conto selecionado é de, aproximadamente, 8 a 10 páginas, perfazendo um *corpus* que tem, em média, de 30 a 40 páginas por comarca cultural. Vejamos, então, o *corpus* selecionado:

a) Caribe:

PIÑERA, Virgilio. El que vino a salvarme. In: _____. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008.

_____. Unos cuantos niños. In: _____. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008.

_____. Unas cuantas cervezas. In: _____. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008.

_____. El enemigo. In: _____. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008.

b) México e América Central:

RULFO, Juan. El llano en llamas. In: _____. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007.

_____. Acuérdate. In: _____. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007.

_____. La noche que lo dejaron solo. In: _____. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007.

_____. Diles que no me maten. In: _____. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007.

c) Andes:

MÁRQUEZ, Gabriel García. La santa. In: _____. **Doce cuentos peregrinos**. 17. ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2010.

_____. Me alquilo para soñar. In: _____. **Doce cuentos peregrinos**. 17. ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2010.

_____. Sólo viene a hablar por teléfono. In: _____. **Doce cuentos peregrinos**. 17. ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2010.

_____. El verano feliz de la señora Forbes. In: _____. **Doce cuentos peregrinos**. 17. ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2010.

d) Rio da Prata:

CORTÁZAR, Julio. Las armas secretas. In: _____. **Cuentos completos 1. 2.** ed. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008.

_____. El móvil. In: _____. **Cuentos completos 1. 2.** ed. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008.

_____. Las puertas del cielo. In: _____. **Cuentos completos 1. 2.** ed. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008.

_____. Bruja. In: _____. **Cuentos completos 1. 2.** ed. Buenos Aires: Punto de lectura, 2008.

e) Chile:

BOLAÑO, Roberto. Llamadas telefónicas. In: _____. **Llamadas telefónicas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

_____. La nieve. In: _____. **Llamadas telefónicas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

_____. Una aventura literaria. In: _____. **Llamadas telefónicas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

_____. Clara. In: _____. **Llamadas telefónicas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.

f) Espanha:¹¹

CELA, Camilo José. Noventa minutos de rebotica. In: PADILLA, Jose Montero. **Cuentos Madrileños**. Madrid: Editorial Castalia. S.A., 2002.

_____. Marcelo Brito. In: PÉREZ, Óscar Barrero. **El cuento español 1940-1980**. Madrid: Editorial Castalia. S.A., 1989.

_____. La eterna canción. In: CORRALES, J. **Cuentos para leer después del baño**. Barcelona: Ediciones Juan Granica S.A., 1987.

_____. Claudius, profesor de idiomas. In: CORRALES, J. **Cuentos para leer después del baño**. Barcelona: Ediciones Juan Granica. S.A., 1987.

¹¹ Devido à dificuldade, no que diz respeito à disponibilidade, tivemos de selecionar os contos em três livros diferentes.

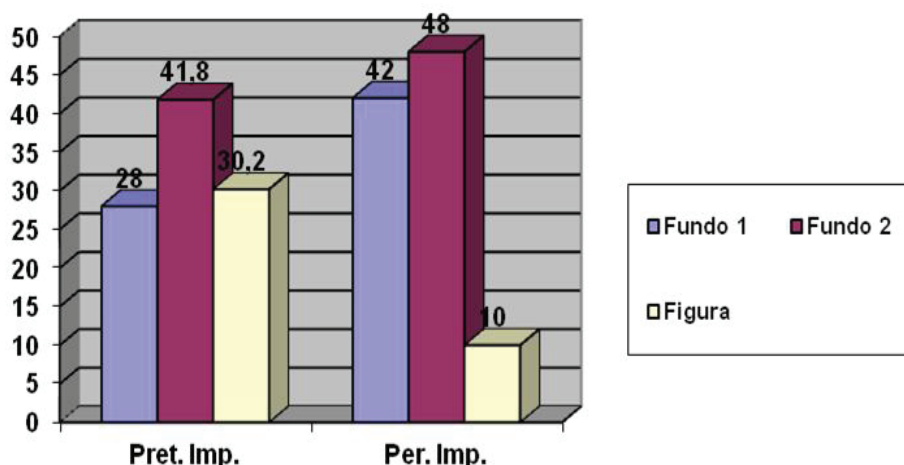
Relevo discursivo: atuação das formas imperfectivas

Nesta seção, analisamos a relação entre os planos figura e fundo presentes nos contos literários e as formas do pretérito imperfeito e das perífrases imperfectivas de passado. A análise de figura e fundo tenta dar conta de uma questão pragmático-discursiva elementar: em uma dada situação comunicativa, sempre há informações mais relevantes que outras. Se isso ocorre, como se dá a codificação, mais especificamente, como as formas, nas quais estamos interessados (imperfeito e perífrases imperfectivas), aparecem na distribuição informativa no texto narrativo? Vejamos o exemplo a seguir:

- (2) Luego **volvíamos** la cara para poder ver otra vez hacia arriba y miramos las ramas bajas de los amoles que nos **daban** tantita sombra... /Logo **voltávamos** o rosto para cima para poder ver outra vez e vimos os ramos baixos dos amoles que nos **davam** um pouco de sombra.... (*El llano en llamas* – Juan Rulfo)

Em (2), a forma verbal imperfectiva (voltávamos) indica a progressão da narrativa, logo, atua como figura. Em contrapartida, a forma imperfectiva (davam) aporta para a localização do cenário do fato narrado, portanto, configura-se como *fundo* da narrativa. No entanto, em muitos casos, é difícil delimitar com precisão o que é figura e o que é fundo na narrativa, pois não se trata de categorias discretas. Em nossa pesquisa, com o objetivo de verificar em quais contextos as formas imperfectivas atuam como fato central (figura) ou como informação periférica (fundo), utilizamos a proposta de Chedier (2007), explicitada anteriormente na seção “Planos da narrativa: Figura e Fundo”. Vejamos, no gráfico a seguir, como se deu, nas narrativas que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, a distribuição das formas verbais do pretérito imperfeito e das perífrases imperfectivas de passado.

Gráfico 1: Ocorrência de formas imperfectivas no Plano Textual-Discursivo: Figura/Fundo



Os resultados apresentados no gráfico acima confirmam que as formas imperfectivas também podem atuar como figura, já que 30,2% das formas de pretérito imperfeito e 10% das perífrases imperfectivas de passado desempenham um papel significativo na progressão dos eventos e nas ações desenvolvidas, nos diversos contos analisados. É o que se verifica no exemplo abaixo, em que a forma imperfectiva “iam” contribui para a progressão cronológica dos eventos da narrativa. Portanto, atua como *figura* no plano narrativo. Nesse sentido, é oportuno discutir a teoria proposta por Hopper e Thompson (1980) para os planos discursivos na narrativa. Segundo os autores, as formas do pretérito perfeito simples e composto (Aspecto perfectivo) têm um papel significativo na progressão dos eventos e nas ações desenvolvidas. Por outro lado, as formas imperfectivas (Aspecto imperfectivo), segundo eles, são utilizadas para descrever, comentar e apontar detalhes, ou seja, para fornecer elementos que dão sustentação à narrativa, atuando somente como fundo.

- (3) Allí **iban** los tres, con la mirada en el suelo, tratando de aprovechar la poca claridad de la noche/ Ali **iam** os três, com o olhar no chão, tratando de aproveitar a pouca claridade da noite. (*La noche que lo dejaron solo* – Juan Rulfo)

No que tange aos percentuais das formas classificadas como fundo 1 (conforme as formas em negrito no exemplo 4 abaixo), verificamos menor ocorrência com dados do pretérito imperfeito: 505 formas, ou seja, 28,% do total das 1803 formas de pretérito imperfeito encontradas nas narrativas analisadas. Por outro lado, foram 122 ocorrências de perífrases imperfectivas de passado, 42% do total de 290 formas de perífrases que compõem o *corpus* analisado. Verificamos, também, menor ocorrência de formas classificadas como fundo 2 com dados do pretérito imperfeito (conforme as formas em negrito no exemplo 5 abaixo): 754 formas, ou seja, 41,8% do total das 1803 formas de pretérito imperfeito. Por outro lado, há 139 ocorrências de perífrases imperfectivas de passado, 48% do total de formas perifrásticas.

- (4) Ayer **llovía**, hoy hubo sol, ayer **estaba** triste, hoy va a venir Michele./ Ontem **chovia**, hoje fez sol, ontem **estava** triste, hoje virá Michele. (*Las armas secretas* – Julio Cortázar)
- (5) ...comprendí que **necesitaba** mi amistad, la amistad de cualquiera. Pero yo no **estaba** en condiciones de brindarle ese consuelo. /... comprendi que **necesitava** de minha amizade, da amizade de qualquer um. Mas eu não **estava** em condições de brindar-lhe com esse consolo. (*Clara* – Roberto Bolaño)

Nossos dados mostram que as formas imperfectivas podem atuar na progressão da narrativa. O narrador pode fazer uso de uma forma imperfectiva, por exemplo, para dar um efeito de lentificação da ação ou, ainda, de suspense na narrativa. Vejamos um exemplo:

- (6) Ahora **esgrimía** una navaja e **iba inclinando** lentamente el cuerpo mientras me **miraba** fijamente. / Agora **esgrimia** uma navalha e **ia inclinando** lentamente o corpo enquanto me **olhava** fixamente. (*El que vino a salvarme* – Virgilio Piñera)

Segundo a RAE (2009), em sua última publicação “Nueva gramática de la lengua española”, o pretérito imperfeito narrativo também é chamado de “ruptura”, por apresentar uma ação como desfecho de outras que são introduzidas na continuação da narração. García Fernández (2004) pontua que,

nesses contextos, há uma neutralização do valor aspectual imperfectivo pautada em objetivo de cunho estritamente estilístico, no entanto, encontramos formas atuando na progressão da narrativa sem conferir um valor que fosse necessariamente estilístico, mas atuando no desenvolvimento do relato. Nesse sentido, podemos sugerir que as formas imperfectivas de passado assumiram novas funções no decorrer do tempo, ou seja, sofreram gramaticalização. Bybee (2003) aponta a seguinte característica para as formas que sofreram gramaticalização: generalização e abstratização semântica; logo, há aumento dos contextos de uso. Por exemplo, as formas imperfectivas de passado, além de serem usadas como pano de fundo da narrativa (conforme Hopper [1979] e Hopper e Thompson [1980]), passam a atuar, também, na progressão da narrativa. Veja-se a esse respeito, de acordo com Bertinetto (1986), o uso do imperfeito narrativo na novela decimonônica.

Se retomarmos as considerações de pesquisadores e gramáticos que estudaram com afinco a relação entre os tempos do passado e a organização discursiva ao longo dos séculos, teremos um panorama da evolução dos usos linguísticos das formas imperfectivas de passado em espanhol. Uma das primeiras alusões a esse tópico é formulada por Bello (1847) que, ao apontar os usos do co-pretérito (pretérito imperfeito), o situa com os adjuntos adverbiais e com outros elementos circunstanciais dos fatos, para decorar o drama, ou seja, para caracterizar os personagens e o cenário da narrativa. Weinrich (1973), na proposta sobre os tempos do mundo narrado, coloca o pretérito imperfeito no fundo da narrativa e o pretérito perfeito na figura. Outros estudiosos, como Alcina e Blecua (1975), Matte Bon (2003) e Cano (2005), corroboram essa tese e afirmam que o pretérito perfeito é usado pelos falantes para sequenciar os fatos. Por outro lado, o imperfeito é utilizado para descrever a cena. Nossos dados ratificam as considerações de García Fernández (2004), Bertinetto (1986) e Gutiérrez Araus (1997), ou seja, houve especialização das formas imperfectivas, as quais passaram a ter seus contextos de uso ampliados, o que, por sua vez, ocasionou aumento na frequência de uso dessas formas na narração, pois além da descrição de personagens e do cenário, as formas imperfectivas passaram a atuar, também, para a progressão da narrativa. Por conta disso, as formas imperfectivas assumiram novas funções (lentificação da ação, frutração de uma ação iminente, habitual, etc.). De acordo com Gutiérrez Araus (1997), na linguagem literária, utilizam-se as formas imperfectivas na progressão das ações da narrativa, quando se quer

ênfatizar uma determinada ação. Nesse sentido, o autor rompe a norma, com o objetivo de captar a atenção do leitor, e emprega uma forma imperfectiva no lugar de uma perfectiva.

Pontes (2009), em sua pesquisa com narrativas produzidas por estudantes universitários brasileiros aprendizes de espanhol, também destaca que formas imperfectivas podem indicar progressão na narrativa e que formas perfectivas podem figurar em circunstâncias secundárias, portanto, como pano de fundo. Vejamos um exemplo de nosso *corpus*:

- (7) Los amigos encuentran, casi sin sorpresa, a Esteban. Esteban **cerraba** la puerta, lo ven por primera vez.../ Os amigos encontram, quase sem surpresa, Esteban. Esteban **fechava** a porta, o vêem pela primeira vez... (*Bruja* – Julio Cortázar)

Nesse exemplo, a forma no pretérito imperfeito denota uma ação pontual inerente, ou seja, Esteban fechava a porta naquele dado momento, não houve nenhuma fase de transição ou duração. Por outro lado, essa ação apresenta-se como inacabada e contribui para a progressão da trama. Além disso, constitui um recurso utilizado na narrativa para conferir uma atmosfera de suspense. Podemos deduzir, então, que, como já foi discutido, as formas imperfectivas podem atuar como figura.

Correlação entre relevo discursivo e funções codificadas pelo pretérito imperfeito

O mapeamento funcional das formas sob análise foi feito com base em estudos que tratam dos valores e dos usos das formas imperfectivas de passado em espanhol: Garcés (1997), Gutiérrez Araus (1997), Brucat (2001), García Fernández (2004) e Ruiz Campillo (2005). Nossos dados evidenciam funções nas quais o pretérito imperfeito está em competição com a forma perifrástica (funções que apresentam variação): descritiva, narrativa, habitual e desiderativa; e outras funções codificadas somente pelo pretérito imperfeito: iterativa, presente, futuro, simultaneidade, cortesia, lúdica e contrariedade. Iniciamos a exposição por essas funções e apresentamos os resultados na Tabela 01.

Tabela 1 – Correlação entre relevo discursivo e funções codificadas pelo pretérito imperfeito.

Funções imperfectivas	Fundo 1	Fundo 2
	Aplicação/Total/%	Aplicação/Total/%
Iterativa	02/32/6,2%	30/32/93,8%
Presente	10/64/15,6%	54/64/84,4%
Futuro	---	32/32/100%
Simultaneidade	31/65/47,6%	34/65/52,4%
Cortesia	06/06/100%	---
Lúdica	103/188/54,7%	85/188/45,3%
Contrariedade	---	32/32/100%

Em nenhuma das funções sob análise, há dados no plano discursivo figura. Também não há dados em fundo 1 para as funções futuro e contrariedade. Por outro lado, há porcentagens expressivas para a função lúdica (54,7%) e para a cortesia (100%). O fundo 1 constitui o contexto mais favorável para a função lúdica (conforme exemplo 8), pois, nesse plano discursivo, há a apresentação do cenário, dos personagens, resumo do que vai ser relatado e fala dos personagens. Segundo Gutiérrez Araus (1997), a potencialidade desrealizadora do imperfeito o converte em uma forma idônea para marcar o mundo da fantasia e dos sonhos, ou seja, o falante faz referência a situações que correspondem a uma fantasia, ficção ou figuração, e justamente o fundo 1 é o ambiente mais apropriado para a configuração desse mundo da fantasia. Já a função de cortesia (conforme exemplo 9) se presentifica, principalmente, na fala dos personagens.

- (8) **Era** divertido, **tomaba** una revista, en busca de algo que le complaciera, **elegía** el lugar preciso y **creaba** cosa por cosa esas predilectas imágenes. / **Era** divertido, **pegava** uma revista, em busca de algo que gostasse, **escolhia** o lugar preciso e **criava** coisa por coisa essas imagens prediletas. (*Bruja* – Julio Cortázar).
- (9) No, muchas gracias; yo **quería** un inglés./ Não, obrigado; **queria** um inglês. (*Noventa minutos de rebotica* – Camilo José Cela)

Em contrapartida, o fundo 2 pode ser considerado como o plano discursivo mais favorável para o uso das funções enfocadas, já que reúne orações que especificam um referente ou processo, ou que expressam inferências, ou, ainda, apontam causa, consequência ou adversidade, ou seja, é um contexto mais complexo e subjetivo que abarca uma gama maior de possibilidades de usos imperfectivos. Por conta disso, apresenta as porcentagens mais expressivas para as funções futuro (100%), contrariedade (100%), iterativa (93,8%) e presente (84,4%). Já para a simultaneidade (52,4%), podemos sugerir que o uso se deve ao fato de podermos encontrar cláusulas-fundo que especificam o tempo e que podem ser utilizadas, acopladas a formas imperfectivas, também, para pontuar a coincidência temporal entre duas ações passadas. A título de ilustração, apresentamos um exemplo para cada função.

- (10) A veces me **mandaba** a ver a un jugador. / Às vezes me **mandava** ver um jogador (*La nieve* – Roberto Bolaño). *Função iterativa*
- (11) Dijo que las flores lo **explicaban** todo. / Disse que as flores **explicavam** tudo. (*La nieve* – Roberto Bolaño). *Função de futuro*
- (12) Ahora, el hecho de que nadie le contestara **umentaba** su martirio. / Agora, o fato de que ninguém lhe respondia **umentava** seu martírio. (*Sólo vine a hablar por teléfono* – Gabriel García Márquez). *Função de presente*
- (13) En una ocasión hablé con su hijo. En otra con Paco. Ambos se **veían** bien, se les **oía** bien, menos nerviosos que yo al menos. / Em uma ocasião falei com o seu filho. Em outra com Paco. **Via-se** e se **ouvía** a ambos bem, menos nervosos que eu, pelo menos. (*Clara* – Roberto Bolaño). *Função de simultaneidade*
- (14) Los esquemas del crimen se sucedían vertiginosamente. También se habló de honorarios. ¡ No **faltaba** más! Asesinos espléndidamente pagados. / Os esquemas do crime aconteciam vertiginosamente. Também se falou dos honorários. Não **faltava** mais! Assassinos esplendidamente pagos. (*Unas cuantas cervezas* – Virgilio Piñera). *Função de contrariedade*

No exemplo 10, temos uma leitura iterativa, já que a forma imperfectiva e o marcador temporal não denotam um costume ou, ainda, uma prática

corriqueira, mas descrevem uma ação que se repetiu mais de uma vez. Já no exemplo 11, utiliza-se o imperfeito no discurso indireto para pontuar um valor de futuro em relação ao passado. Consiste em uma leitura hipotética, por parte do falante, em relação a um fato passado. Por isso, há o uso do imperfeito no lugar do condicional simples (explicaria); conforme Garcés (1997), essa utilização é muito frequente no discurso indireto. No exemplo 12, o narrador faz uma suposição acerca do personagem, por isso, utiliza a forma imperfectiva “aumentava” para indicar que seu conhecimento sobre o que afirma não é tão seguro. Para Garcés (1997), o falante costuma utilizar o imperfeito com valor de presente quando quer evidenciar que não tem segurança sobre o que afirma ou, ainda, quando procura se preservar com relação à veracidade dos fatos que afirma. No exemplo 13, o narrador destaca duas ações passadas que ocorrem simultaneamente e que denotam um caráter contínuo. No exemplo 14, o narrador relata a sua indignação diante da situação de favorecimento dos criminosos. Para expressar a sua contrariedade (sentimento de frustração), utiliza a forma imperfectiva “faltava” em uma oração cuja entonação é exclamativa. Ademais, temos acoplado à forma imperfectiva o advérbio de intensidade “mais” para reforçar o seu sentimento de insatisfação diante do fato narrado.

Correlação entre relevo discursivo e funções codificadas variavelmente pelo pretérito imperfeito e por perífrases imperfectivas

Considerando-se que as perífrases imperfectivas de passado e o pretérito imperfeito do indicativo, com base no conceito de regra variável proposto por Labov (1978),¹² estão em variação, decidimos analisar a competição entre essas formas no *corpus* selecionado para esta pesquisa. Nesse sentido, além de explicitar a regra variável, objetivamos analisar o relevo discursivo como motivação para a ocorrência de uma ou outra forma. Para alcançarmos tal intento, recorreremos à análise estatística e utilizamos o programa GOLDVARB (SANKOFF, 2005), do pacote computacional denominado VARBRUL. Por meio desse aparato da estatística, obtivemos os cálculos de frequência das

¹² De acordo com Labov (1978), duas ou mais formas que, necessariamente, têm o mesmo valor de verdade no mesmo contexto, ou seja, portam o mesmo significado referencial, constituem uma regra variável.

formas sob análise e os pesos relativos dos fatores elencados como possíveis condicionamentos para o imperfectivo e para as perífrases. Nas rodadas estatísticas, consideramos o pretérito imperfectivo do indicativo como aplicação da regra para as funções descritiva e narrativa, ou seja, como a forma esperada para a codificação da função analisada, e a perífrase imperfectiva para as funções habitual e desiderativa, pois, nas duas primeiras funções, as formas de pretérito imperfectivo foram mais recorrentes, e, assim como nas duas últimas, obtivemos mais a forma perifrástica.

A função descritiva, geralmente, está associada ao fundo da narrativa, ou seja, as formas imperfectivas são utilizadas para descrever, comentar e apontar detalhes. Por meio dessa função, o narrador dá sustentação à narrativa, utilizando as formas imperfectivas nesse contexto como fundo para os acontecimentos que serão narrados. Nessa função, obtivemos 676 formas de pretérito imperfectivo e 32 formas de perífrases imperfectivas de passado. Vejamos dois exemplos que ilustram a variação entre as formas imperfectivas de passado na codificação da função descritiva e, na sequência, na Tabela 2, os resultados atrelados ao relevo discursivo.

- (15) Entonces entró en su casa, que **era** verdaderamente hermosa./ Então, entrou em sua casa, que **era** verdadeiramente bonita. (*Bruja* – Julio Cortázar)
- (16) ... se llamaba Esteban, jamás **quería salir** de la casa./ ... se chamava Esteban, jamais **queria sair** da casa. (*Bruja* – Julio Cortázar)

Tabela 2 – Atuação do relevo discursivo no uso do pret. imperfectivo versus a perífrase imperfectiva na codificação da função descritiva

Fatores	Aplicação/Total	Percentual	Peso Relativo
Fundo 1	645/670	96,3	0.444
Fundo 2	31/38	81,6	0.981

O fundo 2 se associa ao pretérito imperfectivo do indicativo com um peso bem significativo (0.981). O fundo 1, por sua vez, apresentou-se pouco significativo para a ocorrência de formas do pretérito imperfectivo, com peso (0.444). Na função descritiva, não encontramos dados associados à figura,

talvez pelo fato de as descrições, conforme Hopper e Thompson (1980), representarem mais frequentemente o fundo do texto narrativo.

O princípio de marcação¹³ atua na correlação entre as formas imperfectivas de passado e o relevo discursivo. O fundo 2 apresenta cláusulas-fundo que especificam um referente ou processo, os quais expressam inferências apontando causa, consequência ou adversidade. Logo, é mais complexo estruturalmente e cognitivamente, pois demanda maior esforço de processamento do que o fundo 1, que está mais próximo da figura e apenas apresenta ou resume o que vai ser relatado; o cenário, os participantes e a fala dos personagens. Nesse sentido, há relação entre a forma menos marcada e a situação mais marcada: o pretérito imperfeito do indicativo (forma menos marcada do que as perífrases) com o fundo 2 (contexto marcado).

Para a função narrativa, conforme demonstrado nos exemplos a seguir, encontramos 644 formas de pretérito imperfeito e 27 formas de perífrases imperfectivas de passado.

- (17) Allí **iban** los tres, con la mirada en el suelo, tratando de aprovechar la poca claridad de la noche/ Ali **iam** os três, com o olhar no chão, tratando de aproveitar a pouca claridade da noite. (*La noche que lo dejaron solo* – Juan Rulfo)
- (18) ... **proseguía viviendo**, pero al mismo tiempo **empezaba a morirme**. / ... **prosseguia vivendo**, mas ao mesmo tempo eu **começava a morrer**. (*El que vino a salvarme* – Virgilio Piñera)

No exemplo 17, o narrador utiliza a forma imperfectiva para conferir um caráter de lentificação ao ritmo da viagem, já que é realizada no período noturno. Já no exemplo 18, há o relato do início do processo de mortificação do protagonista, caso em que o uso de formas imperfectivas contribui para a configuração de uma atmosfera de suspense na trama narrada.

Os pesos relativos, na tabela 03 a seguir, evidenciam alto favorecimento por parte do plano discursivo figura para a ocorrência de formas do

¹³ Givón (1990, p. 947) apresenta três critérios para se avaliar a marcação: (i) complexidade estrutural – a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a não-marcada; (ii) distribuição de frequência – a categoria marcada tende a ser menos frequente do que a não-marcada; (iii) complexidade cognitiva – a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento do que a não-marcada.

pretérito imperfeito do indicativo, com peso relativo 0.868. Por outro lado, no fundo 1, há forte restrição para o uso dessa forma, com peso relativo 0.003. Considerando-se que na expressão do passado imperfectivo em espanhol há uma forma estruturalmente mais marcada (perífrase) do que a outra (pretérito imperfeito do indicativo) e, também, o princípio de expressividade retórica proposto por Dubois e Votre (1994) – um procedimento discursivo marcado tende a reduzir ou eliminar o esforço de codificação, – formas marcadas podem ocorrer em contextos menos marcados e formas menos marcadas podem estar presentes em contextos mais marcados. Logo, teríamos o equilíbrio cognitivo contextual, ou seja, o pretérito imperfeito do indicativo (estrutura menos marcada), que é considerado como estrutura mais simples em relação às perífrases imperfectivas, tende a aparecer no plano discursivo figura (em se tratando de imperfectividade, contexto marcado em relação ao fundo1).

Tabela 03 – Atuação do relevo discursivo no uso do pret. imperfeito versus a perífrase imperfectiva na codificação da função narrativa.

Fatores	Aplicação/Total	Percentual	Peso Relativo
Figura	485/504	96,2	0.868
Fundo1	159/167	95,2	0.003

Na função habitual, consideramos as perífrases imperfectivas de passado como regra de aplicação, pois obtivemos mais ocorrências dessas formas: 97 dados contra 29 de pretérito imperfeito. Vejamos dois exemplos que ilustram essa função.

- (19) **Solía soñar** con ratas, **solía oírlos** por la noche en su cuarto, y durante meses.../ **Costumava sonhar** com ratos, **costumava ouví-los** à noite em seu quarto, e durante meses... (*Clara* – Roberto Bolaño)
- (20) Ese vicio solitario **se hacía** aún más solitario. / Esse vício solitário **ficava** ainda mais solitário. (*El enemigo* – Virgilio Piñera)

Deter-nos-emos agora nos valores percentuais atrelados ao relevo discursivo, que evidenciam, conforme tabela 04, maior ocorrência de formas imperfectivas de passado no fundo 2. Segue-se o fundo 1 e, por último, temos

o plano figura. Percebemos que a distribuição das perífrases se dá de forma equilibrada nos três planos discursivos.

Tabela 4 – Ocorrência de perífrases imperfeitas na função habitual de acordo com o relevo discursivo¹⁴

Fatores	Aplicação/Total	Percentual
Figura	11/15	73,3
Fundo 1	20/26	76,9
Fundo 2	66/85	77,6

Na função desiderativa, amalgamamos o fundo 1 com o fundo 2 para eliminar um nocaute¹⁵ no fundo 1 e consideramos a perífrase imperfeita de passado como regra de aplicação, pois obtivemos mais ocorrências dessa forma: encontramos 113 dados de perífrases imperfeitas de passado e 56 de pretérito imperfeito. Vejamos dois exemplos ilustrativos, seguidos dos resultados estatísticos.

- (21) Integró una biblioteca con volúmenes rosa, tuvo casi todos los discos de Pedro Vargas y algunos de Elvira Ríos; llegó un momento en que ya poco **deseaba**./Integrou uma biblioteca com volumes rosa, teve quase todos os discos de Pedro Vargas e alguns de Elvira Ríos; chegou um momento em que já pouco **desejava**. (*Bruja* – Julio Cortázar)
- (22) Era bello, fino, se llamaba Esteban, jamás quería salir de la casa: así **tenía que ser**. / Era belo, fino, se chamava Esteban, jamais queria sair da casa: assim **tinha que ser**. (*Bruja* – Julio Cortázar)

¹⁴ Para esta tabela, não apresentamos pesos relativos em virtude de o programa GOLDVARB não ter selecionado o grupo de fatores “relevo discursivo” como estatisticamente significativo para a variação entre imperfeito e perífrases na função habitual.

¹⁵ Nocaute é o termo usado para um contexto em que se encontra realização categórica.

Tabela 05 – Atuação do relevo discursivo no uso da perífrase imperfectiva *versus* o pret. imperfecto na codificação da função desiderativa

Fatores	Aplicação/Total	Percentual	Peso Relativo
Figura	1/20	5,0	0.000
Fundo	112/149	75,2	0.844

A partir dos pesos relativos obtidos, podemos verificar que, no plano discursivo fundo, há maior recorrência de perífrases imperfectivas de passado, com peso relativo 0.844, fato que não se repete com a figura, pois o peso relativo é 0.000, ou seja, nesse plano discurso, não há praticamente a forma perifrástica, pois encontramos apenas uma ocorrência. Temos um nocaute negativo, o que indica que a regra de variação, possivelmente, nunca será aplicada no contexto desse fator, ou seja, no plano da figura.

Tomando por base o princípio da marcação, podemos tecer as seguintes considerações: a) na figura, as perífrases imperfectivas são mais marcadas, pois apresentam maior complexidade estrutural, já que são estruturas maiores e, por essa razão, tendem a ser mais complexas também cognitivamente, pois demandam maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento. Por conta disso, são menos frequentes do que o elemento não marcado, ou seja, o pretérito imperfecto do indicativo; b) no fundo, as perífrases imperfectivas de passado (formas marcadas) são mais recorrentes do que a forma não-marcada, no caso, o pretérito imperfecto do indicativo. Vale destacar que esse contexto, no que se refere à imperfectividade, é menos marcado em relação ao plano discursivo figura, o que pode levar à utilização de formas mais complexas estruturalmente.

Considerações finais

Com base nos resultados e análises empreendidas, é necessário que repensemos o papel da imperfectividade atrelada ao fundo da narrativa, ou seja, é necessário que não fiquemos atrelados à correlação clássica entre figura-formas perfectivas e fundo-formas imperfectivas, já que a literatura existente sobre o tema apresenta tendências de uso das formas imperfectivas como fundo, não negando categoricamente que usos diferentes (como figura,

por exemplo) possam ser identificados na língua em uso. A imperfectividade constitui-se um domínio funcional¹⁶ e não está associada somente às formas aspectuais imperfectivas, mas, também, às formas perfectivas. Vejamos um exemplo de formas do pretérito perfeito composto do indicativo que pode expressar um valor imperfectivo durativo:

- (23) Desde pequeño **he sido** feliz, **he tenido** acceso a las cosas que me gustan y **he desarrollado** mis aptitudes./ Desde pequeno **fui** feliz, **tive** acceso às coisas de que gosto e **desenvolvi** minhas atitudes. (*El desarrollo* – Juan Morales)

Nesse exemplo, o uso do pretérito perfeito composto não deixa claro se o personagem ainda é feliz, tem acesso às coisas de que gosta e desenvolve suas atitudes, ou seja, as formas perfectivas em questão não determinam se a ação é acabada ou inacabada. Por conta disso, podemos ter uma leitura perfectiva e outra imperfectiva. Ademais, temos de considerar os usos das formas imperfectivas que contribuem para a progressão da narrativa, tais como lentificação da ação, frustração iminente da ação, habitualidade etc. Diante das considerações ora apresentadas, propomos a reformulação da relação figura e fundo, no sentido de analisar a imperfectividade¹⁷ não mais atrelada a formas, mas a um domínio funcional que pode estar presente nos dois planos da narrativa: a) Figura: formas perfectivas com função perfectiva ou imperfectiva e usos especializados das formas imperfectivas que contribuem para a progressão da narrativa; b) Fundo 1 e 2: formas verbais imperfectivas que dão suporte para os fatos a serem narrados.

¹⁶ Este termo é empregado no sentido proposto por Givón (1984) para domínio funcional, ou seja, corresponde às áreas funcionais que compõem a gramática, que podem se referir a áreas funcionais gerais (ou macrodomínios), como TAM (tempo/ aspecto/ modalidade), caso, referência, ou a áreas mais estritas (microdomínios), como o tempo futuro, o sujeito, a dêixis, a especificação nominal, etc.

¹⁷ Macrodomínio funcional caracterizado por ter limites implícitos, por não ser dêitico e por representar situações em progresso (ações dinâmicas) ou configuradas em sua existência (estado).

Márluce COAN; Valdecy de Oliveira PONTES. Discursive grounding and use of imperfective past in literary narratives. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 50-79, 2012.

ABSTRACT: *The aim of this paper is to discuss the correlation between foreground discursive plan and perfectivity and background discursive plan and imperfectivity, in order to demonstrate that imperfective forms do not only describe, comment, inform details, and support the main actions, but are also responsible for the narrative progression. The data of the imperfect past and imperfective periphrases were analyzed in twenty-four short stories written by Spanish authors, selected according to the following cultural parameter: Caribbean; Mexico and Central America; Andes; Rio de Prata; Chile and Spain. A total of 2093 data was obtained, being 1803 of the imperfect indicative past, 86,15% of the total, and 290 imperfective past periphrases, which corresponded to 13,85% of the total. It turned out that the imperfective past forms took on new roles over time, formerly used as narrative background as they started acting in the textual progression. Our results also demonstrated the use of imperfective and periphrases in the codification of various functions: (i) descriptive, narrative, habitual, and desiderative functions are variably codified by the imperfective and the periphrases; (ii) the interactive functions, present, future, simultaneity, courtesy, recreational, and contrariety are codified, in the analyzed corpus, only by the imperfect.*

KEYWORDS: *Discursive Grounding. Imperfect Past. Imperfective Periphrases.*

Referências

- ALCINA, J.; BLECUA, J. M. **Gramática española**. Barcelona: Ariel, 1975.
- BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana**. Buenos Aires: Sopena, 1847.
- BERTINETTO, Pier Marco. **Tempo, aspetto e azione nel verbo italiano. Il sistema dell'indicativo**, Florencia: L'Accademia della Crusca. 1986.
- BOLAÑO, Roberto. **Llamadas telefónicas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1997.
- BYBEE, J. Cognitive Process in grammaticalization. In: TOMASELLO, M. **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure**. v. 2. New Jersey/London: Lawrence Erlbaum, 2003. p. 145-167.
- BRUCAT, J. M. El valor del imperfecto de indicativo en español. In: **Primer Congreso Internacional de la Asociación Coreana de Hispanistas**. Chonbuk: Universidad Nacional de Chonbuk, 2001.
- CANO, R. A. **Historia de la lengua española**. 2. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.
- CASTILHO, A. T. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 1967.

CELA, Camilo José. Noventa minutos de rebotica. In: PADILLA, Jose Montero. **Cuentos Madrileños**. Madrid: Editorial Castalia S.A., 2002.

_____. Marcelo Brito. In: PÉREZ, Óscar Barrero. **El cuento español 1940-1980**. Madrid: Editorial Castalia S.A., 1989.

_____. La eterna canción. In: CORRALES, J. **Cuentos para leer después del baño**. Barcelona: Ediciones Juan Granica S.A., 1987.

CHEDIER, C. M. **Perfil de figura/fundo em crianças com e sem queixas escolares**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COMRIE, B. **Tense**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Aspect**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

_____. **Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CORTÁZAR, Julio. **Cuentos completos 1. 2. ed.** Buenos Aires: Punto de lectura, 2008.

CORRALES, J. **Cuentos para leer después del baño**. Barcelona: Ediciones Juan Granica S.A., 1987.

COSERIU, E. **El sistema verbal románico**. México: Siglo XXI Editores, 1976.

COSTA, S. B. B. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990.

DAHL, Ö. **Tense and aspect systems**. Oxford: Blackwell. 1985.

DUBOIS, S.; VOTRE, S. J. **Análise modular e princípios subjacentes do funcionamento linguístico: a procura da essência da linguagem**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FREITAG, R. M. K. **A expressão do passado imperfeito no português: variação/gramaticalização e mudança**. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2007.

GARCÉS, M. P. **Las formas verbales en español valores y usos**. Madrid: Editorial Verbum, 1997.

GARCÍA FERNÁNDEZ, L. El pretérito imperfecto: repaso histórico y bibliográfico. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, L.; CAMUS BERGARECHE, B. (Ed.). **El pretérito imperfecto**. Madrid: Gredos, 2004.

_____. **El aspecto gramatical en la conjugación**. Madrid: Arco/Libros, 1998.

GENTA, Florencia. **Perífrasis verbales en español**: focalización aspectual, restricción temporal y rendimiento discursivo. Tesis (doctoral) – Universidad de Granada, Granada, 2008.

GIVÓN, Talmy. Tense-Aspect-Modality. In: _____. **Syntax**: a functional-typological introduction. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984. p. 269-320.

_____. **Syntax**: a functional-typological introduction. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990.

GUTIÉRREZ ARAUS, L. M. **Formas temporales del pasado en indicativo**. Madrid: Arco/Libros, 1997.

HOPPER, P. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, Thomas (Org.). **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in Grammar and Discourse. **Language**, v. 56, n. 2, p. 251-299, 1980.

LABOV, W.; WALETSKY, J. Narrative analysis. In: HELM, J. (Org.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.

_____. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44, Texas, 1978.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**: expressões da duração e da reiteração, os adjuntos que focalizam eventos, momentos estruturais na descrição dos tempos. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, Maria Claudete. **A não-atribuição de causalidade na crônica geral de Espanha de 1344**. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MALDONADO, J. G. **El aspecto imperfectivo en inglés**: su expresión y función en el texto narrativo. 456 p. Tesis Doctoral de la Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filología, Departamento de Filología Española I, 1992.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Doce cuentos peregrinos**. 17. ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2010.

MATTE BON, F. **Gramática comunicativa del español**. Tomo I: De la lengua a la idea. Madrid: Edelsa, 2003.

MOUNIN, G. Problèmes terminologiques de l'aspect. **Linguistique Antverpiensia**, v. 2, p. 317-328, 1968.

PEZATTI, E. G. O Funcionalismo em Linguística. In: _____. **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-218.

PIÑERA, Virgilio. **El que vino a salvarme**. Madrid: Cátedra, 2008.

PONTES, Valdecy de Oliveira. **O uso dos pretéritos perfeito (simple e composto) e imperfeito do indicativo em narrativas escritas em espanhol por aprendizes brasileiros em formação docente universitária**: uma análise funcionalista. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Curso de Pós-graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009. 119p.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1982, 305p.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE). **Nueva gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, 2009.

RUIZ CAMPILLO, J. P. Instrucción indefinida, aprendizaje imperfecto. Para una gestión operativa del contraste imperfecto / indefinido en clase. **Mosaico**, v. 15, p. 9-17, 2005.

RULFO, Juan. **El llano en llamas**. Madrid: Editorial Planeta, 2007.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X** – A multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.

SILVA, G. R. **O aspecto verbal nas formas simples dos pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo no Português culto de Fortaleza**: uma abordagem semântico-discursiva. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA, I. M. **As voltas que o modo dá**: parâmetros funcionais da alternância indicativo/subjuntivo em espanhol. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVEIRA, E. **O aluno entende o que se diz na escola**. Rio de Janeiro: Dunya, 1997.

SMITH, C. **The parameter of aspect**. Dordrecht, Boston, Londres: Kluwer Academic Publishers, 1997.

WEINRICH, H. **Le temps**. Paris: Seuil, 1973.

NOMES NUS E A DISTINÇÃO MASSIVO-CONTÁVEL

Ana MÜLLER¹
Edit DORON²

RESUMO: Este artigo defende que a distinção massivo-contável entre os substantivos e sintagmas nominais de uma língua não é apenas uma distinção linguística arbitrária, mas corresponde a uma distinção cognitiva entre denotações que incluem entidades cuja atomicidade é determinada em cada contexto – os nomes contáveis – e entidades cuja atomicidade é vaga em um mesmo contexto. O artigo se apoia em dados do hebraico e do karitiana, língua Tupi.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes Contáveis. Nomes Massivos. Distinção Massivo-Contável. Hebraico. Karitiana.

Introdução

A visão ingênua da distinção linguística entre sintagmas massivos e contáveis tem sido de que ela reflete uma distinção cognitiva entre matéria homogênea, que não possui unidades para serem contadas, e matéria descontínua, que possui unidades atômicas e que por isso pode ser contada. Essa visão tem sido frequentemente questionada na literatura, mais recentemente quando Gillon (1992) e Chierchia (1998) apontaram para o fato de que há nomes massivos que denotam entidades descontínuas – tais como *bijuteria*, *vestuário*, *mobília*, *correspondência*. Por exemplo, uma blusa é uma unidade atômica de vestuário, apesar de que uma blusa não é vestuário. Por isso *vestuário* não pode ser considerado um item que possui uma denotação homogênea. É, no entanto, um nome massivo. Por outro lado, Rothstein (2010) discute o fato, identificado primeiramente por Mittwoch (1988), de que há nomes contáveis que denotam entidades homogêneas – tais como *cerca*, *linha*,

¹ Universidade de São Paulo. anamuler@usp.br

² The Hebrew University of Jerusalem. edit@vms.huji.ac.il

nuvem, buquê. Duas nuvens que se juntam formam uma nuvem, demonstrando a homogeneidade do nome contável *nuvem*.

Como um resultado da discrepância entre o contraste linguístico massivo-contável e o contraste cognitivo homogêneo-atômico, a distinção entre nomes massivos e contáveis passa a ser considerada uma distinção linguística arbitrária e, mais ainda, distinta para cada língua. A visão que gostaríamos de defender é oposta à visão de que a distinção massivo-contável é arbitrária. Apesar de não retrocedermos à visão cognitiva ingênua, que é muito fraca, alegamos que a distinção massivo-contável de fato reflete na grande maioria dos casos uma distinção cognitiva.

Na próxima seção, argumentaremos a favor dessa tese com base no Karitiana, uma língua que não possui pluralização nominal e que não possui nenhuma distinção formal entre massivos e contáveis na morfossintaxe dos nomes ou dos sintagmas nominais. Essa língua, no entanto, distingue semanticamente nomes que podem e nomes que não podem ser contados. Na seção seguinte, traremos evidências do hebraico, uma língua que tem morfologia nominal plural, mas em que, como no karitiana, a contabilidade não é refletida pela pluralização, mas sim por uma identificação semântica de *unidades estáveis* na denotação do nome. Seguindo Chierchia (2010), caracterizamos nomes contáveis como possuindo em sua denotação entidades com *unidades instáveis*: em um mesmo contexto, uma entidade é ao mesmo tempo uma unidade e um agregado de unidades. Mostramos então que a distinção formal entre nomes massivos e contáveis em hebraico corresponde à distinção cognitiva entre unidades estáveis e instáveis.

Mais concretamente, defendemos que:

- A. Nomes massivos do tipo *mobília* são termos massivos legítimos, já que o que conta como uma unidade de mobília em um determinado contexto não é estável; poderia ser o conjunto inteiro da sala ou apenas uma de suas partes. Assim, pode ser apropriado dizer em um dado contexto *Este conjunto de sala é muita mobília!*
- b. Nomes contáveis têm unidades estáveis em cada contexto determinado. Por exemplo, *nuvem* é legitimamente contável, já que considerar partes de uma nuvem como sendo nuvens separadas exige uma mudança de contexto. Para vermos uma nuvem não apenas como uma unidade, mas

também como várias unidades ao mesmo tempo, é necessário que haja uma mudança de *gestalt* que altera o contexto na metade da sentença em *#Esta nuvem são muitas nuvens!*

O ponto (B) já foi defendido em Nicolas (2002) e Chierchia (2010). Por essa razão, neste artigo, temos como foco argumentar a favor de (A), ou seja, a instabilidade das unidades de nomes massivos como *mobília*. Mas, primeiramente, argumentamos, com base no karitiana, a favor da questão mais geral de que contabilidade, na maior parte dos casos, independe de uma distinção linguística formal entre massivo-contável.

Karitiana

Karitiana é uma língua Tupi-Arikém com cerca de 400 falantes, a maioria residente em uma reserva indígena demarcada localizada em Rondônia, no sudoeste da Amazônia brasileira.

A distinção massivo-contável não é decodificada formalmente de nenhuma forma em karitiana. Primeiro, não há morfologia de número no sistema nominal da língua que pudesse separar os nomes massivos dos nomes contáveis (MÜLLER et al., 2006). A palavra *pikom* ('macaco') na sentença (1a) abaixo é completamente indefinida quanto ao fato de o número de macacos comidos ser um, mais de um, ou mesmo partes de um ou vários macacos. Em (1b) *oho* é um singular nu que se refere a um tipo:³

- (1) a. *Yn naka 'yt pikom*
 Yn naka-'y-t pikom
 1S DECL-eat-NFT macaco
 'Eu comi (o/um/alguns) macaco(s).'

³ Os dados do karitiana foram coletados por Müller em trabalho de campo. Os exemplos são apresentados da seguinte maneira – 1ª linha: transcrição ortográfica da sentença do karitiana; 2ª linha: segmentação morfológica; 3ª linha: glosa morfema por morfema; 4ª linha: tradução. As abreviações usadas nas glosas são utilizadas da seguinte forma: abs = absolutivo; abs.agr = concordância absolutiva; ass = modo assertivo; caus = causativo; cop = cópula; cop.agr = concordância de cópula; decl = modo declarativo; deic = dêitico; fem = feminino; ft = futuro; impf = imperfectivo; inv = inverso; masc = masculino; nft = tempo não futuro; nmz = nominalizador; obl = oblíquo; pl = plural; postp = posposição; rdpl = reduplicação; s = singular; 1, 2, 3 = 1ª, 2ª, 3ª pessoa.

- b. *Oho atakam'at Ora*
 oho a-taka-m-'a-t Ora
 batata INV-DECL-caus-fazer-NFT Ora
 'Batatas, Ora criou (elas)'

No entanto, contagem é atestada na língua. Na sentença (2a), o sintagma *myhint pikom* ('um macaco') é semanticamente singular, enquanto que na sentença (2b) o sintagma *sypomp pikom* ('dois macacos') é semanticamente plural. No entanto, o nome *pikom* permanece sem flexão para número nos dois ambientes. Além disso, o karitiana não é uma língua com classificadores, já que numerais e nomes comuns combinam diretamente, como ilustrado pelas sentenças em (2):

- (2) a. *Yn naka'yt myhint pikom*
 yn naka-'y-t myhin-t pikom
 1S DECL-eat-NFT one-OBL macaco
 'Eu comi um macaco.'
- b. *Yn naka'yt sypomp pikom*
 yn naka-'y-t sypom-t pikom
 1S DECL-eat-NFT two-OBL macaco
 'Eu comi dois macacos.'

Nem mesmo os pronomes pessoais são marcados para número na língua. A Tabela 1 apresenta o paradigma dos pronomes pessoais. A 3ª pessoa é claramente invariável. Por outro lado, os pronomes plurais de 1ª e 2ª pessoas não incorporam nenhum morfema com sentido plural. Eles são formados pela sufixação da anáfora de 3ª pessoa *ta* ou pela sufixação do pronome de 3ª pessoa *i*, como explicitado na segunda coluna da Tabela 1 que apresenta a decomposição morfológica de cada numeral.

Pronome	Morfologia	Pessoa	Significado
Yn	y+n	1s	eu+ participante
Na	a+n	2s	você + participante
I	i	3	outro (não participante)

Yjxa	y+i+ta	1pl (inclusivo)	eu+outro(s)+anáfora
Yta	y+ta	1pl (exclusivo)	eu+anaphora
Ajxa	a+i+ta	2pl	você+outro(s)+anáfora
I	i	3	Outro

Tabela 1: Pronomes pessoais no karitiana (MÜLLER et al., 2006)

Em segundo lugar, quantificadores de medida e demonstrativos também não fazem distinção entre massivos e contáveis, já que se combinam igualmente com ambos. Os quantificadores *kandat* ‘muito/muitos’ and *syyn* ‘pouco/poucos’ coocorrem tanto com nomes contáveis quanto com nomes massivos. Exemplos com *kandat* são dados abaixo:

- (3) a. *Kandat taso naponpon sojxaaty kyn*
 kandat taso Ø-na-pon.pon-Ø sojxaaty kyn
 muito homem 3-DECL-shoot.RDPL-NFT javali em
 ‘Muitos homens atiraram nos javalis.’/ ‘Homens atiraram nos javalis muitas vezes.’
- b. *jonso nakaot kandat ese*
 jonso Ø-na-ot-Ø kandat ese
 mulher 3-DECL-trazer-NFT muito água
 ‘Mulheres trouxeram muita água.’/ ‘Mulheres trouxeram água muitas vezes.’

Demonstrativos também combinam igualmente com nomes massivos e contáveis:

- (4) a. *Tykat idjiera ahop aka a ese aka*
 tykat i-djera-Ø ahop aka a ese aka
 IMPF NMZ-COST-NFT muito cop DEIC água cop
 ‘Quanto custa esta água?’
- b. *Dibm nakatari a õwã aka*
 dibm naka-tar-i a õwã aka
 amanhã DECL-partir-FT DEIC criança cop
 ‘Estes meninos partirão amanhã.’

No entanto, a distinção massivo-contável se manifesta no que Chierchia (2010) chama de *the signature property*, que é o *status* marcado de um nome massivo quando combinado diretamente com uma expressão de número. Nomes contáveis são naturalmente modificados por numerais, conforme ilustrado nas sentenças em (2) e pelas sentenças (6) e (8) abaixo, enquanto que nomes massivos, se o fazem, requerem fortemente informação contextual para que sejam interpretados, conforme ilustrado pela estranheza das sentenças (5) e (7) quando pronunciadas em contextos *out of the blue* ('soltos'). O contraste de aceitabilidade entre os exemplos (5) e (7), e os exemplos (6) e (8), mostram que a denotação de certos nomes pode ser contada apenas se unidades contáveis são introduzidas (explícita ou implicitamente):

(5) */# *Myhint* *ouro* *naakat* *i'orot*
 myhin-t oro na-aka-t i-'ot.'ot-t
 one-OBL outro DECL-cop-NFT NMZ-cair. RDP-ABS.AGR
 'Um outro caiu.'

(6) *Myhint* *kilot* *ouro* *naakat* *i'orot*
 myhin-t quilo-t oro na-aka-t i-'ot.'ot-t
 one-OBL quilo-OBL ouro DECL-cop-NFT NMZ-cair.RDPL
 -ABS.AGR
 'Um quilo de outro caiu.'

(7) # *Jonso* *nakaot* *sypomp* *ese*
 jonso naka-ot-t sypom-t ese
 mulher DECL-bring-NFT dois-OBL água
 'A mulher trouxe duas águas.'

(8) *Jonso* *nakaot* *sypomp* *bytypip* *ese*
 jonso naka-ot-t sympom-t byty-pip ese
 mulher DECL-bring-NFT dois-OBL pote-POSTP água
 'A mulher trouxe dois potes de água.'

A contabilidade pode ser codificada em Karitiana por modificadores que não sejam numerais, como nas sentenças em (9). Os numerais distribu-

tivos *myhint myhint* ('um um') e *sypomp sypomp* ('dois dois') são adjuntos sentenciais que distribuem indivíduos sobre eventos nas sentenças em questão. Os indivíduos são separados em grupos que têm sua cardinalidade determinada pelo numeral distributivo de forma que, na sentença (9a), os meninos são agrupados um por um, e na sentença (9b), os homens são agrupados em dois. A distribuição de grupos de indivíduos de uma determinada cardinalidade pressupõe individuação em ambos os lados da relação distributiva – no nosso caso, um menino por evento de ir ao rio, ou dois homens por evento de chegar.

- (9) a. *Myhint.myhint* *nakahori* *õwã* *se pip*
myhin-t.myhin-t *naka-hot-i* *õwã* *se pip*
 um-OBL.um-OBL DECL-ir.pl-FT criança rio POSTP
 'Os meninos irão ao rio um de cada vez'
- b. *Sypomp.sypomp* *naotãm* *taso*
sypom-t.sypom-t *na-otãm-Ø* *taso*
 dois-OBL.dois-OBL DECL-chegar-NFT homem
 'Os homens chegaram dois de cada vez.'

A distribuição, então, pode operar apenas sobre argumentos contáveis. Conforme esperado, quantificadores distributivos quando aplicados a nomes massivos não produzem sentenças gramaticais, como ilustramos por meio das sentenças (10) e (11), a não ser que contextos muito particulares sejam dados, introduzindo sintagmas de medida possíveis para os nomes em questão:

- (10) */# *Ese naakaj i'orot myhint.myhint*
água na-aka-j i-'ot.'ot-t myhin-t.myhin-t
água DECL-cop-FT NMZ-ca.IRRDPL-ABS.AGR um-OBL.um-OBL
 'A água vai cair uma de cada vez.'
- (11) */# *Sypomp.sypomp naotãm ouro*
sypom-t.sypom-t na-otãm-Ø oro
dois-OBL.dois-OBL DECL-chegar-NFT ouroZ
 'O ouro chegou dois de cada vez.'

Por isso em karitiana a individuação das unidades é diretamente refletida nos nomes, sem a mediação da morfologia. A diferença entre nomes

individuos e não indivíduos é expressa pela possibilidade de serem interpretados em certas construções gramaticais e por suas operações semânticas correspondentes. Essa propriedade não é falsificada por exemplos do que Chierchia (2010) chama de “a propriedade da elasticidade” (*the property of elasticity*). Como em outras línguas, existe uma mudança de massivo para contável e de contável para massivo em karitiana. Nomes contáveis podem ser transformados em massivos pelo chamado “moedor universal” (*universal grinder*), conforme ilustrado pela palavra *'ep* que é contável em (12) (significando ‘árvore’), mas que se torna massiva em (13) e (14) (significando ‘madeira’). De acordo com Chierchia, a transformação de nomes contáveis em nomes massivos parece envolver a noção de ‘parte material de’, que também é ilustrada pela sentença (15) no contexto de um rato sendo esmagado contra uma parede:

- (12) *'ep* *itipasagngât* *João*
'ep *i-ti-pasag.pasag-t* *João*
 árvore 3-INV-contar.RDPL-NFT *João*
 ‘As árvores, João está contando (elas).’
- (13) *'ep* *naakat* *jepyryt*
'ep *Ø-na-aka-t* *jepyry-t*
 madeira 3-DECL-cop-NFT bastão-ABS
 ‘O bastão é de madeira.’
- (14) *Myhint* *namangat* *kandat* *'ep* *João*
myhin-t *Ø-na-mangat-Ø* *kandat* *'ep* *João*
 um-OBL 3-DECL-carregar-NFT muito madeira *João*
 ‘João carregou muita madeira de uma vez só.’
- (15) *Pyryhopyn* *mejahyngng* *amby* *parede* *sok*
pyry-hop-yn *mejahyngng* *house* *parede* *sok*
 ASS-existir-NFT rato casa *parede* *sobre*
 ‘Havia rato por toda a parede.’

A transformação reversa, de nomes massivos para nomes contáveis, também é atestada no karitiana por aquilo que Lewis (19xx) chama de “empacotador universal” (*universal packager*), que insere um ‘pacote’ natural ou cultural implícito. Temos como exemplo a sentença (16):

(16)	<i>Yn</i>	<i>naotydn</i>	<i>sypomp</i>	<i>coca.colá</i>
	yn	Ø-na-oty-t	sypom-t	coca.colá
	1s	3-DECL-descartar-NFT	two-OBL	coca.colá
		‘Eu descartei duas coca-colas.’		

Nessa seção, mostramos que a noção conceitual de contabilidade é diretamente expressa pelo karitiana, sem a mediação de uma marcação morfológica nos nomes contáveis.

Hebraico

Diferentemente do karitiana, o hebraico possui morfologia nominal plural. No entanto, assim como em karitiana, não é a morfologia plural que distingue nomes contáveis e massivos no hebraico.

Morfologia plural no hebraico

Entre nomes que podem ser pluralizados, podemos distinguir amplamente três classes nominais no Hebraico, de acordo com a sua morfologia plural. Essas classes coincidem apenas parcialmente com as distinções de gênero (BAT-EL, 1989; FAUST, 2011; RITTER, 1995; SCHWARZWALD, 1991). Os nomes da Classe I, que são na maioria masculinos, possuem o sufixo *-im* no plural. Os nomes da Classe II são geralmente femininos e são flexionados no plural pelo sufixo *-ot*. Os nomes da Classe III normalmente denotam membros de pares naturais e são flexionados no plural pelo sufixo *-áyim*.⁴ As três classes estão ilustradas em (17a-c) respectivamente:

⁴ Se anexado a nomes que não denotam membros de pares naturais, o sufixo *-áyim* pode ser interpretado como dual mais do que plural, mas não trataremos aqui do dual.

- (17) a. Nomes de Classe I (sufixo plural –im)
ḥatul / *ḥatul-im* *dbor-a* / *dbor-im*
gato.masc gatos abelha-fem abelhas
- b. Nomes de Classe II (sufixo plural –ot)
tmun-a / *tmun-ot* *ḥalon* / *ḥalon-ot*
quadro-fem quadros janela.masc janelas
- c. Nomes de Classe III (sufixo plural –áyim)
magap / *magap-áyim* *géreb* / *garb-áyim*
bota.masc botas meia.fem meias

Os nomes ilustrados em (17) acima são todos nomes contáveis. A maioria dos nomes massivos em hebraico não pluraliza:⁵

- (18) *órez* **oraz-im* *ḥacac* **ḥacac-im*
arroz.masc arroz-pl pedregulho.masc pedregulho-pl
- avir* **avir-im* *boc* **boc-im*
ar.masc ar-pl lama.masc lama-pl
- méši* **meši-im* *hem'-a* **hem'-ot*
seda seda-pl manteiga-fem manteiga-pl
- kutn-a* **kutn-ot* *ḥalud-a* **ḥalud-ot*
algodão-fem algodão-pl ferrugem-fem ferrugem-pl

Por outro lado, também há muitos nomes massivos em hebraico que são plurais. Nesse caso, a morfologia plural não marca uma leitura contável, mas mantém a interpretação massiva. Primeiramente, há nomes massivos que

⁵ Algumas formas plurais em (18) são encontradas quando esses nomes massivos passam a ter leituras contáveis, seja pela ação do *universal packager* ou por *subkind coercion* (coerção a uma leitura de subespécie). Essas são sempre as formas *default*, ou seja, Classe I para nomes masculinos e Classe II para nomes femininos.

são *pluralia-tantum*. Esses nomes são obrigatoriamente flexionados com um sufixo plural de uma das três classes I – III:⁶

- | | | | |
|------|---|--|--|
| (19) | <i>haris-ot</i> * <i>haris-a</i>
ruínas | <i>'atiq-ot</i> * <i>'atiq-a</i>
antiguidades | <i>šimur-im</i> * <i>šimur</i>
produtos enlatados |
| | <i>šmar-im</i> * <i>šémer</i>
espuma-pl | <i>m-áyim</i> * <i>ma</i>
água-pl | <i>šam-áyim</i> * <i>šama</i>
céu-pl |
| | <i>qur-ey</i> ⁷ * <i>qur akabiš</i>
teia.de.aranha-pl | <i>kl-ey</i> * <i>kli mita</i>
roupa.de.cama-pl | <i>maca'-im</i> <i>maca'</i>
roupa.de.cama-pl cama |

Além disso, também há nomes massivos que possuem um contraste morfológico entre as formas singular e plural:

- | | | |
|------|---|--|
| (20) | <i>géšem</i> / <i>gšam-im</i>
chuva.masc chuva-pl | <i>šéleg</i> / <i>šlag-im</i>
neve.masc neve-pl |
| | <i>dése</i> / <i>dša'-im</i>
grama.masc grama-pl | <i>ed</i> / <i>ed-im</i>
vapor.masc vapor-pl |
| | <i>késef</i> / <i>ksaf-im</i>
dinheiro.masc dinheiro-pl | <i>dam</i> / <i>dam-im</i>
sangue.masc sangue-pl |
| | <i>adam-a</i> / <i>adam-ot</i>
terra-fem terra-pl | <i>ašp-a</i> / <i>ašp(-at)-ot</i>
lixo-fem lixo-pl |
| | <i>ħol</i> / <i>ħol-ot</i>
areia.masc areia-pl | <i>ruaħ</i> / <i>ruħ-ot</i>
vento.fem vento-pl |
| | <i>merħab</i> / <i>merħab-im</i>
espaço.masc espaço-pl | |

⁶ Algumas dessas formas singulares existem como nominalizações deverbiais, como *haris-a* 'destruição', *šimur* 'preservação'.

⁷ *-ey* é a forma de estado-resultante dos sufixos plurais *-im* e *-áyim*.

Semanticamente, a forma plural dos termos massivos, quando contrastada com o singular, denota “plural de abundância”, similarmente ao que tem sido reportado para outras línguas (CORBETT, 2000; OJEDA, 2005; TSOULAS, 2006; ACQUAVIVA, 2008; ALEXIADOU, 2011; entre outros).

Concluimos que morfologia de plural não faz distinção entre nomes contáveis e massivos no hebraico. Na verdade, como no karitiana, a distinção entre nomes contáveis e massivos depende da possibilidade de contagem.

O critério de modificador de cardinalidade

Nomes contáveis combinam com modificadores de cardinalidade tais como um, dois, vários.

- (21) a. *yéled* *eħad* *yelad-im* *aħad-im* *šney* *yelad-im*
 criança.masc um.masc criança-pl um-pl dois.masc criança-pl
 ‘um menino’ ‘vários meninos’ ‘dois meninos’
- b. *yald-a* *aħat* *yelad-ot* *aħad-ot* *štey* *yelad-ot*
 criança-fem um.fem criança-pl um-pl dois.fem criança-pl
 ‘uma menina’ ‘várias meninas’ ‘duas meninas’

Modificadores de cardinalidade não combinam com nomes massivos, independentemente do fato de esses nomes massivos serem *singularia tantum*, *pluralia tantum*, ou alternarem entre singulares e plurais. Note-se que isso mostra que os termos massivos plurais ilustrados em (19) e (20) acima são de fato termos massivos: assim como os termos massivos singulares, pois eles não coocorrem com modificadores de cardinalidade:

- (22) **órez* *eħad* **dam-im* *aħad-im*
 arroz um sangue-pl um-pl
 * ‘um arroz’ * ‘vários sangues’
- **ħalud-a* *aħat* **štey* *ruħ-ot*
 ferrugem-fem um.fem dois.fem vento-pl
 * ‘uma ferrugem’ * ‘dois ventos’

**ħol-ot aħad-im*
 areia-pl um-pl
 * ‘várias areias’

**šney šmar-im*
 dois.masc espuma-pl
 * ‘duas espumas’

O critério de quantificador de medida

Como no karitiana, há quantificadores de medida em hebraico tais como *muito* e *pouco*, que basicamente medem quantidades, e eles coocorrem tanto com nomes massivos quanto com nomes contáveis. Nomes contáveis combinados com esses quantificadores são interpretados como pluralidades, tanto em karitiana quanto em hebraico. Mas em uma língua como o hebraico, a pluralidade deve ser marcada morfologicamente. Isso faz com que surja, em muitas línguas com morfologia plural, um critério distribucional adicional para a distinção massivo-contável: a pluralidade é aplicável aos nomes contáveis, mas não aos nomes massivos, em casos de quantificação de medida. Esse critério tem sido enfatizado na literatura semântica pelo menos desde Pelletier (1975) e Link (1983), já que demonstra a afinidade semântica dos nomes contáveis plurais com os nomes massivos.

No hebraico, alguns exemplos de quantificadores de medida são *harbe* ‘muito’, *me’at* ‘pouco’, *ódep/ yoter miday* ‘demais’, *kilo* ‘um quilo de’ etc. Eles coocorrem tanto com nomes contáveis quanto com nomes massivos, mas no caso de nomes contáveis, eles apenas coocorrem com as formas plurais desse nome. Esse fato é ilustrado pelo contraste entre (23a), onde os nomes contáveis são plurais, e (23b) agramatical, com nomes contáveis singulares:

- (23) a. *harbe yelad-ot me’at ħatul-im kilo tapuħ-im ódep boħn-im*
 muito criança-pl pouco gato-pl quilo maçã-pl demais amendoim-pl
 ‘muitas meninas’ ‘poucos gatos’ ‘um quilo de maçãs’ ‘amendoins demais’
- b. **harbe yald-a me’at ħatul *kilo tapúa *ódep bóħen*
 muito criança-fem pouco gato quilo maçã demais amendoim

Quando combinados com nomes massivos, os quantificadores de medida aceitam morfologia singular (apesar do fato de que a morfologia plural também é uma opção para nomes massivos que possuem formas plurais):

- (24) *harbe ħol/ ħol-ot* *me'at órez* *kilo šum* *ódepgéšem / gšam-im*
 muito areia/areia-pl pouco arroz quilo alho demais chuva/ chuva-pl
 'muita areia' 'pouco arroz' 'um quilo de alho' 'chuva demais'

O paradoxo dos nomes flexíveis

Os dois critérios distribucionais descritos nas seções acima trouxeram acima de tudo resultados consistentes separando os nomes massivos (*ħol* 'areia', *órez* 'arroz', *šum* 'alho', *géšem* 'chuva' etc.) e os nomes contáveis (*yald-a* 'menina', *ħatul* 'gato', *tapúah* 'maçã', *bóten* 'amendoim' etc.). Mas, conforme já mencionado acima sobre o karitiana, há elasticidade no sistema e, como resultado, há nomes que esses dois critérios falham ao classificar. Alguns deles são de tipos comuns em diversas línguas. Primeiramente, os nomes que são geralmente reconhecidos como basicamente contáveis passam a ter leituras massivas depois de passarem pelo "universal grinder". Temos como exemplo *op*, 'pássaro', também interpretado como carne de frango, e *ec*, 'árvore', também interpretado como madeira:

- (25) a. *ħamiša* *op-ot* *šney* *ec-im*
 cinco.masc pássaro.masc-pl dois.masc árvores.masc-pl
 'cinco pássaros' 'duas árvores'
- b. *kilo op* *harbe ec*
 quilo frango muito madeira
 'um quilo de frango' 'muita madeira'

Em segundo lugar, temos os nomes que são geralmente considerados basicamente massivos e que passam a ter leituras contáveis depois de passarem pelo *universal packager*, como *pedra*, *corda*, *cerveja*, *sabão*,

- (26) a. *tona* *ében* *harbe* *ħébel* *yoter miday bir-a*
 tonelada pedra muito corda demais cerveja-fem
 'uma tonelada de pedra' 'muita corda' 'cerveja demais'
- b. *ħameš aban-im* *šney ħabal-im* *šaloš bir-ot*
 cinco.fem pedra.fem-pl dois.masc corda.masc-pl três.fem cerveja.fem-pl
 'cinco pedras' 'duas codas' 'três cervejas'

ou que passam pela coerção para subespécie (*subkind coercion*), como *šaloš birot* ‘três cervejas’ que passa a significar ‘três tipos de cerveja’.

Mas há uma classe adicional em hebraico, que chamaremos de *nomes flexíveis*, que os dois critérios falham em classificar. De acordo com o primeiro critério, coocorrendo com modificadores de cardinalidade, temos nomes contáveis. Os exemplos em (27a) mostram que nomes flexíveis coocorrem com modificadores de cardinalidade. No entanto, esses nomes são encontrados no singular com quantificadores de medida, como em (27b), e por isso são classificados como nomes massivos pelo segundo critério:

- (27) a. *ħamiša gzar-im / šney milon-im / šib’a bcal-im / štey ħás-ot*
cinco cenouras/ dois melões / sete cebolas / duas alfaces

šmona cnon-im /tíras-im /krub-im /abaṭiḥ-im /tut-im /dla’-ot
oito rabanetes /espigas.de.milho/repolhos /melancias/amoras /abóboras

- b. *kilo gézer / milon/ bacal / tut /abaṭiḥ / ħás-a*
quilo cenoura/ melão/ cebola/ amora /melancia / alface

ódep / cnon / tíras / krub dlá’at
rabanete / milho / repolho / abóbora demais

A interpretação massiva em (27b) não é o resultado da transformação realizada pelo “*universal grinder*”, já que não temos necessariamente uma substância de cenoura amassada (por exemplo), mas sim cenouras individuais que são medidas. Da mesma forma, apesar de ser possível interpretar *tíras* ‘milho’ como grãos de milho em (27b), a expressão também pode ser interpretada como espigas de milho individuais. Além do mais, se a interpretação massiva de nomes flexíveis fosse o efeito do “*universal grinder*”, esperaríamos a mesma interpretação para os nomes contáveis em (28) abaixo, como *maçã* e *amendoim*. Mas não é esse o caso. (28) inclui nomes contáveis genuínos que não são flexíveis, ou seja, eles *precisam* estar no plural quando ocorrem com expressões de medida:⁸

8 Deixaremos de lado nomes emprestados como *míšmiš* ‘damasco’, *ánanas* ‘abacaxi’, *anána* ‘pinha’, *fjýya* ‘feijoa’, e também os nomes *singularia tantum*. Tais nomes resistem à morfologia plural, tanto no contexto de contagem quanto no contexto de medida. No entanto, são claramente nomes contáveis,

- (28) a. *kilo tapux-im/ agas-im/ xacil-im / qišu-im / eškoliy-ot*
quilo maçãs / peras / berinjelas/ abobrinhas / toranjas
harbe adaš-im/ anab-im/ zeyt-im / boṭn-im / duḅdeban-im
muitos lentilhas/ uvas/ azeitonas/ amendoins/ cerejas
ódep agḅaniy-ot/ šezip-im/ tapuz-im / pitriy-ot
demais tomates/ ameixas / laranjas / cogumelos
- b. **kilo tapúax / agas / xacil qišu / agḅaniy-a*
quilo maçã/ pera / berinjela/ abobrinha / tomate
**harbe adaš-a/ anab/ záyit / bóṭen / duḅdeban*
muitos lentilha/ uva/ azeitona/ amendoim/ cereja
**ódep eškolit / šezip / tapuz / pitriy-a*
demais toranja / ameixa / laranja / cogumelo

A interpretação contável em (27a) também não é o resultado da transformação efetuada pelo “*universal packager*”. Diferentemente de *pedra*, *corda* e *cerveja* em (26), que são basicamente nomes massivos que podem gerar unidades padronizadas, os nomes flexíveis *cenoura*, *melão*, *cebola*, etc. em (27) possuem unidades naturais muito salientes, exatamente como nomes genuinamente contáveis como *maçã*, *pera*, *azeitona* em (28).

Nomes flexíveis são encontrados no singular em contextos adicionais em que o plural é normalmente exigido com nomes contáveis, como em (29a). Uma pluralidade de unidades é pretendida, mas o singular pode ser usado com nomes flexíveis. Um contexto relevante seria o planejamento de compras em um mercado, situação em que normalmente não se compra uma única fruta ou um único vegetal. Com nomes genuinamente contáveis, como em (29b), a singularidade gera uma interpretação anômala nesse contexto. Isso porque a única interpretação possível é aquela em que se pede ao destinatário que compre um único exemplar no mercado. No entanto, maçãs, assim como cenouras, normalmente não são compradas em unidades no mercado, mas sim em quilos:

já que aparecem com a mesma morfologia de número nos dois ambientes. É o que acontece com *šney šeseq* ‘duas ameixas amarelas’, *kilo šeseq* ‘um quilo de ameixas amarelas’.

- (29) (Em um contexto de compra)
- a. *tiqni gézer / tut / milon / bacal*
 comprar cenoura / amora/ melão / cebola
 ‘Compre cenouras/ amoras/ melões/ cebolas.’
- b. *#tiqni tapúaħ / agas/ tapuz/ agbaniya/ šezip*
 comprar maçã/ pera/ laranja/ tomate / ameixa
 # ‘Compre uma maçã/uma pera/ uma laranja/ um tomate/ uma ameixa.’

Em exemplos em que não há uma preferência contextual por leituras plurais, e em que a interpretação singular e a interpretação plural seriam em princípio felizes, a forma singular de um nome contável, como nos exemplos (b) abaixo, gera apenas a interpretação de uma unidade singular. Por outro lado, a forma singular do nome flexível, como nos exemplos em (a), se refere também a uma pluralidade além da referência singular.

- (30) a. *rob ha-gézer raquv*
 a maior parte (de) a-cenoura está.podre
 ‘A maior parte da cenoura está podre.’
 ‘A maior parte das cenouras está podre.’
- b. *rob ha-tapúaħ raquv*
 a maior parte (de) a-maçã está.podre
 ‘A maior parte da maçã está podre.’
- (31) a. *yeš gézer b-a-tiq* b. *yeš tapúaħ b-a-tiq*
 há cenoura em-a-sacola há maçã em-a-sacola
 ‘Há uma cenoura na sacola.’ ‘Há uma maçã na sacola.’
 ‘Há cenouras na sacola.’

Os exemplos abaixo em (32) – (34) demonstram que casos de referência a espécies também fazem distinção entre nomes contáveis e nomes flexíveis, podendo haver distribuição de nomes massivos. A referência singular de tipos é impossível nos ambientes em (32) – (34) para nomes contáveis, mas é possível para nomes massivos (DORON, 2003). Os nomes flexíveis aparecem no singular nesses ambientes, assim como os nomes massivos e

diferentemente dos nomes contáveis. Por exemplo, um nome singular nu na posição de objeto de *amor* pode denotar um tipo, o que é possível para nomes flexíveis singulares, assim como para os nomes massivos, mas não para os nomes contáveis, conforme demonstrado em (32). Nomes contáveis como *maçã* e *tomate* precisam ser pluralizados nos compostos *suco-de-maçã* e *sopa-de-tomate* do hebraico, enquanto os nomes flexíveis *cenoura* e *cebola* são singulares nos mesmos compostos, conforme demonstrado em (33).

(32) *ani ohebet gézer / *tapúaḥ / tapuḥ-im*
 eu amar cenoura / maçã / maçãs
 ‘Eu amo cenouras/maçãs.’

(33) a. *mic gézer / *tapúaḥ / tapuḥ-im*
 suco cenoura / maçã / maçãs
 ‘suco de cenoura/ de maçãs’

b. *maraq bacal / *agbaniy-a / agbaniy-ot*
 sopa cebola / tomate / tomates
 ‘sopa de cebola/ de tomates’

Assim, vimos que nomes flexíveis são diferentes de nomes contáveis. Eles são também claramente distintos dos nomes massivos como *peṭruzilya* ‘salsinha’, *nána* ‘hortelã’, *téred* ‘espinafre’, *šu’it* ‘feijão’, *šum* ‘alho’. Esses nomes possuem unidades instáveis exatamente como *órez* ‘arroz’, já que não é claro em um contexto determinado o que é uma unidade. Esses nomes não são contáveis, conforme demonstrado em (34a), e são singulares quando combinados com quantificadores de medida, conforme demonstrado em (34b):

(34) a. **téred eḥad *štey peṭruzily-ot *nána aḥat *šaloš šu’iy-ot*
 um espinafre dois salsinha-pl um hortelã três feijão-pl

kilo téred harbe peṭruzily-a me’at nána ódep šu’iy-t
 quilo espinafre muito salsinha pouco hortelã demais feijão

Nomes massivos falsos

Os nomes flexíveis introduzidos na última seção têm muito em comum com o que Chierchia (2010) chama de nomes massivos falsos (*fake mass nouns*), um termo que ele criou para nomes como os massivos *furniture, jewelry, mail* do inglês que possuem unidades atômicas identificáveis. Os nomes massivos falsos são diferentes de outros nomes massivos, como os nomes de substâncias, em que unidades atômicas estáveis naturais não existem para os propósitos do dia a dia. Os nomes flexíveis do hebraico como os nomes para *cenoura, melão, cebola, amora, repolho*, etc. possuem as características dos nomes massivos falsos: por um lado, eles possuem a distribuição dos nomes massivos, e por outro lado, eles possuem unidades atômicas identificáveis. Há, entretanto, uma diferença entre nomes flexíveis e nomes massivos falsos. Os nomes flexíveis, diferentemente dos nomes massivos falsos, também possuem a distribuição de nomes contáveis. Voltaremos a essa diferença abaixo, mas, com base nas semelhanças, consideraremos daqui em diante que os nomes flexíveis do hebraico são nomes massivos falsos.

Nosso argumento é que o que caracteriza semanticamente os nomes massivos falsos é que eles possuem unidades que podem ser individuadas em muitos contextos. No entanto, os falantes não estão normalmente interessados nessas unidades. A razão é que o contexto típico para o uso desses termos normalmente envolve, seja partes dessas unidades, seja, contrariamente, agregados de tais unidades, ou até mesmo agregados de partes dessas unidades. Por isso propomos que termos massivos falsos são predicados P tais que, dado um contexto “c” que individua unidades de P, é natural vermos as partes e/ou os agregados dessas unidades também como unidades-P nesse mesmo contexto c.

Ilustraremos isso com os nomes massivos falsos do inglês *furniture* (móvel), *footwear* (calçado), *clothing* (vestimenta), *bed-linen* (roupa de cama), *mail* (correspondência), *silverware* (prataria), *change* (troco). Esses predicados possuem unidades perceptíveis que são naturais, como uma cadeira, uma faca, uma carta, um sapato, uma camiseta, um lençol. Todavia, na maioria dos contextos do dia a dia não estamos interessados nessas unidades, mas nos agregados dessas unidades: um par de tênis, um conjunto de faca, garfo e colher, um conjunto de sala, um conjunto de roupa, um conjunto de roupa de cama, os conteúdos de uma caixa de correspondência em um determinado momento. Ou podemos querer partes das unidades naturais para também contar como unidades. No exemplo de *change* (troco), cada moeda

é uma unidade, entretanto, concomitantemente e na mesma situação, uma moeda de dois euros conta como duas unidades de um euro para o propósito de um pagamento. Já que queremos que todos esses agregados e partes também contem como unidades, em um mesmo contexto, faltam nesses conceitos unidades estáveis e o tipo de predicado que é apropriado para expressá-los é de fato um termo massivo.

Voltando para os nomes massivos falsos do hebraico, os exemplos que temos considerado até o momento nomeiam frutas e vegetais, mas exemplos paralelos aos nomes massivos falsos do inglês também existem. Eles serão discutidos na próxima seção. Os nomes massivos falsos de frutas e vegetais, como os nomes massivos falsos do inglês, possuem unidades atômicas naturais. No entanto, no contexto de preparo de comida, nós normalmente não nos interessamos pelas unidades naturais dessas frutas e vegetais particulares, mas sim pelas partes dessas unidades, como no caso do melão e da melancia, ou pelos seus agregados, como a amora e o morango. Em outras palavras, também nos interessamos por unidades com um tamanho de porção comestível. O que está envolvido na distinção não é uma simples dimensão de tamanho, mas sim uma dimensão composta. O tamanho tem um papel, já que são considerados nomes flexíveis, independente de sua textura, aquelas frutas e vegetais cujo tamanho da porção é tipicamente menor que as unidades naturais: melancia, melão, abóbora. Esses nomes sempre requerem unidades com um tamanho de porção que são diferentes das unidades naturais, e ambos são considerados unidades no contexto do preparo de comida. Para frutas e vegetais menores, parece ser a textura que determina a facilidade com que as unidades com tamanho de porção podem ser construídas. Partes e agregados de frutas e vegetais com textura uniforme são facilmente considerados unidades. Por outro lado, não se pode indiscriminadamente cortar unidades de comida de maçãs, ameixas e laranjas, pois sua textura não é uniforme e contém caroços, divisões, etc. A mesma consideração se estende às abobrinhas, aos pepinos e às berinjelas, que não são uniformes em textura, algumas de suas partes são acondicionadas com sementes e outras são livres de sementes. São considerados, portanto, nomes contáveis genuínos. Cenouras e rabanetes, por outro lado, possuem texturas uniformes, e por isso podem ser divididos em unidades, ou podem ter unidades construídas de partes de diferentes unidades naturais. Similarmente às cebolas, repolho, alface, que também se dividem naturalmente em partes indiscriminadas – todos esses são nomes massivos

falsos. Nossa previsão é que apesar de uma fruta minúscula jamais formar sozinha quantidades com o tamanho de uma porção, elas não são todas caracterizadas da mesma maneira. Frutas com caroços, como as azeitonas e as cerejas, não possuem uma textura uniforme e não permitem uma formação indiscriminada de quantidades com tamanhos de porção. Elas são, por isso, classificadas como nomes contáveis. Morangos e amoras são uniformes em textura, e são, por isso, falsos termos massivos.

A nossa proposta é que nomes massivos falsos são nomes que naturalmente permitem diferentes modos de individuação ao mesmo tempo, no mesmo contexto. Consequentemente, suas unidades não são estáveis, o que é uma propriedade que caracteriza os nomes massivos.

A alternância coletivo-singulativa

Retornamos agora à diferença entre os nomes massivos falsos do inglês e do hebraico. Atribuimos essa diferença ao fato de que o hebraico possui, e o inglês não, morfologia singulativa que marca a seleção de unidades naturais e a mudança de tipo desses nomes de massivos para contáveis. A morfologia singulativa é diferente do “*universal packager*” pelo fato de que não deriva unidades padronizadas de nomes massivos em geral, mas apenas se aplica a falsos nomes massivos que já possuem unidades naturais.

Morfologia singulativa (*nomen unitatis*) no hebraico, e em línguas semíticas em geral, como o árabe (WRIGHT, 1859, p. 147) e o aramaico moderno (KHAN, 2008, p. 343), é homônima à **morfologia coletiva**, ambas representadas pelo sufixo feminino (MOSCATI et al., 1964, p. 86). Esse tipo de morfologia polar é um exemplo do fenômeno da *inversão morfológica*, pela qual dois processos opostos fazem uso do mesmo representante (BAERMAN, 2007). No hebraico moderno, o uso efetivo do expoente feminino para esses processos é relativamente raro, mas é encontrado crucialmente em ambas as direções. As derivações em (35) ilustram a direção em que o singulativo é marcado como feminino, e as derivações em (36) – a direção em que o coletivo é marcado como feminino.⁹

⁹ O fato de que ambas as direções são marcadas pode representar um problema para as visões unidirecionais como Borer (2005) pelas quais as raízes são interpretadas como massivas, e nomes contáveis são derivados de raízes por meio de uma estrutura adicional, por essa razão seriam os nomes contáveis que deveriam ser marcados em relação aos nomes massivos.

- (35) A alternância singulativa (o singulativo é derivado pelo sufixo fem):
- | | | |
|----------------------|---------------------------|-------------|
| nome massivo básico | nome contável singulativo | plural |
| <i>se'ar sa'ar-a</i> | <i>sa'ar-ot</i> | |
| cabelo.masc | um-cabelo-fem | cabelos |
|
 | | |
| <i>sá'arse'ar-a</i> | <i>se'ar-ot</i> | |
| turbulência.masc | tempestade-fem | tempestades |
|
 | | |
| <i>ómer imr-a</i> | <i>imr-ot</i> | |
| fala.masc | declaração-fem | declarações |
|
 | | |
| <i>síaḥ siḥ-a</i> | <i>siḥ-ot</i> | |
| discurso.masc | conversa-fem | conversas |
|
 | | |
| <i>xópeš xupš-a</i> | <i>xupš-ot</i> | |
| liberdade.masc | féria-fem | férias |
|
 | | |
| <i>mávet mit-a</i> | <i>mit-ot</i> | |
| morte.masc | uma-morte-fem | mortes |
- (36) A alternância coletiva (coletivo é derivado pelo sufixo fem):
- | | | |
|----------------------|--------------|-------------------------------------|
| Nome contável básico | plural | nome massivo coletivo ¹⁰ |
| a. <i>dagdag-im</i> | <i>dag-a</i> | |
| peixe.mas | peixe-pl | peixe-fem |
|
 | | |
| b. <i>ale al-im</i> | <i>alv-a</i> | |

¹⁰ O padrão em (36) pode explicar o fato de que apesar dos nomes de Classe I do hebraico (nomes que pluralizam com o sufixo –im) serem normalmente masculinos, eles também incluem uma subclasse limitada de nomes femininos com o sufixo –at. Tais nomes femininos, como *dbor-a* ‘abelha’ em (17a) podem ser considerados uma derivação regressiva de um nome massivo coletivo original *dbor-a*, que historicamente pertencia à terceira coluna de (36). Teria sido um nome massivo coletivo relacionado ao nome contável masc plural *dbor-im*, assim como a situação nas fileiras (36e-f) em que o nome contável singular é ausente. Eventualmente, o nome massivo coletivo *dbor-a* foi reinterpretado como o nome contável singular ausente, o que foi facilitado pelo fato de que a morfologia singulativa é idêntica à morfologia coletiva. Evidência disso é fornecida pela natureza coletiva de muitos dos nomes femininos que pluralizam na Classe I: *nemal-a / nemal-im* ‘formigas’, *kin-a / kin-im* ‘piolhos’, *yon-a / yon-im* ‘pombos’, *adaš-a / adaš-im* ‘lentilhas’, *te'en-a / te'en-im* ‘figos’, etc. Existem outras línguas em que nomes desse tipo possuem morfologia singulativa (SCHWARZWALD, 1991).

	folha.masc	folhas	folhagem-fem
c.	<i>gole</i>	<i>gol-im</i>	<i>gol-a</i>
	deportado.masc	deportados	deportados-fem
d.	<i>apun</i>	<i>apun-im</i>	<i>apun-a</i>
	uma-ervilha.masc	ervilhas	ervilhas-fem
e.	--	<i>hiṭ-im</i>	<i>hiṭ-a</i>
		plantas de trigo	trigo-fem
f.	--	<i>se'or-im</i>	<i>se'or-a</i>
		plantas de cevada	cevada-fem

Na derivação dos nomes massivos coletivos no hebraico moderno, o sufixo feminino é frequentemente substituído pela morfologia nominal de estrutura argumental (ASN – *Argument Supporting Nominalizations*). Como mostrou Grimshaw (1990), ASNs possuem as propriedades distribucionais dos nomes massivos:

(37) Alomorfia na alternância coletiva:

Nome contável básico	plural	nome massivo coletivo
a. <i>béged</i> roupa	<i>bgad-im</i> roupas	<i>bigud</i> vestuário-ASN
b. <i>ná'al</i> sapato	<i>na'al-áyim</i> sapatos	<i>han'ala</i> calçado-ASN
c. <i>rehiṭ</i> móvel ¹¹	<i>rehiṭ-im</i> móveis	<i>rihuṭ</i> móvel-ASN
d. <i>pérah</i>	<i>prah-im</i>	<i>priha</i>

¹¹ A diferença entre o termo contável do hebraico e o termo contável correspondente do inglês que não inclui nenhuma categorização tem repercussões semânticas. Apesar da seguinte sentença do hebraico ser verdadeira, normalmente sua tradução para o inglês é tida como falsa.

(i) *sapa niptáhat mehava šney rehiṭ-im be-rehiṭ ehad*
sofá que abre constitui dois móvel.count-pl em-móvel.count um
'Um sofá-cama é duas mobílias em uma só.'

	flor	flores	florada-ASN
e.	<i>mircépet</i>	<i>mircap-ot</i>	<i>ricup</i>
	telha	telhas	telhado-ASN

Tanto os nomes massivos com morfologia coletiva quanto os nomes massivos relacionados a nomes contáveis com morfologia singulativa são nomes massivos falsos – nomes massivos que, apesar de se comportarem morfossintaticamente como massivos, possuem unidades naturais. O que é especial a respeito dos nomes flexíveis discutidos nas seções anteriores é que não há distinção morfológica entre os nomes massivos e os nomes contáveis correspondentes. Por isso, não é claro se eles pertencem à alternância coletiva ou à alternância singulativa, se é que há de fato alternância no caso. Vamos deixar de lado essa questão no presente trabalho dizendo que eles pertencem a uma alternância coletivo-singulativa:

(38) A alternância coletivo-singulativa (nomes flexíveis):

nomes massivos coletivos	nomes contáveis singulativos	plural
<i>gézer</i>	<i>gézer</i>	<i>gzar-im</i>
cenoura	cenoura	cenouras
<i>milon</i>	<i>milon</i>	<i>milon-im</i>
melão	melão	melões
<i>tut</i>	<i>tut</i>	<i>tut-im etc</i>
amora	amora	amoras ¹²

Conclusão

Nós argumentamos que nomes massivos falsos não contradizem a correspondência entre uma clara distinção cognitiva e a distinção linguística massivo-contável. Apesar de termos massivos falsos, como *mobíllia*, *vestuário*, *correspondência*, *troco*, denotarem entidades com unidades atômicas naturais, essas unidades não são, entretanto, apropriadas para contagem, já que

¹² Alguns exemplos desse tipo existem também no inglês, *hair* (cabelo), *grain* (grão), *seed* (semente); somos gratos a Malka Rappaport Hovav por essa observação.

em muitos contextos determinados é natural ver partes ou agregados dessas unidades também como unidades. A instabilidade das unidades é o que faz desses nomes massivos em primeiro lugar. Demos exemplos de termos massivos falsos no hebraico que até o momento não foram citados na literatura: *cenoura*, *cebola*, *morango*, *amora*, etc. Nós mostramos que esses nomes denotam unidades que são encontradas na natureza, mas, por causa da sua textura homogênea, também denotam ao mesmo tempo unidades com o tamanho de uma porção no contexto do preparo de comida. Assim, eles também exibem instabilidade de unidades e são tratados como nomes basicamente massivos. Nós encontramos exemplos de nomes massivos falsos no karitiana, uma língua em que os nomes são neutros para número. Parece que o papel da morfologia plural é crucial para a construção de diferentes tipos de nomes massivos, e para a distinção dos diferentes tipos de unidades, estáveis e instáveis, dos quais apenas as primeiras estão disponíveis para contagem.

Agradecimentos:

Agradecemos aos participantes do *Workshop on Bare NPs*, BIU, 18/10/10 e do *Journées d'étude, Langues avec et sans articles*, 3-4/03/11. Nesta pesquisa, Doron teve o apoio da Israel Science Foundation #1157/10, e Müller, do CNPq #303407/2009-3.

MÜLLER, A.; DORON, E. Bare Nouns and the Mass-Count Distinction. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 80-106, 2012.

ABSTRACT: *This paper claims that the count-mass distinction among nouns and noun phrases is not just an arbitrary linguistic distinction, but parallels a cognitive distinction between denotations that encompass entities whose atomicity is determined for each context – count nouns – and entities whose atomicity is vague at each context. The paper draws on data from Hebrew and Karitiana, a Tupi language to support this claim.*

KEYWORDS: *Count Nouns. Mass Nouns. Mass-Count Distinction. Hebrew. Karitiana.*

Referências

- ACQUAVIVA, P. **Lexical plurals: a morpho-semantic approach**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- ALEXIADOU, A. **Plural Mass Nouns and the Morpho-syntax of Number**. Proceedings of the 28th West Coast Conference on Formal Linguistics. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2011.
- BAERMAN, M. Morphological Reversals. **Journal of Linguistics**, v. 4, p. 33-61, 2007.
- BAT-EL, O. **Phonology and Word Structure in Modern Hebrew**. Tese (Doutorado) - UCLA, Los Angeles, 1989.
- BORER, H. **Structuring Sense Volume I: In Name Only**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- CHIERCHIA, G. Mass nouns, vagueness and semantic variation. **Synthese**, v. 174, n. 1, p. 99-149, 2010.
- _____. Reference to Kinds Across Languages. **Natural Language Semantics**, v. 6, p. 339-405, 1998.
- CORBETT, G. **Number**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- DORON, E. Bare Singular Reference to Kinds. **Proceedings of Semantics and Linguistic Theory**, v. 13, p. 73-90, 2003. Disponível em: <<http://elanguage.net/journals/salt/issue/vie>>
- FAUST, N. **Forme et fonction dans la morphologie nominale de l'hébreu moderne**. Tese (Doutorado) - Université Paris Diderot, Paris, 2011.
- GILLON, B. Toward a common semantics for English count and mass nouns. **Linguistics and Philosophy**, v. 15, p. 597-639, 1992.
- GRIMSHAW, J. **Argument Structure**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.
- LINK, G. The logical analysis of plural and mass terms. In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, C.; STECHOW, A. von (Ed.) **Meaning, Use and Interpretation of Language**. Berlin: de Gruyter, 1998. p. 302-323. [reprinted in G. Link. Algebraic Semantics in Language and Philosophy. Stanford: CSLI Publications, 1983. p. 11-33.]

MITTWOCH, A. Aspects of English aspect: on the interaction of perfect, progressive and durational phrases. **Linguistics and Philosophy**, v. 11, p. 203-254, 1988.

MOSCATI, S.; SPITALER, A.; ULLENDORFF, E.; SODEN, W. **An introduction to the comparative grammar of the semitic languages**: phonology and morphology. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1964.

MÜLLER, A.; STORTO, L.; SILVA, C.T. Number and the mass/count distinction in Karitiana. In: FUJIMORI, A.; SILVA, M. A. R. (Ed.), **Proceedings of the Eleventh Workshop on Structure and Constituency in Languages of the Americas**. Dept. Linguistics, UBC, 2006. v. 19, p. 122-135.

NICOLAS, D. Do mass nouns constitute a semantically uniform class? **Kansas Working Papers in Linguistics**, v. 26, p. 113-121, 2002.

OJEDA, A. E. **The Paradox of Mass Plurals**. UC Davis, 2005. ms.

PELLETIER, J. Non-singular reference: some preliminaries. **Philosophia**, v. 5, p. 451-465, 1975.

RITTER, E. On the Syntactic Category of Pronouns and Agreement. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 13, p. 405-443, 1995.

ROTHSTEIN, S. Counting and the mass-count distinction. **Journal of Semantics**, v. 27, n. 3, p. 343-397, 2010.

SCHWARZWALD, O. Grammatical vs. Lexical Plural Formation in Hebrew. **Folia Linguistica**, v. 25, n. 3/4, p. 577-608, 1991.

TSOULAS, G. **Plurality of mass nouns and the grammar of Number**. Paper presented at the 29th GLOW colloquium in Barcelona, 2006.

WRIGHT, W. **A Grammar of the Arabic Language**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1967. [containing both volumes] [1859].

O PAPEL DA TRADUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA LITERATURA AFRO-AMERICANA NO BRASIL

Lauro Maia AMORIM¹

RESUMO: Este artigo discute o papel da tradução na construção da identidade da literatura afro-americana no Brasil, levando em consideração as relações entre o contexto sócio-cultural brasileiro, demarcado pela mestiçagem tanto biológica quanto cultural, e o modo peculiar com que a perspectiva da crítica literária representada pelos ensaios e traduções do crítico brasileiro Sérgio Milliet, produzidos entre as décadas de 40 e 60, aborda a poética afro-americana, com foco especial na poesia de Langston Hughes. No artigo discutem-se as diferenças entre os contextos brasileiro e norte-americano em relação aos discursos da miscigenação e da raça. Analisa-se em que medida Sérgio Milliet formulou uma identidade racializada para a poesia afro-americana em seus ensaios, reconstruindo-a, porém, por meio da tradução, na sua antologia *Obras Primas da Poesia Universal*, de forma menos racializada e de modo que a estética afro-americana pudesse soar menos dissonante e regional, e mais aliada ao princípio da universalidade que caracteriza a antologia, composta por renomados poetas brasileiros e estrangeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução. Identidade. Literatura Afro-Americana. Miscigenação. Raça.

Introdução

A tradução tem sido cada vez mais compreendida na contemporaneidade como um evento singular de interpretação que se realiza na diferença entre línguas e culturas e que somente se concretiza em virtude da transformação regulada e promovida por sujeitos/tradutores circunscritos tanto pelas condições históricas e ideológicas de seu tempo, quanto, como aponta Frota

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. lauromar@ibilce.unesp.br

(2000), pelo desejo inconsciente que se inscreve no exercício da escrita tradutora.

Nesse contexto, a tradução não deve ser ingenuamente concebida como uma relação neutra de equivalência entre textos, na medida em que, como demonstra Rodrigues (2000), toda prática tradutória traz à tona a assimetria de valores — sejam eles estéticos, linguísticos ou culturais — que caracterizam a reescrita de um texto em um novo espaço de recepção. O texto traduzido, desse modo, não é um mero reflexo homogêneo de seu original, mas produto de uma “refração” que pode revelar os meandros de sentidos diversos, marcados pelo direcionamento ideológico que se imprime na textualidade tradutória, conscientemente ou não, por meio de crenças, valores e normas. Segundo Lefevere (2007), a “refração” de que se constitui toda tradução, em especial, de literatura estrangeira, pode ser indicativa das tendências de interpretação prevalentes em determinada cultura, as quais apontam tanto para as chamadas coerções de natureza ideológica quanto para aquelas oriundas de diferentes tradições poéticas existentes na cultura de recepção. A tradução teria, assim, um papel contundente na representação de uma determinada cultura estrangeira, por reconstruir identidades, mais do que simplesmente refleti-las. E nesse sentido:

A tradução exerce um poder enorme na construção de representações de culturas estrangeiras. A seleção de textos estrangeiros e o desenvolvimento de estratégias de tradução podem estabelecer cânones peculiarmente domésticos para literaturas estrangeiras, cânones que se amoldam a valores estéticos domésticos, revelando assim exclusões e admissões, centros e periferias que se distanciam daqueles existentes na língua estrangeira. (VENUTI, 2002, p. 130)

O poder da tradução em moldar identidades pode indicar tendências de recepção de uma determinada literatura estrangeira predominantes em certa época, tendo em vista o modo com que uma obra e/ou um autor são visualizados e interpretados criticamente na cultura da tradução. Em face da condição transformadora da tradução, Venuti (1995), em seu livro *Translator's Invisibility*, afirma que a maior parte das traduções tende a recorrer à “domesticação”, uma estratégia segundo a qual o texto traduzido torna-se mais “fluyente” aos leitores da cultura de recepção, sendo até certo ponto “simplificado” de modo que toda dissonância, ambiguidade e “estrangeiridade” do texto original podem ser apagadas para dar lugar a uma linguagem acessível aos leitores.

res, segundo os valores estéticos e mercadológicos dominantes na cultura de chegada. Assim:

A tradução é a substituição inevitável da diferença linguística e cultural do texto estrangeiro, por um texto que será inteligível para o leitor da língua-alvo. [...] Qualquer diferença que a tradução expressa é informada pela cultura da língua de chegada, assimilada pelas suas condições de inteligibilidade, cânones e tabus, códigos e ideologias. O objetivo da tradução é trazer de volta o outro cultural como sendo o mesmo, como o reconhecível e até mesmo familiar; e esse objetivo frequentemente arrisca produzir uma domesticação total do texto estrangeiro, e quase sempre por meio de projetos profundamente autoconscientes, em que a tradução serve à apropriação de culturas estrangeiras com o fim de atender a propósitos culturais, econômicos e políticos domésticos. (VENUTI, 1995, p. 18)^{2 3}

O autor não só reconhece a inevitável condição transformadora da tradução, como também defende uma estratégia tradutória alternativa que poderia deslocar os supostos aspectos negativos da domesticação. A tradução estrangeirizadora, em oposição à que domestica, seria a alternativa que daria, em princípio, maior visibilidade às dissonâncias do texto original, ou seja, aos aspectos que teriam sido marginalizados ou excluídos em favor de valores hegemônicos na cultura de chegada. Venuti (1995), no entanto, reconhece que a tradução estrangeirizadora não seria menos domesticamente “motivada”, ou mesmo, até certo ponto, etnocêntrica:

A tradução estrangeirizadora é uma prática cultural dissidente, que recusa o hegemônico por meio do desenvolvimento de afiliações com valores linguísticos e literários marginais no âmbito doméstico, incluindo culturas estrangeiras que foram excluídas em virtude de sua resistência aos valores dominantes. Por um lado, a tradução estrangeirizadora realiza uma apropriação etnocêntrica do texto estrangeiro ao vinculá-lo a um propósito político-cultural doméstico, envolvendo a dissidência. Por outro lado, é precisamente esse posicionamento dissidente que torna possível com que a tradução estrangeirizadora sinalize a diferença linguística e cultural do texto estrangeiro, e realize um trabalho de restauração cultural, que admite o

² Todas as citações para as quais não há uma tradução publicada foram por mim traduzidas.

³ “Translation is the forcible replacement of the linguistic and cultural difference of the foreign text with a text that will be intelligible to the target-language reader. [...] Whatever difference the translation conveys is now imprinted by the target-language culture, assimilated to its positions of intelligibility, its canons and taboos, its codes and ideologies. The aim of translation is to bring back a cultural other as the same, the recognizable, even the familiar; and this aim always risks a wholesale domestication of the foreign text, often in highly self-conscious projects, where translation serves an appropriation of foreign cultures for domestic agendas, cultural, economic, political.”

desvio em relação ao etnocentrismo, revisando potencialmente os cânones literários domésticos. (1995, p. 148)⁴

No discurso de Venuti, a tradução estrangeirizadora seria menos etnocêntrica do que a domesticação, oferecendo, assim, uma forma de resistência ao etnocentrismo em si mesmo. No entanto, a julgar pela própria análise que o autor faz, não seria possível estabelecer uma distinção absoluta entre as duas práticas tradutórias, na medida em que alguma forma de etnocentrismo e de “interesse doméstico” é a elas subjacente. Além disso, é necessário observar que se, por um lado, como afirma Venuti, uma ética da diferença estaria mais propensa a se realizar por meio de uma tradução estrangeirizadora — que desafiaria a cultura hegemônica receptora, como no caso dos Estados Unidos — por outro, não parece ser simples a aplicação dessa lógica a contextos diferentes do anglo-saxão. Nesse sentido, ao comentar as semelhanças entre as propostas teóricas de Venuti (1995, 2002) e Berman (1995, 2002), Rodrigues (2007) afirma:

A ética da diferença seria uma proposta para olhar o Outro não hegemônico e recebê-lo em uma cultura hegemônica. Nesses termos, as práticas tradutórias recomendadas por Berman e Venuti não seriam exatamente adequadas para os tradutores brasileiros, porque o Brasil não ocupa a mesma posição que a França ou os Estados Unidos, já acolhe o suficiente o Outro hegemônico e lhe dá bastante voz. (2007, p. 3)

De que modo se pode falar de uma ética da diferença na tradução tendo em vista o fato de que o Brasil é uma nação não hegemônica que traduz, em grande medida, textos provenientes de uma cultura hegemônica, como a dos Estados Unidos? Nesse caso, não é improvável que uma ética da diferença possa se basear no questionamento de uma abertura desmedida e inquestionável ao Outro hegemônico: traduzir como forma de resistência ao hegemônico estrangeiro poderia se concretizar na produção de uma leitura que valoriza a realidade doméstica da cultura receptora, como forma de reafirmar a necessidade de se ler o Outro hegemônico a partir de uma ética das dife-

⁴ “Foreignizing translation is a dissident cultural practice, maintaining a refusal of the dominant by developing affiliations with marginal linguistic and literary values at home, including foreign cultures that have been excluded because of their own resistance to dominant values. On the one hand, foreignizing translation enacts an ethnocentric appropriation of the foreign text by enlisting it in a domestic cultural political agenda, like dissidence; on the other hand, it is precisely this dissident stance that enables foreignizing translation to signal the linguistic and cultural difference of the foreign text and perform a work of cultural restoration, admitting the ethnodeviant and potentially revising domestic literary canons”.

renças que demarcam a cultura subalterna de recepção.⁵ Dessa perspectiva, a tradução domesticadora poderia promover leituras que reconstituem o Outro hegemônico à luz de referências culturais e literárias domésticas que possam fomentar a reflexão por meio da tradução.⁶

A tradução da literatura afro-americana: questões de hegemonia e marginalidade

O Brasil é uma nação não hegemônica que traduz, em grande medida, textos provenientes de culturas hegemônicas, como a dos Estados Unidos. Deve-se salientar, no entanto, que mesmo a hegemonia estadunidense não produz necessariamente elementos culturais que expressam valores claramente hegemônicos, o que de certa forma requer refletir sobre o modo como a tradução pode divulgar tais produtos culturais. A tradução de literatura afro-americana no Brasil, por exemplo, é um tema que oferece uma diversidade

⁵ Rodrigues (2007), por exemplo, ao tratar da prática tradutória dos irmãos Campos, afirma que há nela um processo de transculturação em que se “promove uma apropriação dos textos, em que até a tradição literária brasileira é incorporada às traduções (João Cabral de Melo Neto em Goethe, versos de Lupicínio Rodrigues em Donne, etc.)”.

⁶ É interessante observar que Shamma (2009), em *Translation and the Manipulation of Difference: Arabic Literature in Nineteenth-Century England*, demonstra que até mesmo uma tradução considerada domesticadora poderia ser ética, se comparada com outros projetos tradutórios tidos como estrangeirizadores durante o imperialismo britânico. Seria o caso, por exemplo, da tradução, para o inglês, realizada pelo britânico Wilfrid Blunt, da obra *Mil e uma noites* no século XIX. Segundo Shamma, ao contrário da tradução estrangeirizadora de Richard Burton, que teria produzido uma versão exótica do mundo árabe aos olhos dos ocidentais, “tornando os atos mais mundanos em divertidas curiosidades exóticas”, a tradução de Blunt teria se engajado em uma poética da identificação na domesticação, por meio da qual ter-se-ia criado uma resistência à estereotipagem e à política de exotividade do colonialismo britânico. Blunt, um crítico impetuoso do imperialismo inglês, participou do *Irish Literary Revival*, um movimento que buscava traduzir obras do irlandês arcaico para o irlandês moderno e para o inglês, como forma de impor uma resistência ao imperialismo da Inglaterra sobre a Irlanda. Blunt era identificado com o espírito da antiga e decadente nobiliarquia britânica em oposição aos valores burgueses da agenda imperialista inglesa. Como argumenta Shamma (2009), “Blunt nasceu em uma família da pequena nobreza, cuja idade de ouro, com seus elevados códigos de nobreza, ficaram no passado. Seus escritos tratam dos dias gloriosos do cavalheirismo e da cavalaria, aspectos que foram projetados em outras culturas, especialmente entre os árabes e muçulmanos”. Na tradução de Blunt há um esforço claro em dar ao texto um sabor cavalheiresco, já que o mesmo é repleto de palavras como “*maiden*” (“donzela”), “*noble*” (“nobre”), “*lineage*” (“linhagem”), “*honor*” (“honra”), “*knight*” (“cavaleiro”), “*fair lady*” (“alva dama”) e “*woo*” (“cortejar”). Ao domesticar o texto, buscando a identificação dos árabes com a tradição nobiliárquica europeia, Blunt aproxima os valores árabes dos europeus, ao invés de distanciá-los por meio de uma estrangeirização que os exotiza, como o faz Burton em sua tradução.

de questões que tornam mais complexas as fronteiras entre o que seria “hegemônico” e o que seria “marginal”. É necessário admitir, primeiramente, que a literatura afro-americana é, em certa medida, uma literatura marginal em relação às obras literárias de caráter não étnico existentes nos Estados Unidos. Sua existência se contrasta, pois, com o cânone hegemônico estadunidense. Apesar disso, é inegável que a literatura afro-americana se assenta numa formação histórica riquíssima e diversificada, que também tem adquirido cada vez mais amplitude com seus próprios cânones e com a efetiva visibilidade internacional de autores como Toni Morrison, vencedora do Prêmio Nobel de literatura, Alice Walker, Langston Hughes, Richard Wright, James Baldwin, entre muitos outros traduzidos internacionalmente.

A título de comparação, em nosso contexto, a literatura afro-brasileira ainda luta para alcançar reconhecimento mais amplo nos meios universitário e literário, e apenas muito recentemente tem alcançado alguma forma de visibilidade internacional, em língua inglesa, com traduções, especialmente de autoras como Miriam Alves, Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, entre outras.⁷ Se a literatura afro-brasileira parece realmente ocupar um lugar marginal — acentuado pelo fato de que a nossa língua não é hegemônica — a literatura afro-americana ocuparia uma posição menos clara nesse aspecto, pois ainda que esteja associada a um grupo étnico que historicamente se viu à margem da sociedade estadunidense, é veiculada numa língua hegemônica, como o inglês, e tem conquistado cada vez mais reconhecimento e espaço, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior — e isso se reflete inclusive no número notável de publicações ficcionais, poéticas ou ensaísticas, mantidas por editoras de renome internacional como, por exemplo, as antologias de literatura afro-americana da Oxford, da Norton e da Prentice Hall. Não seria exagero afirmar que nenhuma outra cultura afrodescendente alcançou tamanha visibilidade internacional quanto a afro-americana, expressando-se na literatura e, sobretudo, na música e na cultura pop.

A tradução de literatura afro-americana em um país como o Brasil, situado à margem dos centros hegemônicos ocidentais de produção cultural,

⁷ Diferentemente da literatura afro-americana, que desfruta de uma existência de longa tradição e maior visibilidade, a literatura afro-brasileira, de acordo com Duarte (2007a), é “um conceito em construção”. De modo geral, pode-se dizer que a literatura afro-brasileira é aquela escrita por autores brasileiros afrodescendentes, mas, como Duarte reconhece, “existem autores que, apesar de afrodescendentes, não reivindicam para si essa condição, nem a incluem em seu projeto literário, a exemplo de Marilene Felinto e tantos outros”.

não representa necessariamente a veiculação de uma literatura estritamente marginal, nem propaladamente hegemônica. Esse aspecto da literatura afro-americana confere-lhe uma condição particularmente interessante, na medida em que poderá ser interpretada como produto da literatura americana em geral, integrando-se, assim, a uma perspectiva menos etnicamente ou racialmente motivada, como também a uma percepção mais receptiva de sua condição de literatura minoritária [*minority literature*] baseada, entre outros aspectos, na origem étnica de seus autores, o que faria essa literatura divergir, até certo ponto, do conceito nacional de literatura americana. É necessário, pois, questionar se esse aspecto da literatura afro-americana teria alguma consequência para a sua tradução e recepção na cultura brasileira, especialmente porque a sua condição de literatura minoritária é baseada, entre outros aspectos, na origem étnica de seus autores.

Sabe-se que a origem étnica de um autor tende a ter importância secundária nos meios literários e críticos predominantes no Brasil. Nesse contexto, supõe-se que a obra literária deva ser valorizada não pela sua exterioridade (seja ela social ou mesmo “racial”), mas pelos elementos formais internos à mesma, os quais se expressariam, sobretudo, pelo trabalho com a linguagem ou pela sua vinculação a um estatuto de universalidade.⁸ Salgueiro (2003) alude a essa tendência, destacando:

[...] ainda no Brasil de hoje, de forma velada ou latente, explícita ou implícita, a questão racial é uma questão apenas aparentemente tranquila — na verdade, trata-se de uma questão eivada de emoção e preconceito, quando próxima de cada brasileiro. Os nomes que passaram à literatura “oficial” são às vezes estudados sem referência à origem étnica do Autor. (2003, p. 105)

Em face dessa posição discursiva prevalecente, nota-se a existência de outra posição discursiva no Brasil, que tem sido precípua para a própria emergência e desenvolvimento da literatura afro-brasileira, na medida em que se identifica com a consciência racial para a construção de uma estética literária particular. Essa perspectiva também se vê alicerçada nos próprios movi-

⁸ A noção de universalidade é cara a certas vertentes dos estudos literários, especialmente quando é considerado um aspecto que supostamente deveria caracterizar a condição de literariedade ou poeticidade de uma obra. Segundo Berrio e Fernández (2004), em *Crítica literária: iniciación al estudio de la literatura*, “a Crítica literária atual deve assumir de novo, com maior interesse, e livre dos recentes preconceitos niilistas, a questão para ela tradicional da *universalidade*, como o critério que justifica e dá razão de ser ao seus juízos de valor”.

mentos sociais negros aqui existentes, por meio dos quais se tem promovido um processo de conscientização entre as populações afro-brasileiras menos engajadas com a causa negra. Em outras palavras, para esses setores, a origem étnica de um autor — bem como a sua relação com a obra — é fundamental na realização e na interpretação da literatura afrodescendente.

Em vista dessas duas posições discursivas, é necessário refletir em que medida a literatura afro-americana, em tradução, poderia se aproximar de uma dimensão estética mais formal e menos atrelada à ideologia racial da obra e à condição étnica do autor, atendendo, assim, àqueles leitores interessados, sobretudo, pelo “trabalho com a linguagem” e pela estrutura interna da obra. Por outro lado, deve-se atentar para a possibilidade de que a literatura afro-americana, em tradução, seja interpretada mais recentemente como uma literatura de resistência que serviria, possivelmente, como um modelo de inspiração para uma estética literária afro-brasileira tanto quanto para os movimentos sociais negros. Essa possibilidade se justifica em vista dos interesses dos potenciais leitores afro-brasileiros mais politicamente engajados e alinhados com a causa negra brasileira, para quem a dimensão étnica/racial do texto é central.

Essas duas posições discursivas, compreendidas até aqui como hipóteses de leituras, serão discutidas mais adiante em conexão com a recepção da literatura afro-americana no Brasil. Antes de avançarmos em busca de respostas para o entendimento das relações entre essas duas posições discursivas e a tradução, será necessário primeiro compreender os aspectos identitários que caracterizam as relações sócio-raciais no Brasil, em contraste com a realidade racial norte-americana. O estudo das relações entre tradução, negritude e recepção representa uma forma instigante de se avaliar o papel transformador da tradução no contexto dos valores domésticos brasileiros e, em especial, no modo como a “afro-americanidade” é refletida numa sociedade como a brasileira, permeada por contradições que, definitivamente, informam a construção do olhar acerca do Outro, participando, assim, da construção de(s) sua(s) identidade(s).

Identities in translation: miscegenation and “race” in the United States and in Brazil

Supõe-se que, ao se tratar da identidade, o que se deve buscar, como o dicionário Houaiss da língua portuguesa sugere, é a “qualidade do que é idên-

tico”, ou o “conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la” (HOUAISS, 2009). Definida dessa forma, a noção de identidade é tomada como uma condição essencialmente estática, dependente apenas de um conjunto de características apriorísticas, inerentes aos sujeitos, e supostamente não condicionadas pelas circunstâncias nas quais eles se inscrevem, nem pelas perspectivas do olhar do Outro, que certamente participam da formação de sua identidade. Esta, mais do que simplesmente concebida como uma condição permanente, é o produto provisório do processo de identificação⁹ por meio do qual, em face da linguagem e da sua relação com os aspectos sociais e psíquicos das interações entre sujeitos, efetivam-se leituras que induzem a expectativas, conflitos e suposições acerca daquilo que confere forma (seja ela positiva ou negativa) aos sujeitos e às suas histórias em uma determinada sociedade.

A identidade também pode ser o resultado parcialmente involuntário dos conflitos entre aqueles que buscam tomar posse do processo de (auto) identificação, reafirmando uma história coletiva, seja para fortalecer uma tradição, em busca de uma memória comum de resistência, ou para questionar tradições indesejadas, que infligem dor e marginalidade. É de certa forma involuntária, porque embora possa ser pautada, até certo ponto, pela escolha individual, a identidade também é imposta, numa relação — conflituosa e dinâmica — entre a herança estabelecida por uma tradição e a sua reelaboração pela busca da ampliação/modificação de suas fronteiras ao longo do tempo.

A noção de identidade dialoga intimamente com a tradução. Esta se estabelece numa relação de leitura com uma anterioridade, representada pela “herança” que todo texto a traduzir “impõe” ao tradutor, como uma dívida (em seu sentido benjaminiano) a partir da qual a sua tarefa adquire sentido e urgência. No entanto, a herança dessa tradição imposta como uma dívida ao tradutor é transformada a cada ato tradutório, instaurando-se, assim, o não idêntico no âmago da identidade. Ainda que a tradução não seja o texto original — e essa diferença é importante na medida em que possibilita o reconhecimento da tradução como uma escrita própria, com uma identidade própria — ela se performa *como* texto original, assumindo o seu lugar na cul-

⁹ Segundo Freitas (2005), fundamentada em Souza (1994), o termo “identidade” faria referência ao “ser”, ao passo que a noção de “identificação” faria uma referência ao “dizer”: “assim, todo o dizer (bem como o agir) diferenciados dos sujeitos são mediados por movimentos identificatórios inconscientes desses desejos” (FREITAS, 2005, p. 233).

tura de recepção. A tradução, assim, mantém um elo de (não) identidade com o texto original, em que se conjugam o “Mesmo” e o “Outro”, numa lógica suplementar (em seu sentido derridiano)¹⁰: o “Mesmo”, tido, em princípio, como pleno em si, seria apenas complementado pela diferença adicional do “Outro”, mas, ao mesmo tempo, ele é suplementado pelo “Outro”, na medida em que há uma falta, uma ausência constitutiva no âmago do “Mesmo”. A tradução seria, assim, a realização simultânea do “Mesmo” e do “Outro”. Essa questão fica mais clara quando Derrida (1998) faz a seguinte consideração ao tratar da tradução do termo “desconstrução” para o japonês:

Não acho que a tradução seja um acontecimento secundário e derivado em relação a uma língua ou a um texto de origem. E como acabo de dizer, “desconstrução” é uma palavra essencialmente substituível em uma cadeia de substituições. Isto pode também se fazer de uma língua para outra. A possibilidade para (a) “desconstrução” seria que uma outra palavra (*a mesma e uma outra*) se encontrasse ou se inventasse em japonês, para dizer a mesma coisa (*a mesma e uma outra*), para falar da desconstrução e para conduzi-la para um outro lugar, escrevê-la e transcrevê-la. (DERRIDA, 1998, p. 24, grifo nosso)

Ao promover a relação simultânea entre o Mesmo e o Outro, a tradução se abre à historicidade, às circunstâncias de produção e à subjetividade do tradutor, que inevitavelmente inscrevem a diferença na textualidade tradutória. Essa mesma diferença, que não é pura ou absoluta, como fruto de uma dicotomia, é o que confere à tradução uma identidade própria, cujas marcas de alteridade, assinadas pelo tradutor, falam do Outro como um “Mesmo” (na busca de representação do original) ainda que o “Mesmo” também seja Outro em sua própria origem. Uma espécie de “*mesmoutro*,” que em uma tradução para o inglês, produziria “*samother*”, cuja sonoridade nos faz pensar em “*same mother*”, ou a “mesma mãe”, a mesma “fonte”, que se faz outra, não idêntica a si mesma.

O que ilustra bem essa afirmação é a expressão “mãe África,” que sugere uma tradição comum, uma “mesma fonte” ou “mesmo berço cultural”

¹⁰ Em relação à lógica do suplemento, Rodrigues (2000) constata que “um suplemento, por um lado, é uma parte que se adiciona a um todo para ampliá-lo, um aditamento, um acréscimo. Nesse sentido, é algo extra, não essencial, acrescentado a algo que supostamente está completo. Mas, por outro lado, o suplemento supre, preenche, substitui”. Como salienta Derrida (1973, p. 172 apud RODRIGUES, 2000, p.209), o suplemento “não acrescenta senão para substituir. Intervém ou se insinua em-lugar-de; se ele colma, é como se cumula um vazio. Se ele representa e faz imagem, é pela falta anterior de uma presença”.

para os povos afrodescendentes de todo o mundo, incluídos aí os afro-brasileiros e afro-americanos. Sabe-se, historicamente, entretanto, que esse berço sempre foi marcado pela heterogeneidade e pela diferença, observáveis em face da imensa riqueza de tradições culturais de suas várias regiões e nações disseminadas em sua diáspora nas culturas norte-americana e brasileira.

As diferentes particularidades socioeconômicas e culturais que informaram as estruturas de colonização e exploração na América Latina e na América do Norte contribuíram para a construção de valores diferentes no que tange à “tradução” do Outro colonizado, incluindo o modo de articulação dos aspectos étnico-raciais nessas duas regiões. A identidade do negro, nos Estados Unidos, por exemplo, sempre foi demarcada com base na noção do “*one drop rule*”, ou regra da gota de sangue única, segundo a qual qualquer pessoa com histórico de ascendência africana, ainda que minimamente visível ou até mesmo invisível aos olhos, deveria ser considerada negra. Essa regra teve papel fundamental no processo de segregação dos negros, oficializada pela administração e pelo sistema jurídico dos estados sulinos dos Estados Unidos até a década de 60, quando o movimento da luta pelos direitos civis dos negros levou à extinção do sistema segregativo. Em contraste com essa realidade histórica, na América Latina, e especialmente no Brasil, a não existência de um sistema de segregação racial, semelhante à norte-americana, aliada a um longo e intenso processo de miscigenação, tornaram os limites que identificam os sujeitos, pela cor da pele, mais fluidos, de modo que uma pessoa que se considera “morena”, tanto pode ser um branco de cabelos escuros, um mestiço, um negro de pele não tão escura como também um pessoa de pele bem escura.

A tradução multivalente que se faz da identidade dos mestiços e negros no Brasil deve-se, em parte, ao amplo processo de miscigenação ocorrido no país. Como aponta Magnoli (2009), esse processo foi claramente intuído por sociólogos e historiadores desde o início do século XX, mas apenas recentemente os estudos em genética molecular e da genética de populações ofereceram, com maior refinamento e precisão, uma visão sobre o fenômeno da miscigenação. Uma pesquisa realizada pelo geneticista Sérgio D. J. Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais, investigou uma amostra representativa da população classificada nos censos como “branca”. Segundo Pena:

[...] os resultados obtidos demonstram que a imensa maioria (provavelmente mais de 90%) das patrilinhagens dos brancos brasileiros é de origem europeia, enquanto

a maioria (aproximadamente 60%) das matrilineagens é de origem ameríndia e africana”. (PENA, 2000 apud MAGNOLI, 2009, p. 155)

Com base nessas considerações, o geneticista estima que, “entre os 90,6 milhões de brasileiros classificados como “brancos” em 2000, existiam cerca de 30 milhões de descendentes de africanos e um número mais ou menos equivalente de descendentes de ameríndios, ao menos pelo lado materno” (PENA, 2005 apud MAGNOLI, 2009, p. 155). A miscigenação tornou-se, na realidade brasileira, um ponto de referência para se compreender a chamada “brasilidade”, na qual o mestiço é incorporado ao imaginário nacional, um processo que, segundo Magnoli (2009), “tem como marco o período de transição política e intelectual compreendido entre a Semana de Arte Moderna de 1922 e a publicação de *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre”.

É na obra de Freyre que a miscigenação — tanto cultural quanto biológica — assume uma posição central, na medida em que ela terá um papel importante na explicação da ausência tradicional, no Brasil, de uma perspectiva racial dicotômica das relações entre brancos e negros, ambos tomados fundamentalmente como mestiços. Nas palavras de Freyre,

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. [...] Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. (FREYRE, 2000, p. 478 apud MAGNOLI, 2009, p. 150)

Um certo grau de consciência em torno da existência estruturante da miscigenação é o que poderia explicar a dificuldade que sempre existiu entre muitos brasileiros de se reportarem à noção de “raça” para descrever as diferenças relativas à cor da pele, tal como ocorre nos Estados Unidos. A noção de “*one drop rule*” naquele país foi pensada originalmente como uma forma de estabelecer claramente as diferenças entre brancos e não brancos, reafirmando a marginalização dos negros e o racismo praticado em torno de um sistema classificatório consideravelmente estável. Embora sempre existente, a miscigenação tornou-se, durante muito tempo, proibida nos Estados Unidos por meio de leis específicas, o que contribuiu para a formalização de um ideário raciológico, com base no qual o país se via como constituído de diferentes “raças”, supostamente distintas umas das outras. A ciência contem-

porânea, a genética humana em especial, já demonstrou, no entanto, que a noção de “raça” não encontra qualquer referente concreto na realidade, já que não há diferenciação genética específica que permita dividir grupos humanos em grupos raciais.

De um ponto de vista rigorosamente científico, seria possível, talvez, falarmos de “raça humana”, mas não, por exemplo, de “raça negra”, como geneticamente distinta de uma “raça branca”.¹¹ O termo “raça” não está apenas relacionado à crença na relação entre diferenciação genética e grupos humanos distintos, mas especialmente a uma essencialização de traços culturais, linguísticos e biológicos (como a cor da pele, formas anatômicas faciais e tipos de cabelo) atribuídos a determinados grupos sociais. A noção de “raça” foi inicialmente celebrada por cientistas europeus do século XIX como forma de sustentar as condições físico-anatômicas que supostamente determinariam a classificação de seres humanos em grupos raciais “superiores” e “inferiores” do ponto de vista moral e intelectual, o que justificou o gesto imperialista ocidental de colonização e exploração de países economicamente menos desenvolvidos. Assim, a noção de “raça”, tal como preconizada pelas ciências antropológicas de então, foi um artifício imposto por grupos sociais dominantes às populações marginalizadas do mundo colonizado, conferindo-lhes, assim, não somente uma identidade racial distinta, mas também hierarquicamente inferior.

Deve-se salientar, no entanto, que o termo “raça” assume na contemporaneidade uma condição mais ambivalente ao adquirir também um papel de demarcação discursiva das diferenças que permitiria aos grupos marginalizados incorporarem uma identidade “racial” como forma de solidariedade de grupo e de resistência à opressão que seria imposta por grupos sociais dominantes. Assim, mais do que simplesmente imposta por grupos hegemônicos, a noção de “raça” passa a integrar o próprio discurso de autodefesa das minorias, que se proclamam membros de uma “raça”, fundamentados

¹¹ Cientistas costumavam falar em “raças” humanas no sentido de subespécies, o que possibilitou a separação dos seres humanos em três grupos “raciais” principais, a saber: o negroide, o mongoloide e o caucasoide. No entanto, tornou-se muito claro que nenhuma taxonomia significativa de raças humanas seria possível. Há numerosos grupos que não se encaixam nessas classificações além de nunca ter havido um consenso entre os próprios antropólogos acerca dos limites genéticos entre esses grupos. Deve-se ressaltar ainda que a condição essencial para a subespeciação seria o isolamento da reprodução, geralmente mantido com barreiras ecológicas. Os seres humanos, porém, migraram para longas distâncias num amplo processo de miscigenação por milhares de anos.

não necessariamente na crença de uma subespeciação genética, mas na ideia de que uma história ou tradição em comum aliada a aspectos físicos como a cor da pele, e a práticas culturais próprias (incluindo língua, religião, comida e outros aspectos) lhes confeririam um “perfil” identitário distintivo e socialmente partilhado. É possivelmente alicerçado nesse sentido que a noção de “raça” assumiu um valor discursivo proeminente especialmente entre os movimentos negros (tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos), e um papel oficializado recentemente pelo sistema administrativo e legal do governo federal brasileiro através de procedimentos de discriminação reversa ou “ações afirmativas”, como a criação de cotas raciais para admissão de estudantes negros nas universidades públicas federais e a instituição de leis como a do Estatuto da Igualdade Racial no Brasil.

A noção de “raça” não é, assim, constituída de um significado único, pois é inscrita em valores ideológicos que dependem de quem a utiliza e com que fins, o que a transforma em um produto da retórica, fundamentado em crenças, mas não numa realidade que se queira objetiva. Como afirmam Yvonne Maggie e Claudia Rezende (2001),

[N]o contexto acadêmico, tanto no Brasil como na Europa e na África do Sul, a tendência é construir raça (e também povo) como uma categoria de significado único, com frequência remetendo a um essencialismo de cunho biológico. Por outro lado, os estudos mais etnográficos, sobre brasileiros e cabo-verdianos demonstram como na prática esta noção adquire conteúdos distintos de acordo com os contextos em questão. Mais do que tê-la como uma categoria monolítica e substantiva, a raça tomaria a forma de uma categoria adjetiva e relacional. Isto não significa que a ideia de raça desapareça de discursos que procuram construir e afirmar identidades e alteridades. Pelo contrário, ela continua atuante, introduzindo ou realçando desigualdades, delineando relações de poder. (2001, p. 21)

Traduzindo a poesia afro-americana: relações entre recepção, “raça” e miscigenação

Ainda que a miscigenação em si coloque em xeque a possibilidade de se conceber a “raça” como uma constituição identitária pura, já que os indivíduos seriam marcados pela hibridez, não é improvável que a noção de “raça”, quando trazida à tona, do ponto de vista discursivo, possa ser compatibilizada com a miscigenação. Isso pode ser notado, por exemplo, na análise que o crítico brasileiro Sérgio Milliet faz, em um ensaio de 1966, sobre determinados

aspectos da poesia negra. Por três vezes, ao longo do ensaio, o crítico se refere aos negros, de um modo geral, com base na noção de “raça”. No primeiro momento, o autor trata da percepção, por parte dos brancos, do exotismo e da sedução atribuídos às mulheres negras:

É verdade que em certos momentos de penúria de mulheres valeu-se o branco das negras e não raro a elas se habituou ou se afeiçãoou. [...] Ademais a lenda do pendor da *raça* escrava pelo amor físico espalhou-se desde cedo e a sedução da exótica pele escura influenciou nas atitudes do branco. (MILLIET, 1966, p. 59, grifo nosso)

Em um segundo momento, o crítico aborda a fase de evolução da poesia negra que diz respeito à tomada de consciência do negro:

[...] o que há de mais fortemente expressivo na poesia negra é dessa fase de sua evolução. Começa ela pela tomada de consciência das características da *raça* e de sua beleza original. Em francês, inglês, espanhol ou português é sempre em linguagem negra que o negro se exprime (MILLIET, 1966, p. 61, grifo nosso)

E, em um terceiro momento, Milliet apresenta um poema do poeta negro David Diep como exemplo: “Já o negro David Diep, com mais amargor e crueza, semelhante nisso aos poetas negros norte-americanos, descreve secamente o suplício da *raça* e recomenda a revolta” (MILLIET, 1966, p. 63, grifo nosso).

Ao fazer uso da noção de “raça”, Milliet não parece pressupor uma instância de pureza, especialmente porque o autor lança mão da miscigenação para compreender a formação cultural dos negros latino americanos, em oposição à dos norte-americanos, justificando a suposta ausência de “ressentimento” e “ódio”, em relação aos brancos, na cultura negra miscigenada da América Latina:

No mesmo diapasão [da revolta] exprimem-se em geral os poetas negros-norte-americanos, com muito mais numerosos e mais justos motivos de ressentimento. A diferença está em que os poetas negros de língua francesa encaram o problema das discriminações de um ponto de vista mais nacionalista e anticolonialista do que racista. A reivindicação norte-americana é de outra ordem. Não se glorifica a negritão, luta-se apenas pela igualdade de direitos dentro da coletividade. Os conflitos entre negros e brancos têm sido entretanto extremamente violentos nos Estados Unidos e o canto negro disso se ressentiu”. (MILLIET, 1966, p. 67)

No *Diário crítico I (1940-1943)*, Sérgio Milliet (1981) relata seu encontro com o importante poeta afro-americano Langston Hughes, em 1943, e

ressalta que “a amargura, a força, a expressividade dessa poesia negra norte-americana faz dos poetas pretos verdadeiros líderes da raça”. Vale notar mais uma vez que, ao descrever as especificidades dessa poesia, Milliet recorre ao Brasil e à América Latina, para estabelecer um forte contraste entre poetas negros norte-americanos e poetas negros latino-americanos:

Acontece que, seduzidos pelo Langston Hughes, centenas de poetas da América do Sul põem-se a cantar as mesmas dores, já agora com toda a retórica e todo o empolamento dos sentimentos artificiais. Ouvi nessa mesma noite os poemas dos haitianos; pareciam-me apenas ridículos, e soava falso o esforço literário para descobrir e cultivar a consciência de raça num povo inteirinho de mestiços. O valor da literatura negra norte-americana está na expressão fiel de uma realidade, de um fato social. Por isso essa literatura “sui generis” se justifica e nos impressiona. O mesmo, porém, não ocorre em Haiti ou na Bahia. Nestas regiões o marginalismo do negro é tão somente um fenômeno individual cuja expressão está subordinada, no seu interesse, ao talento pessoal do poeta. Não há propriamente poesia negra, mas negros poetas que, como os brancos poetas, podem ter ou não o seu valor literário. Nos Estados Unidos há, ao contrário, e por causa mesmo do social determinante [da segregação], uma poesia negra, importante e expressiva em si, independentemente do valor literário dos poetas. [...] Se no Brasil um negro cantasse com as próprias palavras de Langston Hughes seria apenas divertido. “Eu também canto a América, eu sou o irmão escuro que mandam para a cozinha, etc.” seriam entre nós frases sem sentido. (MILLIET, 1981, p. 97)

No argumento de Milliet, a miscigenação teria produzido no Brasil um espaço de familiaridade e de proximidade entre brancos e negros que teria impossibilitado a emergência de uma *consciência* de “raça” entre os últimos. Além disso, embora reconheça a existência do preconceito de cor no solo brasileiro, o crítico argumenta que ele seria “um preconceito muito atenuado”, que “não mata a planta humana, como na América do Norte”, de modo que também “não estrutura minorias conscientes” (MILLIET, 1981, p. 100). Para o crítico, no Brasil, um negro teria exatamente “as mesmas oportunidades que um filho de sírio ou de italiano, que um judeu e protestante”. E conclui que “uma poesia inspirada nas reivindicações do homem de cor não passa em toda a América, à exceção dos Estados Unidos, de um tema de demagogia literária. Sem nenhuma raiz plantada na realidade”.

É particularmente interessante notar o modo como a questão da miscigenação no Brasil conduz Milliet a uma intensificação da alteridade da poesia negra norte-americana, de modo que esta é alçada a uma condição com pouca ou nenhuma semelhança com qualquer produção poética negra brasileira

ou latino-americana. A condição social de segregação do negro nos Estados Unidos tornaria a sua poesia “sui generis” e sem paralelo no universo cultural latino-americano miscigenado. A identidade poética da literatura negra americana é construída, assim, pela negação da existência de uma poética semelhante em terras brasileiras, ou que, no máximo, poderia existir como uma imitação “mal feita” daquela, não pautada na realidade local, que é a da miscigenação. Se, no ensaio de 1966, Milliet faz uso da noção de “raça” para se referir aos negros independentemente da sua nacionalidade (o que inclui até mesmo os negros miscigenados da América Latina), no breve ensaio/relato de 1943 pode-se interpretar que somente o contexto de segregação dos Estados Unidos teria levado os negros à formação de uma *consciência* de “raça” que jamais poderia ter florescido efetivamente em um país como o Brasil. Uma década antes do ensaio de 1943, o Brasil contou com um movimento negro importante, como o da Frente Negra Brasileira, que, entre 1931 e 1937, instava os seus seguidores à conscientização pela luta de melhores condições de vida para os negros perante o preconceito e a discriminação. Isto é, a luta pela formação de uma consciência de “raça” já existia no Brasil, embora fosse de alcance limitado entre a maior parte da população negra.

Milliet foi um dos pioneiros no Brasil a escrever sobre a poesia afro-americana, e o primeiro a traduzir a poesia de Langston Hughes para o português, tendo publicado em 1943, no jornal *A Manhã*, de 15 de junho, a tradução do poema “*Ku Klux*,” incluída posteriormente, em 1954, numa coletânea publicada pela editora Livraria Martins e intitulada *Obras Primas da Poesia Universal*. Organizada por Milliet, a antologia monolíngue contém poemas de 122 poetas, como Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade, Ezra Pound, Rudyard Kipling, Stéphane Mallarmé, entre muitos outros. Pode-se notar um contraste relevante, do ponto de vista da questão “racial”, entre os ensaios de 1943 e de 1966 e a referida antologia, de 1954, com quatro poemas do poeta afro-americano Langston Hughes. Tal como geralmente ocorre em muitas antologias poéticas, *Obras Primas da Poesia Universal* reúne poetas de tradições, nacionalidades e línguas muito diferentes, de modo que o fio condutor que uniria a todos seria uma universalidade que parece ser identificada como um retorno ao “classicismo” ou talvez um “novo classicismo”, nas palavras de Milliet. Ao descrever o que haveria em comum entre esses diferentes poetas, o crítico afirma, na introdução à antologia, que:

Desde o fim da Primeira Grande Guerra um esforço de expressão do coletivo se observa, e, na realidade, em que pesem as contradições formalísticas, oriundas

sobretudo do desejo imperioso de renovar o instrumento poético, verifica-se menor distância do que antes entre a essência da civilização e as palavras dos seus porta-vozes intelectuais. Entretanto persistem algumas contradições, como a da expressão nacionalista, logicamente incompreensível neste mundo que é “um mundo só”, ou a da expressão esotérica, num momento em que a tendência é para a comunicação a qualquer preço – mesmo através das línguas artificiais como o esperanto, ou das esquemáticas como o inglês básico. Tais hesitações na caminhada para um novo classicismo são naturais. (MILLIET, 1954, p. 06)

A publicação da antologia com o título de *Poesia Universal* não representa apenas um esforço em nomear, da maneira mais eficaz e econômica possível, uma obra que inevitavelmente trará diferenças de toda ordem, mas também um modo de remeter o leitor a uma condição mais ampla e universal (senão “classicista”, como aponta o autor) da produção literária em questão, e que possa, de certa forma, superar os possíveis aspectos regionais ou nacionais que os poemas poderiam representar. Nesse sentido, Pagano (2001) chama a atenção para a existência de coleções de traduções, publicadas entre as décadas de 30 e 50, tanto no Brasil quanto na Argentina, cujos títulos, à semelhança da antologia de Milliet, eram associados ao “universal”, como por exemplo, a “*Biblioteca Emecé de Obras Universales*”, “*Las Grandes Novelas de Nuestra Época*”, publicadas pela editora argentina Losada, ou “*Jóias da Poesia Universal*,” mantida pela editora brasileira José Olympio (PAGANO, 2001, p. 181). Segundo a análise feita por Pagano (2001), “[...] os rótulos escolhidos pelas editoras para as suas coleções, bibliotecas e séries representam alguns termos classificatórios predominantes como “século”, “universal”, “mundial”, “grande”, “tesouros”, “jóias” e “obras-primas”.¹² Esses termos produzem um efeito de sincronicidade que tende a mitigar referências históricas mais localizadas e particulares daquilo que se pretende divulgar na forma de uma literatura “universal”. No contexto da expansão do mercado livreiro no Brasil entre as décadas 30 e 50, a classificação mais genérica e mais aliada à concepção de universalidade das grandes obras literárias era uma forma de simplificar a heterogeneidade constitutiva da diversidade literária para um público leitor em ascensão econômica, que via, nos títulos sintéticos das coleções, uma oportunidade de se tornar um cidadão do mundo, sem sair de casa.

¹² “[...] names chosen by publishing houses to label their collections, libraries and series shows some predominant classifying terms such as “century”, “universal”, “world”, “great”, “treasures”, “gems”, “masterpieces”.

Observa-se que Langston Hughes é o único poeta afro-americano da antologia. Há uma pequena introdução descritiva da obra do poeta, reproduzida a seguir:

LANGSTON HUGHES, poeta negro, americano, nasceu em 1902. Estudou nos Estados Unidos e México, chegando a fazer um ano na Universidade de Colúmbia. Trabalhou depois, nos mais variados empregos, desde marinheiro até cozinheiro de cabaré em Montmartre. Em 1925, recebeu seu primeiro prêmio de poesia. O editor Alfred A. Knopf interessou-se por sua obra e publicou seus poemas no livro intitulado “The Weary Blues” (1926). Recebeu uma bolsa para estudar na “Lincoln University”, onde se formou em 1929. Desde então tem vivido à custa de sua pena. As poesias de Langston Hughes foram traduzidas para diversas línguas e muitas delas musicadas. Interessa-se vivamente pela educação do negro e toma-o, com frequência, por tema de suas obras. Publicou: “Fine Clothes to the Jews” (1927), “Dear Lovely Death” (1931), “The Dream Keeper” (1932), “Scottsboro Limited” (1932), “Shakespeare in Harlem” (1942), “Not without Laughter” (1930), “Popo and Fifina” (1932), “The Ways of White Folks” (1934), “The Big Sea” (1940). (MILLIET, 1954, p. 392)

Não há referências, na introdução, à problemática racial suscitada nos ensaios de Milliet, nem qualquer menção direta ao “ressentimento” que seria característico, segundo o autor, da poesia afro-americana em face da realidade social norte-americana. A condição racial que, em contraste com a sociedade brasileira, seria tão marcante e decisiva para a produção estética afro-americana é, de certa forma, atenuada quando se leva em consideração o texto introdutório, aliado à perspectiva universalista da antologia. Embora atenuada, essa condição não foi de todo eliminada, já que entre os quatro poemas selecionados, “O Poeta”, “Canto da Terra”, “Rio Amargo” e “Klu Klux”, este último aborda de modo mais direto a questão racial conflituosa nos Estados Unidos. Poder-se-ia argumentar que, no caso da antologia, tudo não passa de um problema de espaço para maiores informações acerca do poeta. No entanto, embora essa questão seja relevante, deve-se frisar que as antologias, em geral, têm por objetivo alcançar o maior número de leitores possível, e a qualidade de “poesia universal” atribuída a essa antologia certamente atende a essa necessidade. A noção de raça, tal como articulada por Milliet em seus ensaios, cumpre o papel de caracterizar a literatura afro-americana pela perspectiva da diferença em relação à cultura brasileira “miscigenada”, criando, assim, uma espécie de fronteira muito clara entre “eles” e “nós” e aprofundando a distinção que, em tese, seria nítida, entre a questão da “raça” entre os norte-americanos, e a questão da “miscigenação cultural” entre nós brasi-

leiros. Contudo, o papel da antologia é aproximar o leitor, pelo viés da universalidade, dos diferentes poetas que ali se encontram. A antologia, mais do que uma simples coletânea de poemas, representa uma estratégia que, embora digna da intenção de se divulgar grandes poetas nacionais e internacionais, busca atender a uma necessidade mercadológica. Nesse sentido, a questão racial, na antologia, é de certa forma mitigada não porque Milliet teria entendido que ela não seria importante, mas porque, de um ponto de vista estratégico de divulgação, ela deve se apresentar apenas pela sugestão de alguns dos poemas de Hughes. Pode-se levantar a hipótese de que Milliet, com isso, estaria buscando ao mesmo tempo introduzir a poesia afro-americana traduzida, em grande medida desconhecida do público brasileiro à época, por um viés menos diretamente atrelado à questão racial, como forma de tornar compatível essa poesia tanto com um gosto estético mais universalista quanto com um público leitor que o antologista poderia julgar como pouco familiarizado, ou mesmo pouco receptivo à problemática racial norte-americana em face de uma realidade brasileira sem formas de segregação institucionalizada. É uma estratégia que também pode ser lida como uma tentativa de alçar a poesia de Hughes a uma condição de universalidade para além da especificidade da problemática racial atribuída ao seu trabalho estético.

Milliet formula uma identidade racializada para a poesia afro-americana em seus ensaios, em franco contraste com a dimensão miscigenada da cultura brasileira, mas essa mesma identidade é reconstruída na antologia, para ocupar um lugar menos tipicamente racializado como forma de tornar acessível a estética afro-americana pela perspectiva do que ela teria em comum com a universalidade de grandes poetas, muitos dos quais conhecidos internacionalmente. Seria possível afirmar que a inserção da poesia traduzida de Langston Hughes na antologia não deixa de se configurar como uma espécie de mestiçagem cultural que se sobrepõe à oposição racializada que predomina a caracterização da poesia afro-americana nos ensaios de Milliet. Essa mestiçagem cultural, que combina poetas brasileiros com estrangeiros “falando português” (sem os textos originais em inglês), não deixa de ser condizente com a própria concepção universalista que o imaginário popular brasileiro atribui à miscigenação na construção da identidade brasileira, muito mais atrelada à imagem do mestiço (sem uma origem única claramente determinada), como figura identitária idealizada em sua abrangência.

No início desse artigo levantamos duas hipóteses de leitura a respeito dos modos segundo os quais a literatura afro-americana poderia ser lida do

ponto de vista da sua recepção na cultura brasileira. Levantamos, em primeiro lugar, a hipótese de uma leitura menos racializada e mais voltada para a valorização da estética da obra literária, possivelmente alicerçada na busca pela “universalidade” que a obra em questão poderia representar e, em segundo lugar, sugerimos a possibilidade de que a literatura afro-americana poderia ser lida por uma perspectiva na qual o foco na questão racial seria premente, alicerçada possivelmente em um discurso de valorização da consciência negra a partir da sua relação com uma cultura de engajamento inspirada pelos movimentos negros no Brasil. Esses dois posicionamentos discursivos não são necessariamente “puros” ou excludentes mutuamente. O caso específico da antologia, com poemas de Langston Hughes traduzidos por Milliet, e os seus ensaios sobre literatura negra, incluindo a afro-americana, representam uma formação discursiva híbrida desses dois posicionamentos. Milliet focaliza a literatura afro-americana, em seus ensaios, por uma perspectiva mais racialis-ta, que, no entanto, não representa efetivamente um posicionamento engajado de identificação inspirada pela cultura negra brasileira (ou de movimentos negros existentes à sua época). Muito pelo contrário, a identificação da literatura afro-americana se dá pela oposição entre um contexto determinado pela consciência de raça, nos Estados Unidos, e um espaço de miscigenação supostamente “agregadora” no Brasil e que teria dificultado o surgimento dessa consciência entre os afrodescendentes. Os aspectos estéticos da poesia negra de Langston Hughes, especialmente no caso da antologia, são valorizados, no entanto, pela perspectiva daquilo que ela teria de “universal” e, não, especificamente, de “racial”, na sua relação com os demais poetas ali reunidos. Com o objetivo de compreender melhor as decisões tradutórias envolvidas em pelo menos um poema da antologia, seria interessante comparar “O Poeta”, tradução de “*Minstrel Man*”, realizada por Milliet, com “Menestrel”, feita pelo tradutor e poeta Paulo Henriques Britto:

Minstrel Man
(Langston Hughes)

Because my mouth
Is wide with laughter
And my throat
Is deep with song,
You do not think
I suffer after
I have held my pain
So long.

Because my mouth
Is wide with laughter
You do not hear
My inner cry
Because my feet
Are gay with dancing
You do not know
I die.

O Poeta
(Sérgio Milliet)

Porque minha boca
se abre em riso franco
e as canções nascem
do fundo da garganta
não acreditam que eu sofra
de ter carregado minha pena
tanto tempo.

Porque a minha boca
Se abre em riso franco
não ouvem o grito
que sobe do meu peito
E como meus pés
se alegram na dança
não suspeitam sequer
que eu morro...

Menestrel¹³
(Paulo Henriques Britto)

Porque minha boca
É larga de riso
E minha garganta
É funda de canto,
Tu crês que não soffro
Depois de conter
O meu sofrimento
Tanto.

Porque minha boca
É larga de riso
Não ouves o grito
No fundo de mim
Porque os meus pés
São leves de dança
Não sabes que morro
Assim.

Como esclarece Paulo Henriques Brito (1989), o título do poema de Hughes é bem sugestivo:

O tema de “Menestrel” é tradicional: a ideia do artista que dá alegria aos outros, mas tem uma mágoa secreta; é o tema do palhaço triste, tão explorado pelo circo. Porém, há aqui um dado adicional, que não aparece no texto em si, mas se depreende do contexto em que o poema se apresenta: a obra de Langston Hughes, escritor negro americano. Este fato extratextual altera a leitura do poema e lhe dá um sentido adicional. Pois nos Estados Unidos da segunda metade do século 19 e início do 20, o “*minstrel show*” é um espetáculo em que artistas brancos, com os rostos pintados de preto, imitam a arte dos negros. O menestrel do poema, em se tratando de um poema de Langston Hughes, é certamente um negro. Mas a palavra “minstrel”, ao evocar a figura grotesca do branco pintado de preto, já conota o negro enquanto “clown”: a imagem estereotipada do ser primitivo, risonho e feliz em sua simplicidade, que é uma das representações do negro na consciência do branco [...]. (1989, p. H-5)

¹³ Publicado no jornal *Folha de São Paulo*, na edição de 1º. de abril de 1989, no Caderno Letras, p. H-5.

É desse modo que *Minstrel Man* pode ser interpretado como o “menstrel” negro cujas músicas, danças, piadas e caracterizações eram muitas vezes feitas para satisfazer o público branco, que encontrava na sua performance a realização das expectativas quanto ao universo cultural negro, frequentemente identificado com estereótipos. Um dos aspectos formais que chamam a atenção para o poema em inglês é que o mesmo apresenta apenas quatro palavras em função de rima: “*song*” (4º. verso) e “*long*” (8º. verso), e “*cry*” (12º. verso) e “*die*” (16º. verso). Na tradução de Milliet não se buscou reconstruir essas rimas, como ocorre na tradução de Britto (“canto/tanto” e “mim/assim”). Esta se aproxima mais do texto original do ponto de vista da organização textual, sendo mais longilíneo e visualmente mais condensado que a tradução de Milliet, um pouco mais “extensa”, especialmente com versos como “do fundo da garganta”, “não acreditam que eu sofra” e “de ter carregado minha pena”.

Outro aspecto importante é o que diz respeito à tradução do pronome “*you*”. No poema em inglês o eu-lírico se posiciona em um diálogo com o Outro, ou Outros, já que o pronome pode se referir a “você” ou a “vocês”, produzindo, assim, uma ambiguidade que tanto pode fazer do interlocutor uma só pessoa, quanto uma coletividade. A dor manifestada pelo eu-lírico se contrasta com seus trejeitos jocosos e pela sua dança vivaz, voltando-se para o “*you*” como espectador(es), que tanto assiste/assistem o espetáculo quanto espera(m) dele a confirmação da alegria e do lúdico do *minstrel*. É interessante observar, quanto a esse ponto, os contrastes entre a tradução de Milliet e de Britto. Este traduz “*you*” por “*tu*”, de modo que, por exemplo, “*you do not think*” se torna “tu não crês...”, produzindo um efeito de “enobrecimento” do discurso do eu-lírico, que, além de identificar o “*you*” como um interlocutor no singular, sugere também um maior distanciamento entre aquele e este, já que a concordância padrão exigida pelo pronome em questão é pouco usual na língua falada na maior parte das regiões do Brasil. Por outro lado, Milliet traduz o mesmo verso por “não acreditam que...”, e o verso “*you do not hear*” por “não ouvem o grito”. A tradução de Milliet parece ampliar a ambiguidade do verso, pois “não ouvem o grito” pode ser lido como uma afirmação dirigida a “vocês”, mas também, sobretudo, a “eles” (“não ouvem...”). Entretanto, levando em consideração que o texto original não está presente na antologia de Milliet para que se possa fazer a comparação imediata com “*you*”, é possível, ou provável, que a primeira impressão que se tenha com os versos

“não ouvem o grito” e “não acreditam que eu sofra” é que se refiram a uma coletividade sobre a qual se fala e não para a qual se dirige, como se poderia julgar com a interpretação do verso como concordando com “vocês”. Nesse aspecto, a posição discursiva do eu-lírico, na tradução de Milliet, parece menos incisiva ou enfática, do que seria, por exemplo, com uma referência mais clara a “vocês”, ou mesmo a um “você” ou “tu”, como no caso da tradução de Britto. Assim, quem ouve a declaração de dor do eu-lírico na tradução de Milliet não é, necessariamente, o típico espectador/interlocutor do “*minstrel man*” que espera dele a fidedigna representação da alegria e da dança descomprometidas diante de sua dor íntima, mas alguém que pode ser visto como um confidente atento a sua dor frequentemente calada. Não se pode declarar, é claro, que essa opção tradutória de Milliet seja um ato interpretativo necessariamente consciente e direcionado com o objetivo de atender a uma leitura que o crítico faz da literatura afro-americana. Contudo, é interessante notar que tradução de “*you*” pela sugestão de um “eles” oculto no verso em português nos faz lembrar da posição discursiva do crítico ao fazer uma oposição muito clara entre o “eles”, referente aos aspectos estético-raciais da cultura negra norte-americana, e o “nós”, demarcado pela estética da miscigenação brasileira. Quem ouve os dizeres do eu lírico sobre aqueles que “acreditam que” ele não sofra ou que “não ouvem” o seu grito, somos “nós”, leitores brasileiros, confidentes da sua dor. A tradução de Milliet, em contraste com a de Britto, sugere a narração da experiência do eu-lírico como quem conta uma estória, quase que “didaticamente”, ao seu leitor, sobre uma realidade que se distanciaria, na visão do tradutor, da realidade do leitor brasileiro. Quando se comparam alguns versos de Milliet com os de Britto, pode-se perceber que aquele tende a buscar uma expressão mais plena, talvez mais “clara” que eduque o leitor a respeito da experiência dolorosa do eu-lírico, o que se traduz na expansão, em português, do verso original, como por exemplo, na tradução de “*is wide with laughter*” por “se abre em riso franco”, ou de “*my throat is deep with song*”, por “as canções nascem do fundo da garganta” e, por fim, na tradução do verso “*my inner cry*”, por “(o grito) que sobe do meu peito”. Essa caracterização fica ainda mais salutar quando se contrastam os mesmos versos com os de Britto: “(minha boca) é larga de riso”, “(minha garganta) é funda de canto”, e “(o grito) no fundo de mim”, respectivamente. A depender da perspectiva adotada na leitura das traduções, é possível que se leiam os versos de Britto como um exemplo daquilo que Lawrence Venuti

(1995, 2002) chama de tradução “estrangeirizadora”, na medida em que ela se aproximaria do texto original produzindo um efeito de “estranhamento” que se dá pela tentativa de reproduzir, sempre que possível, a estrutura linguística do texto de partida no de chegada, como nos versos “é larga de riso”, “no fundo de mim” e “leves de dança”, que sugerem imagens mais dissonantes de expressões mais comuns e familiares como um “sorriso largo”, “no fundo do meu peito” e “(pés) alegres com a dança”.¹⁴ Já a tradução de Milliet, comparativamente, parece se aproximar do que Venuti identifica como uma tradução que se faz mais “fluyente” ou mais “domesticadora”, justamente por atender a busca pela clareza, e, talvez, pela capacidade de produzir um texto que atenda à necessidade de uma linguagem mais universalmente aceita (e pouco propensa a associações menos usuais como na tradução de Britto), corroborando, quiçá, o objetivo de se alcançar a aclamada condição universal que caracteriza a proposta da antologia *Obras Primas da Poesia Universal*. A própria tradução, feita por Milliet, do título “*The Minstrel Man*” por “O Poeta”, confirmaria a tendência de se afirmar uma experiência que possa ser lida de modo menos particular e mais universal, diferentemente do que sugere a opção por “Menestrel”, na tradução de Britto.

Considerações finais

Pode-se afirmar que a tradução tem um papel modelador na construção da identidade da literatura afro-americana no Brasil, o que ocorre em conjunção com a perspectiva interpretativa da sua recepção no campo da crítica literária, como é o caso do trabalho desenvolvido por Sérgio Milliet em seus ensaios sobre poesia negra entre as décadas de 40 e 60. As análises dos en-

¹⁴ Deve-se sublinhar que a noção de tradução “estrangeirizadora”, tal como preconizada por Venuti (1995, 2002), está longe de representar um consenso entre os estudiosos da tradução. Maria Tymoczko (2000), por exemplo, considera que a concepção de tradução estrangeirizadora, como forma supostamente engajada de resistência, dependeria muito de aspectos contextuais e históricos específicos e variáveis, não sendo, portanto, uma concepção que possa ser aplicada universalmente e indistintamente a práticas tradutórias que sejam interpretadas como “resistentes” a posições linguísticas e culturais hegemônicas, como parece supor Lawrence Venuti. Nesse sentido, minha afirmação de que a tradução de Paulo Henriques Britto poderia ser (ou não) classificada como uma forma de tradução “estrangeirizadora” é apenas uma hipótese de leitura que busca compreendê-la em vista da circulação contemporânea dessa noção nos meios acadêmicos dos Estudos da Tradução. Essa “classificação”, a que recorro aqui, é totalmente dependente do modo com que se lê a própria tradução, não implicando afirmar, por exemplo, que a proposta tradutória de Britto (1989) seja imbuída de um caráter político de resistência a uma forma hegemônica de se traduzir.

saio, do papel da antologia *Obras Primas da Poesia Universal*, e da tradução de um poema de Langston Hughes (em contraste com a de Paulo Henriques Britto), apontam para uma complexa relação entre a dimensão sociocultural brasileira, marcada pela intensa miscigenação, e a condição racialmente conflituosa do contexto norte-americano à época de Hughes. Se, por um lado, a suposta ausência da miscigenação nos Estados Unidos é um artifício que acentua, no discurso dos ensaios de Milliet, a perspectiva segundo a qual a literatura afro-americana só poderia ser pensada sob o estatuto da racialidade, por outro, é através da mestiçagem cultural, inscrita na configuração da referida antologia, que as poesias de Hughes são apresentadas em tradução. Essa mestiçagem cultural se revela propícia para a construção, na antologia, de um discurso menos particularizador e mais voltado para o princípio da universalidade, que se efetua na “miscigenação” de vozes heterogêneas em uma só língua, a portuguesa, e através de um registro familiar aos leitores brasileiros — especialmente quando se observa a tradução de “*Minstrel Man*” por Milliet — tornando, assim, o aspecto racial da poética afro-americana menos dissonante, menos localizado, e mais visível ao lado das grandes estrelas da poesia universal.

AMORIM, Lauro Maia. The role of translation in the construction of the identity of African-American literature in Brazil. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 107-134, 2012.

ABSTRACT: *This paper discusses the role of translation in the construction of the identity of African-American literature in Brazil, by considering the relations between the Brazilian sociocultural context, influenced by biological and cultural miscegenation, and the particular way that the literary criticism represented by essays and translations of the Brazilian critic Sergio Milliet, published in between the 40's and 60's, approaches African-American poetry, with special focus on Langston Hughes' poems. In this paper, differences between Brazilian and American racial contexts are brought into light in regard to the discourses on miscegenation and race. It is discussed the extent to which Sergio Milliet developed a racialized identity for African-American poetry in his essays, which, however, was rebuilt through translation, in his anthology *Obras Primas da Poesia Universal*, with a less racialized perspective so that African-American aesthetics could sound less dissonant and regional and more inclined towards the principle of universality which characterizes the anthology composed of renowned foreign and Brazilian poets.*

KEYWORDS: *Translation. Identity. African-American Literature. Miscegenation; Race.*

Referências

- BERRIO, A.; FERNÁNDEZ, T. **Crítica literária**: iniciación al estudio de la literatura. Madrid: Cátedra, 2004.
- BERMAN, A. **A prova do estrangeiro**: cultura e tradução na Alemanha romântica. Bauru: Edusc, 2002.
- _____. **Pour une critique des traductions**: John Donne. Paris: Gallimard, 1995.
- BRITTO, P. H. Menestrel. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º abril 1989. Caderno Letras, p. H-5.
- DERRIDA, J. Carta a um amigo japonês. In: OTTONI, P. (Org.) **Tradução**: a prática da diferença. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. **Gramatologia**. Tradução Mirian Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUARTE, E. A. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. In: AFOLABI, N. et al. (Org.) **A mente afro-brasileira**: crítica literária e cultural afro-brasileira contemporânea. Trenton, NJ: Africa World Press, 2007a. p. 103-12.
- FREITAS, A. C. As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as diferenças? In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (Org.) **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. São Paulo: Mackenzie, 2005. p. 227-28.
- FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. In: SANTIAGO, S. (Coord.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, v.2.
- FROTA, M. P. **A singularidade na escrita tradutora**: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise. Campinas: Pontes, 2000.
- HOUAISS, A. (Ed.). **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Versão monusuário 3.0. Rio de Janeiro; Objetiva, 2009.
- LEFEVERE, A. **Tradução, reescrita e manipulação da fama literária**. Tradução Claudia Matos Seligmann. Bauru: EDUSC, 2007.
- MAGNOLI, D. **Gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (Org.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MILLIET, S. **Diário crítico I (1940-1943)** vol. I. 2. ed. São Paulo: Martins-Edusp, 1981.

_____. **Quatro ensaios**. São Paulo: Edameris, 1966.

_____. (Org.) **Obras primas da poesia universal**. São Paulo: Martins Fontes, 1954.

PAGANO, A. S. "An item called *Books*": translators and publishers' collections in the editorial booms in Argentina and Brazil from 1930 to 1950. **CROP**, 6, p. 171-94, 2001.

PENA, S. D. J. et al. Retrato molecular do Brasil. **Ciência Hoje**, v. 27, n.159, p. 16-25, 2000.

_____. Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 321-46, 2005.

RODRIGUES, C. C. **Tradução e diferença**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

_____. A prática da tradução por teóricos tradutores. **Tradução em Revista**, n. 4, p. 1-6, 2007.

SALGUEIRO, M. A. A. Tradução e cânone: tradução e escritoras de origem afro contemporâneas. In: HENRIQUES, A. L. S. (Org.) **Feminismos, identidades, comparativismo**: vertentes nas literaturas de língua inglesa. Rio de Janeiro: Caetés, 2003. p. 102-10.

SHAMMA, T. **Translation and the manipulation of difference**: Arabic literature in nineteenth-century England. London: St. Jerome, 2009.

SOUZA, O. **Fantasia de Brasil**: as identificações na busca da identidade nacional. São Paulo: Escuta, 1994.

TYMOCZKO, M. Translation and political engagement: activism, social change and the role of translation in geopolitical shifts. **The Translator**, v. 6, n. 1, p. 23-47, 2000.

VENUTI, L. **The translator's invisibility**: a history of translation. New York: Routledge, 1995.

_____. **Os escândalos da tradução**. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: Edusc, 2002.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Leituras Introdutórias em Linguagem, v. 1). 136p. ISBN: 978-85-249-1817-9.

Sebastião Carlos Leite GONÇALVES¹

A obra objeto desta resenha integra, como primeiro volume, a Coleção *Leituras Introdutórias em Linguagem*, que tem como organizadoras Angela Paiva Dionísio, Maria Auxiliadora Bezerra e Maria Angélica Furtado da Cunha. Essa Coleção, como informam as organizadoras, visa a atingir um público mais geral, interessado nos estudos da linguagem, tal como “alunos e professores de Letras, Linguística, Educação, *Design*, Sociologia, Psicologia” (p. 9), por meio da exploração de temas que possam motivar o leitor na busca de conhecimentos mais aprofundados.

O diferencial dessa Coleção, a meu ver, reside na metodologia de trabalho que adota para proposição de suas obras. Antes de ser submetida à avaliação da Editora, a obra é avaliada por dois times de leitores, que têm por função apresentar sugestões de aprimoramento ao autor: o primeiro time é composto por 10 alunos de graduação em Letras de diferentes universidades brasileiras, e o segundo, por especialistas da área, que avaliam uma possível segunda versão da obra, já com a incorporação das sugestões apresentadas pelo primeiro time. Fundamental, durante todo esse processo, é a atuação das organizadoras, que também avaliam o conteúdo da obra e sua adequação aos objetivos da Coleção. Seguramente, esse procedimento garante que se chegue ao público uma obra de forte consistência interna, em termos teórico-metodológico e prático.

M.E. Martelotta, autor da obra e renomado linguista de orientação funcionalista, foi professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, onde atuou no ensino de graduação e de pós-graduação, integrante, e

¹ Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – Universidade Estadual Paulista – UNESP – São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. Bolsista Produtividade do CNPq. scarlos@ibilce.unesp.br

um dos líderes, do Grupo de Pesquisa “Discurso & Gramática”, pesquisador do projeto PHPB (Para História do Português Brasileiro) e bolsista produtividade do CNPq. Embora tenha nos deixado precocemente, reuniu, durante seu tempo de convivência na comunidade linguística, ampla experiência em pesquisas na temática de que trata a obra, especialmente em estudos identificados com a Gramaticalização. Além de autor de artigos em periódicos e de capítulos livros, nacionais e internacionais, foi organizador/coautor de diversos livros, dentre os quais merecem destaque: *Manual de Linguística* (2008, Editora Contexto), *Gramaticalização* (2004, Editora da UFRJ), *Linguística Funcional: teoria e prática* (2003, DP&A Editora), *Gramaticalização no Português do Brasil* (1996, Tempo Brasileiro).

Esta resenha segue estruturada em duas partes principais: na primeira, faço uma exposição do conteúdo da obra, capítulo a capítulo, avaliando, na medida do possível, suas partes componentes; na segunda, a de avaliação final, julgo o mérito da obra, sobretudo no que diz respeito ao alcance dos objetivos a que o autor se propõe.

1. O conteúdo da obra

A obra compõe-se de três capítulos, precedidos de uma “Apresentação” do próprio autor (p. 11-25) e seguidos das “Considerações finais” (p. 122-125), de uma proposta de exercícios denominada “Desdobramentos do tema” (p. 125-126), de bibliografia comentada em parte intitulada “Lendo mais sobre o assunto” (p. 127-128) e das “Referências” bibliográficas (p. 129-133). Conta ainda com um índice remissivo de assuntos. Uma apresentação da Coleção (p. 9-10) antecede suas partes componentes. Passo, então, a comentar a obra, capítulo a capítulo e seção a seção.

Introduzindo o tema (p. 17-25)

Como parte da Apresentação da obra, o autor introduz o tema a ser tratado, com a exposição de duas visões diferentes sobre língua/linguagem – uma visão de que a língua é entidade estática e outra de que ela é entidade dinâmica –, para, na sequência, afirmar o seu caráter mutável, justificando assim sua defesa dessa segunda visão. São apresentados como esposando essa visão estática e homogeneizante de língua, o estruturalismo saussuriano (nas dicotomias *langue x parole*, *sincronia x diacronia*) e o gerativismo de

Chomsky (na distinção *competência x desempenho*), vertentes nas quais o uso da língua não tem lugar, visão reinante na linguística de quase toda a primeira metade do século XX. Como representantes de uma vertente com visão dinâmica da língua, o autor destaca a sociolinguística, de modo mais pontual, e o funcionalismo linguístico, de modo mais amplo, cujas forças na explicação da mudança se fizeram sentir especialmente a partir da década de 1970. Estabelece-se assim o panorama histórico sobre o qual se fundam os objetivos da obra: focar a variação e a mudança linguísticas (mais esta do que aquela) a partir do uso, sob as bases da indissociabilidade entre regras gramaticais e o uso que delas se faz. O histórico dessas abordagens da mudança aparece mais bem discutido no capítulo 1 da obra.

Ainda nesta parte introdutória, tomando a mudança como fenômeno que concretiza a dinamicidade da língua, o autor contrapõe o método tradicional ao método moderno de abordagem da mudança: enquanto o primeiro é “cego” aos vários níveis da língua que um dado fenômeno de mudança pode afetar, o segundo necessariamente considera a relação entre os diferentes níveis para uma explicação completa do fenômeno, compromisso que o autor diz que assumirá ao longo de sua exposição. Já nessa introdução do tema fica bastante clara a posição epistemológica sobre a qual a obra erige.

Capítulo 1: A natureza dinâmica das línguas (p. 27-54)

Na introdução do capítulo 1, o autor apresenta a mudança e a variação como resultantes da visão de que ambas decorrem do funcionamento da linguagem, ou seja, de estratégias comunicativas que os usuários empregam em diferentes situações de uso da língua. Essa visão, defendida ao longo de toda a obra, orienta o leitor para a compreensão do que se encontra no restante do capítulo corrente, em que, por um viés histórico, o autor aborda a mudança na contemporaneidade (séculos XIX a XXI), informações que constituirão “pano de fundo” para o desenvolvimento da temática nos dois próximos capítulos.

Na seção principal desse primeiro capítulo (“Compreendendo o fenômeno da mudança linguística”), segue então o detalhamento histórico do tratamento da variação e da mudança, desde o surgimento da linguística até os dias atuais. O histórico inicia-se pela *gramática histórico-comparativa*, que, praticada no século XIX, tem em Schleicher o principal representante a defender a evolução natural da língua (no sentido darwiniano), a qual,

como qualquer outro organismo vivo, nasce, se desenvolve e morre, posição epistemológica negada, posteriormente pelos neogramáticos, que advogarão por uma mudança linguística guiada não por sucessivos estágios, mas pelo *princípio do uniformitarismo*: mesmas tendências gerais de mudança são perceptíveis em diferentes momentos da evolução das línguas, mudança sempre decorrente de hábitos linguísticos individuais. Em outras palavras, “embora sejam resultantes de leis gerais que transcendem o tempo, as mudanças ocorrem no indivíduo, que, ao utilizar a língua, efetiva as tendências mecânicas, ou as evita” (p. 34). Na sequência, o autor apresenta como a mudança é concebida em diferentes momentos da história da linguística, representados por Saussure, Chomsky e Labov.

A abordagem do estruturalismo de Saussure começa pela clássica distinção entre sincronia e diacronia, sobre a qual recai, hoje, a crítica de que, nos moldes como vêm sendo praticados os estudos sobre mudança linguística, tal distinção não se sustenta mais dada “a ingenuidade da visão de que as línguas sejam completamente uniformes em um determinado momento de sua evolução” (p. 37), a ponto de ser possível separar com nítida clareza fatos sincrônicos de fatos diacrônicos, tomando apenas os primeiros como objeto de investigação.

Entrando na seara chomskyana, o autor resume, inicialmente, alguns postulados básicos do gerativismo, para melhor embasar a concepção de mudança assumida por essa vertente linguística da atualidade. Assim é que apresenta ao leitor o *princípio do inatismo* e a *gramática universal*, o *princípio da modularidade da mente* e a distinção entre *competência* e *desempenho* (herança da tradição estruturalista). Mostra o autor que é sob o *Modelo de Princípios e Parâmetros*, surgido na década de 1980, que a mudança linguística toma lugar no interior da teoria gerativista, que passa, então, a contar com um aparato para a explicação da variação, intra e transsistêmica, e da mudança, tanto na dimensão sincrônica quanto diacrônica. O que o autor mostra é que essa é uma proposta em que a mudança linguística aparece dissociada do uso, à medida que se atribui à criança, no processo de aquisição da linguagem, a responsabilidade pela mudança, proposição contra a qual ele se coloca, recorrendo aos modelos de mudança via gramaticalização, que assumem grupos de falantes em interação como agentes principais da mudança.

Chegando, por fim, ao tratamento da mudança sob o viés da Sociolinguística e do Funcionalismo (por assim dizer), que assumem como objeto de

investigação a linguagem inserida em seu contexto social, o autor apresenta o modelo de análise sociolinguístico como totalmente centrado no uso e assumindo a variação e a mudança como seus principais objetos de investigação. Esse modelo, segundo argumenta o autor, não chega a dar conta de todos os tipos de mudança, como, por exemplo, os de ordem semântico-pragmática, que levam à disfunção entre forma e significado, em que a uma mesma forma associa-se mais de uma função – casos de polissemia ou de multifuncionalidade de um dado elemento da língua. Esses tipos de mudança interessam à gramaticalização, outro “modelo” explicativo que surge para dar conta da variação não de forma, mas de sentido/função, motivada pelo uso.

Como se observa, o conteúdo do capítulo se desenvolve rumo à afirmação da postura teórico-metodológica da variação e da mudança defendida pelo autor: a centrada no uso. De cada momento histórico são apresentados os avanços e as limitações na abordagem da mudança, estratégia argumentativa para convencer o leitor de que fica difícil querer entender a mudança sem considerar o uso como principal desencadeador, componente ausente (ignorado) nos primeiros momentos históricos da Linguística.

Capítulo 2: Linguística centrada no uso e mudança (p. 55-91)

No capítulo 2, antes de passar à análise de fenômenos de mudança, o autor cuida de precisar o que se deve entender por uma análise linguística centrada no uso: “um tipo de abordagem que, como o próprio nome sugere, considera haver uma relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem dela nos contextos reais de comunicação”, e que incorpora “em suas análises, dados semânticos, pragmáticos e discursivos” (p. 38). Firmando então sua posição contrária às abordagens que separam a língua de seu uso, são palavras esclarecedoras do autor:

Nessa visão, não faz sentido uma separação categórica entre competência e desempenho: os eventos de uso dirigem a formação e o funcionamento do sistema linguístico interno do falante, cuja estrutura não se separa do processamento mental que ocorre no uso que faz da língua. (p. 56)

Como explicitação dessa abordagem mais teórica da mudança, o autor passa então a explorar: (i) **a relação entre biologia e cultura**, negando

a autonomia da sintaxe e associando-a fortemente a fenômenos de natureza semântica ou discursivo-pragmática, principal ponto de divergência entre linguistas do uso e linguistas gerativistas; (ii) **o papel da interação**, em que argumenta que a gramática das línguas é um fenômeno sociocultural e, portanto, não decorre simplesmente do domínio de mecanismos sintáticos, mas também de processos associados à organização textual e à interação verbal; (iii) **o papel da cognição**, em que se ressaltam os mecanismos “essenciais aos seres humanos, como simbolização, transferência entre domínios, armazenamento de informação na memória, processamento e interpretação da informação” (p. 67), categorização, entre outros, mecanismos esses regulados pelas habilidades que o ser humano tem de buscar padrões e de perceber intenções. Esses pontos destacados pelo autor vêm consolidar sua posição de que a gramática das línguas é sempre emergente, e nunca um produto acabado.

Na segunda seção do capítulo, dedicada ao estudo de fenômenos de mudança centrada no uso (*O fenômeno da mudança na perspectiva da linguística centrada no uso*), o autor aborda: (i) **a regularidade da mudança**, no que diz respeito aos mecanismos por meio dos quais ela ocorre, aos elementos nela envolvidos e à sua propensão à unidirecionalidade (que leva à mudança de um elemento/construção de concreto a abstrato, do menos a mais subjetivo, de internamente composicional a não composicional); (ii) aspectos da **teoria da inferência sugerida na mudança linguística**, parte na qual são discutidas, com a devida profundidade, a metáfora e a metonímia, mecanismos responsáveis pela transferência de sentido entre domínios cognitivos distintos ou pela contiguidade de sentidos coexistentes para uma mesma forma ou em um mesmo contexto morfossintático; (iii) **algumas considerações sobre a noção de construção gramatical**, parte final do capítulo na qual o autor destaca a inviabilidade de se descreverem estruturas sintáticas somente por critérios morfossintáticos ou por propriedades semânticas de seus elementos constitutivos, “já que o significado da construção não equivale à soma dos significados de suas unidades constituintes”; uma construção caracteriza “qualquer elemento formal diretamente associado a algum sentido, alguma função pragmática ou alguma estrutura informacional” (p. 85).

Capítulo 3: Gramaticalização e lexicalização (p. 91-123)

O capítulo 3 é inteiramente dedicado a tratar de dois tipos especiais de mudança: a *gramaticalização* e a *lexicalização*, os quais, embora distintos, “apresentam características muito semelhantes no que diz respeito à direção natural da mudança que veiculam” (p. 91).

Na seção destinada à gramaticalização, após oferecer a definição do processo, o autor passa a exemplificá-la com fenômenos variados: (i) passagem de vocábulo livre a afixo; (ii) passagem de verbo pleno a auxiliar; (iii) passagem de advérbio a conjunção; (iv) passagem de advérbios de modo a modalizador; (v) passagem de advérbios de modo a marcador discursivo. Na sequência, mostra como a gramaticalização pode levar a outros fenômenos de mudança, ou seja, trata de “Fenômenos de mudança consequentes de gramaticalização”, recorrendo à mudança no preenchimento da posição de sujeito, no PB, e na ordenação de advérbios, do latim ao português.

No tocante à unidirecionalidade do processo de gramaticalização, com base em Heine e Kuteva (2007),² o autor apresenta quatro parâmetros que a firmam como princípio diretivo da mudança: (i) **a extensão** (ou generalização de contextos), por meio da qual uma forma tem seu sentido ampliado, passando a exercer novas funções em contextos diferentes do original, manifestando assim o *princípio da exploração de velhos meios para novas funções*; (ii) **a dessemantização** (ou *bleaching*, redução semântica), por meio da qual uma forma/construção “perde” parte de seu sentido original ao ser reinterpretada nos novos contextos em que passa a atuar, implicando sempre a veiculação de um sentido mais abstratizado; (iii) **a descategorização** (ou mudança de categoria), que se instancia quando uma forma/construção perde os privilégios morfosintáticos que a caracterizam originalmente como de sentido pleno e passa assim a integrar uma nova categoria, dadas as alterações semânticas, sintáticas e pragmáticas por que passa; (iv) **a erosão** (ou redução fonética), processo por meio do qual uma forma/construção perde substância fônica, em decorrência da sua alta frequência de uso.

Como motivações da gramaticalização, o autor cita as decorrentes da interação (motivações comunicativas) e do contato linguístico, desenvolvendo somente o primeiro tipo e apenas mencionando o segundo, o que, a meu

² HEINE, B.; KUTEVA, T. *The genesis of grammar: a reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ver se justifica, por se tratar de temática que requer um aprofundamento teórico em termos de mudança não suficientemente tratado nos limites da obra. No primeiro tipo de motivação se enquadram as decorrentes de: (i) necessidade de expressar domínios abstratos da cognição em termos de domínios concretos; (ii) negociação do sentido por falante e ouvinte no ato da comunicação; (iii) tendência dos ouvintes para selecionar estruturas ótimas; (iv) tendência dos falantes para usar expressões novas e extravagantes; (v) iconicidade, marcação e frequência.

Partindo para o segundo tipo de mudança, a lexicalização, o autor o define e o diferencia do processo de gramaticalização e de outros processos comuns de formação de palavras, fornecendo argumentos que impedem que se identifique a lexicalização como processo reverso da gramaticalização. Fecha essa seção o elenco de propriedades comuns aos dois processos de mudança tratados no capítulo.

Partes finais da obra (p. 122-135)

A obra se encerra com as *Considerações finais* do autor sobre mudança, parte na qual ele retoma o mote que guiou toda sua exposição, o de que a mudança linguística encontra sua motivação no uso. Como apêndice da obra, o autor oferece algumas atividades práticas (*Desdobramento do tema*), com o objetivo de incentivar o leitor a investigar questões discutidas na obra. A tarefa basicamente se resume a investigar alguns fenômenos, índices de mudança, em textos do português arcaico e do português escrito contemporâneo, tais como diferenciação ortográfica, comportamento de conjunção, ordenação de constituintes argumentais, ordenação de advérbios. Fecha a obra uma bibliografia comentada (*Lendo mais sobre o assunto*), na qual são apresentadas, ao leitor, algumas obras que tratam “direta ou indiretamente do fenômeno da mudança” (p. 127), e à qual se seguem as referências bibliográficas e o índice remissivo de assuntos.

Sobre essas partes finais, tenho a considerar que: (i) a proposta de exercício poderia ser mais elaborada, se a intenção é realmente a de instigar o leitor ao aprofundamento de algumas temáticas tratadas ao longo da obra. Algumas tarefas são genéricas demais (cf. “Observe a ocorrência de algum vocábulo que tenha, na época, um sentido diferente do que ele apresenta atualmente”, p. 125); (ii) a bibliografia comentada poderia ser ampliada e não

ter caráter tão endógeno, tendo em vista a existência, no mercado editorial, de obras recentes que tratam da temática da mudança, principalmente sob o viés da gramaticalização e da variação;³ à exceção da obra de Coseriu (1979),⁴ todas as demais são de autoria de pesquisadores da UFRJ. Além disso, dado o público que pretende atingir, poderiam inclusive ter sido incorporados comentários sobre obras estrangeiras fundantes da temática; (iii) o índice remissivo é bastante enxuto, com pouco mais de vinte termos, a meu ver, até dispensáveis, tivesse o sumário sido composto de forma mais detalhada, incluindo seções e subseções de cada capítulo.

Avaliação final

Embora integrante da Coleção “Leituras Introdutórias em Linguagem”, destinada, como mencionei de início, a público mais geral, a obra não deixa de se enquadrar numa linha de caráter mais especializado e inovador, pelas seguintes razões:

- a) lida com temática que requer, de algum modo, conhecimento linguístico prévio;
- b) pelo seu conteúdo, seguramente atingirá público-alvo já iniciado nos estudos linguísticos: alunos de pós-graduação, professores universitários e pesquisadores, admitindo-se, também, alunos de graduação, dada a clareza da exposição e a farta exemplificação de fenômenos de mudança, que evidenciam o caráter didático de que a obra se reveste, principalmente no tocante ao fato de os capítulos apresentarem-se em um crescente de complexidade, em que o inicial fornece as bases necessárias para os dois que se seguem, o terceiro, especialmente; trata-se assim de obra com conteúdo teórico acessível, mas nem por isso habilitada a incluir um público sem qualquer formação linguística prévia;

³ Cito apenas algumas: (i) VITRAL, L. T.; COELHO, S. M. (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010; (ii) GONÇALVES, S. C. L. et al. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007; (iii) ZILLES, A.; GUY, G. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

⁴ COSERIU, Eugênio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/Universidade de São Paulo, 1979.

c) a temática da mudança é tratada em profundidade e tem alinhamento teórico e epistemológico bastante claros, à medida que polemiza/dialoga com outras posições que não têm o uso como motivador da mudança;

d) a unidade e organicidade em torno do tema da mudança são mantidas em todos os capítulos, e os propósitos que justificam o tratamento do tema são perseguidos pelo autor ao longo de toda a obra.

Por essas razões, minha avaliação é de que a obra dá conta dos objetivos a que se propõe: tratar a mudança assumindo uma perspectiva funcionalista, que tem no uso a motivação para as alterações que se verificam nas línguas.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Alternância causativa, p. 8
Aquisição de linguagem, p. 8
Distinção massivo contável, p. 80
Forma de organização relacional, p. 29
Hebraico, p. 80
Identidade, p. 107
Karitiana, p. 80
Literatura afro-americana, p. 107
Miscigenação, p. 107
- Modularidade, p. 29*
Nomes contáveis, p. 80
Nomes massivos, p. 80
Perífrases imperfectivas, p. 50
Pretérito imperfeito, p. 50
Raça, p. 107
Relações de discurso temporais, p. 29
Relevo discursivo, p. 50
Tradução, p. 107

SUBJECT INDEX

African-American Literature, p. 132

Causative alternation, p. 26

Count nouns, p. 104

Discursive grounding, p. 75

Hebrew, p. 104

Identity, p. 104

Imperfective past, p. 75

Imperfective periphrases, p. 75

Karitiana, p. 104

Language acquisition, p. 26

Mass-count distinction, p. 104

Mass nouns, p. 104

Modularity, p. 48

Miscigenation, p. 132

Race, p. 132

Relational organization, p. 48

Temporal discourse relations, p. 48

Translation, p. 132

ÍNDICE DE AUTORES /
AUTHORS INDEX

- AMORIM, Lauro Maia, p. 107
COAN, Márluce, p. 50
CUNHA, Gustavo Ximenes, p. 29
DEROSSO JÚNIOR, Irineu Natal, p. 8
DORON, Edit, p. 80
GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite, p. 135
MÜLLER, Ana, p. 80
PONTES, Valdecy de Oliveira, p. 50
WACHOWICZ, Teresa Cristina, p. 8